

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEONARDO OLIVEIRA AMARAL

**FLUXO DE ARMAS, GUERRA E TERRITORIALIZAÇÃO EM ANGOLA:  
FERRAMENTAS DE CHEFES AFRICANOS E ADMINISTRADORES LUSITANOS  
NA SEGUNDA METADE DO XVIII**

Maceió

2021

LEONARDO OLIVEIRA AMARAL

**FLUXO DE ARMAS, GUERRA E TERRITORIALIZAÇÃO EM ANGOLA**  
**Ferramentas de chefes africanos e administradores lusitanos na segunda metade do**  
**XVIII**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Maria de Carvalho

Maceió

2021

**Catálogo na Fonte Universidade  
Federal de Alagoas Biblioteca  
Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A485f Amaral, Leonardo Oliveira.

Fluxo de armas, guerra e territorialização em Angola: ferramentas de chefes africanos e administradores lusitanos na segunda metade do XVIII / Leonardo Oliveira Amaral. – 2021.

118 f. : il. color.

Orientadora: Flávia Maria de Carvalho.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 115-118.

1. Angola - História - Século XVIII. 2. Angola - História - Reformismo ilustrado. 3. Tráfico de armas. 4. Tráfico de pólvora. I. Título.

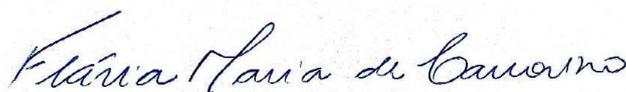
CDU: 94(673)

## Folha de Aprovação

AUTOR: LEONARDO OLIVEIRA AMARAL

**Fluxo de armas, guerra e territorialização em Angola: Ferramentas de chefes africanos e administradores lusitanos na segunda metade do XVIII**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 23 de setembro de 2021.



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia Maria de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal de Alagoas

### Banca Examinadora:



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Idalina Maria Almeida de Freitas (Examinadora Externa) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Silva de Oliveira Leite (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de São João del-Rei

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer meus pais pelo apoio atrapalhado.

Minha namorada Cássia Palmeira por todo suporte ao longo do curso.

E minha amiga Ana Maria por tudo.

Agradeço e muito ao financiamento da CAPES; sem ele não conseguiria continuar esta pesquisa.

Também agradeço ao curso de Pós-Graduação em História da UFAL e à universidade pública brasileira.

## RESUMO

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo – posteriormente recebendo os títulos de Conde de Oeiras e Marquês de Pombal – assumiu o cargo de Secretário de Estado e Negócios Interiores do Reino em 1755, reformas passaram a ocorrer em todos os territórios sob influência portuguesa, Angola não estava fora destas reformas. De acordo com os discursos reformistas ilustrados o território na África Centro-Occidental deveria produzir mais que escravos e sustentar outras formas de produção, não somente para autossuficiência, mas, suprir outras demandas da economia portuguesa. O tráfico de armas e pólvora foi motivo de muito debate entre os administradores portugueses. Expondo a fragilidade do controle português, eram frequentemente traficadas por estrangeiros europeus, mas estes não eram os únicos a contrabandear os produtos, uma vez que subordinados da Coroa – capitães-mores, comerciantes e militares – faziam negócios às escondidas com a população local. Proibir que vassalos portugueses usassem pólvora e armas como moeda de troca com grupos africanos enfraquecia a influência e autoridade destes vassalos, assim como abria espaço para que esta demanda por produtos bélicos dos chefes africanos fosse atendida por outras nações europeias. Na presente dissertação analisamos as estratégias das autoridades da Coroa portuguesa em controlar o comércio das armas e pólvora na África Centro-Occidental nas disputas de influência e territórios, durante a segunda metade do século XVIII.

**Palavras-chave:** Angola, século XVIII, contrabando de armas e pólvora, Reformismo Ilustrado.

## ABSTRACT

When Sebastião José de Carvalho e Melo – later Count of Oeiras and Marquis of Pombal – took the office of Secretary of State and Interior Affairs of the Kingdom in 1755, reforms started to occur in all territories under portuguese influence, Angola was no different. According to the illustrated reformists the Central-West Africa should produce more than slaves and provide other types of production, not only for self-sufficiency, but to furnish other demands for the portuguese economy. The firearms and gunpowder traffic was debated heavily by the portuguese administrators. Exposing the weakness of portuguese control, those products were often introduced by other european nations, but these were not the only ones to smuggle it, once that subordinates of the Crown – captains-mores, traders and the military – did business with the local population on the sly of the Crown. Prohibiting Portuguese vassals from using firearms and gunpowder in the trades with african groups weakened the influence and authority of these vassals, as well as opening up space for this demand for war products from African chiefs to be met by other european nations. In this research we analyze the strategies of the administratos of the portuguese Crown in controlling the firearms and gunpowder trade in Central-West Africa in disputes over influence and territories, during the second half of the 18th century.

**Keywords:** Angola, 18th century, firearms and gunpowder smuggling, Illustrated Reformism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Angola e Congo XVI-XVIII .....	37
Figura 2 – Angola e Congo XVI-XVII.....	62
Figura 3 – África Centro-Occidental .....	82
Figura 4 – O interior de Angola .....	90
Figura 5 – Luanda e os potentados do norte: Cabinda, Loango, Ambriz e Molembo .....	100

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela ilustrativa com proibições e decisões acerca do comércio dos gêneros bélicos entre os anos de 1759 a 1799 .....	45
Tabela 2 – Presídios portugueses durante a segunda metade do século XVIII .....	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 COMÉRCIO DE ARMAS E PÓLVORA EM ANGOLA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII .....</b>	<b>18</b>
1.1 Histórico das armas de fogo antes do século XVIII .....	18
1.2 Os agentes do tráfico: comerciantes de outras nações europeias e funcionários da Coroa na introdução de gêneros bélicos nos sertões .....	20
1.3 Os primeiros debates ilustrados acerca do comércio de armas e pólvora nos sertões de Angola .....	28
1.4 A permanência do comércio de pólvora e armas apesar das previsões dos Reformistas Ilustrados .....	37
<b>2 ASPECTOS DO REFORMISMO ILUSTRADO NO GOVERNO PORTUGUÊS DE ANGOLA .....</b>	<b>47</b>
2.1 O Reformismo Ilustrado Português e seus desdobramentos na administração de Angola .....	47
2.2 Os eventos que levaram à expulsão da Companhia de Jesus durante o período pombalino .....	54
2.3 Reformar o comércio em Angola: uma tentativa de acabar com monopólios, abrir os sertões aos vassallos portugueses e inibir o comércio de outras nações europeias .	57
2.4 Povoar Angola com gente branca: Um desafio dos ilustrados na segunda metade do XVIII .....	62
2.5 O governo de Dom Francisco Inocêncio .....	65
2.6 O legado de Dom Francisco Inocêncio .....	71
<b>3 OS INTERESSES DOS SENHORES DA GUERRA AFRICANOS, A GUERRA PRETA E A SITUAÇÃO PRECÁRIA DAS TROPAS PORTUGUESAS .....</b>	<b>77</b>
3.1 O protagonismo dos chefes locais nas relações políticas e comerciais: o caso do jaga de Cassange .....	77
3.2 Guerra preta e a fragilidade das tropas portuguesas nos conflitos e presídios angolanos .....	88

3.3 A guerra de Cabinda e a precariedade na manutenção dos presídios portugueses na África Centro-Occidental .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Até a primeira metade do século XVIII a exploração portuguesa na África Centro-Ocidental era focada majoritariamente na captação de escravos, apesar dos rumores sobre possíveis locais para mineração de metais preciosos. Em busca de estratégias que viabilizassem a penetração portuguesa no interior da região, ou como os portugueses chamavam, os sertões, a Coroa buscou alianças com os chefes locais, que ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII passaram por várias modificações. Ao assumir o papel de Primeiro-Ministro de Dom José I na segunda metade do século XVIII, Sebastião José de Carvalho e Melo desempenhou o papel de aplicar reformas no reino português e suas conquistas. Entre estas estava Angola, que seguindo o discurso do Reformismo Ilustrado, deveria produzir mais que mão-de-obra escrava destinada ao oceano Atlântico, mas sustentar outras formas de geração de riqueza.

Para o Primeiro-Ministro e seus reformistas, certos aspectos eram centrais no remodelamento da máquina administrativa portuguesa em Luanda, como a tentativa de fomentar a agricultura e a introdução de valores europeus por meio do povoamento do território com uma população de colonos brancos – brasileiros ou lusitanos –, capaz de fortificar a economia angolana com noções de progresso e civilização, que segundo o discurso colonial português, não eram praticadas pelas etnias locais. Todavia, tais tentativas foram em sua maioria frustradas pelos seguintes obstáculos: O clima, que segundo inúmeros documentos, foi responsável por afligir os recém chegados imigrantes, com uma taxa de mortalidade alta, impedindo-os de se adaptar ao território; e a resistência de populações locais às populações estrangeiras trazidas pela Coroa, expulsando-os dos *sertões* de angolanos.

Ao longo dos séculos o termo *sertões* passou por diversos significados na língua portuguesa; era comumente usado para designar localidades ao interior, mas seu emprego não se limitou a descrições espaciais<sup>1</sup>. Os *sertões* estavam tanto como fronteira espacial quanto sociocultural para os portugueses, que por vezes usavam a expressão para indicar espaços afastados da costa ou territórios que eram pouco ou não habitados por portugueses, sendo assim localidades onde lusitanos não possuíam influência política efetiva<sup>2</sup>. No caso da África Centro-

---

<sup>1</sup> MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. No “**coração das terras**”: Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império Português (1750-1808). 2019. Tese (Doutorado em História) Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, 2019, p. 46.

<sup>2</sup> Ibid, p. 48.

Ocidental nos séculos XVI ao XVIII, a palavra era também associada a espaços na costa, desde que fugissem à autoridade portuguesa.

Os *sertões* eram dinâmicos, impossibilitando assim sua conceitualização exata, mas notamos nas documentações que era um termo utilizado para identificar diferentes tipos de regiões: desde as desertas a com vegetações densas; desde as povoadas por portugueses (pela instabilidade) à aquelas onde não existia influência lusitana, controladas totalmente por etnias locais. Do ponto de vista cultural, também era utilizado com o objetivo de criar um maniqueísmo entre os lusitanos de Luanda com os povos do interior, onde o litoral estava ligado à civilização e ao cristianismo e os *sertões* ao desconhecido, inculto, pagão e bárbaro<sup>3</sup>. O que justificaria as tentativas fracassadas da administração de Luanda de impor seus interesses fora da capital. O *sertão* era algo a ser conquistado, desbravado e extinto à medida que a Coroa o cercasse politicamente, culturalmente e economicamente.

Outro aspecto importante para a fortificação do projeto pombalino em Angola foi a economia e o comércio. Acabar com os monopólios encontrados na África Centro-Ocidental era indispensável aos administradores reformistas. Das medidas apontadas por estes, permitir que apenas os portos de Luanda e Benguela recebessem navios mercantes, se destaca, pois vinha acompanhada da intenção de afunilar a movimentação de produtos sob o julgo português. O tráfico e comércio de armas foi motivo de muito debate entre os administradores portugueses. Estando presente em 80% das negociações de escravos<sup>4</sup>, as armas e a pólvora definiram batalhas e desestabilizaram territórios, devido à alta procura por parte das chefias africanas que frente à tecnologia europeia, buscaram negociar principalmente com aqueles que a ofereciam. Os gêneros bélicos eram frequentemente introduzidos por estrangeiros europeus, mas estes não eram os únicos a popularizar tais produtos, visto que subordinados da Coroa portuguesa – capitães-mores, comerciantes e militares em geral – faziam negócios às escondidas com a população local, o que demonstra a fragilidade do controle e fiscalização da máquina administrativa lusitana.

Proibir que funcionários da Coroa usassem pólvora e armas como moeda de troca com grupos africanos enfraquecia a influência da autoridade destes agentes sobre a região, assim como abria espaço para que estrangeiros negociassem com chefes locais, muitas vezes armando-os contra portugueses e seus sobas avassalados. Contudo, permitindo as trocas entre

---

<sup>3</sup> MARQUES, op. cit., p. 49.

<sup>4</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp. 2014, p. 127.

seus subordinados e os nativos, a Coroa estaria enfraquecendo sua diplomacia, abrindo espaço para que revoltas fossem realizadas com estas mesmas armas, enquanto seus recursos eram desviados por seus subalternos. Além da Coroa, chefes africanos preferiam monopolizar o uso das armas de fogo para suas tropas, muitas vezes entrando em conflito caso seus vizinhos ou vassallos viessem a ter contato com as mesmas. Assim, os grandes senhores da guerra africanos eram capazes de acumular poderes enquanto impediam que chefias menores tivessem acesso aos produtos vindos do litoral.

Tendo em vista estes fatores, as hipóteses apresentadas nesta dissertação são as seguintes:

- Independente das tentativas, os governos ilustrados não foram capazes de mudar o contexto escravista no qual Angola se encontrava e se viam presos aos sistemas anteriores, bem como seus sucessores.
- O comércio de armas e pólvora era diversificado impedindo assim que portugueses o restringissem aos seus territórios, que impotentes frente à introdução estrangeira, buscaram formas de mitigar os danos que este tráfico causava tanto aos seus cofres quanto às suas relações diplomáticas com os chefes locais.
- As guerras foram usadas como ferramentas de expansão da influência tanto pela administração portuguesa quanto pelos senhores da guerra locais, bem como instrumento indispensável para a captação de escravizados fosse diretamente nas guerras lusitanas, ou indiretamente nos conflitos entre etnias africanas, onde os prisioneiros eram direcionados ao comércio escravista do Atlântico.

Esta pesquisa visa contribuir para a historiografia africanista que analisa os diferentes aspectos da circulação de produtos na África Centro-Occidental, não apenas no contexto do comércio escravista. Portanto, pretende-se analisar nesta pesquisa os embates enfrentados e as estratégias adotadas tanto pelas chefias africanas com diferentes objetivos, quanto pela administração portuguesa no período da segunda metade do século XVIII, calcada em um projeto de colonização e territorialização de Angola, na tentativa de exercer mais controle sobre a região no contexto do comércio de escravos e armas de fogo. Por abranger o período do Reformismo Ilustrado, esse recorte contempla uma ampla gama de documentação produzida pelas gestões lusitanas em Angola, cruciais para a análise das tentativas de implementação de tal projeto na região.

Para realização desta pesquisa utilizamos os documentos administrativos referentes ao século XVIII encontrados na seção Angola do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA) disponibilizados pelo projeto PADAB, organizado pelas professoras Mariza de Carvalho Soares (UFF) e Regina Wanderley (UERJ); a *História de Angola* escrita por Elias Alexandre, onde o autor descreve os governos portugueses em Angola desde o governo de Paulo Dias de Novais<sup>5</sup>, até o governo do Barão de Mossâmedes na década de 1780, bem como as relações travadas – pacíficas ou não – entre os chefes locais e a administração portuguesa; a obra *Memórias contendo a biografia do vice almirante Luis da Mota Feo e Torres. A História dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1526 até 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela*, de J. C. Torres e Feo Cardozo de Castelo Branco e *Uma Viagem a Cassange*, de Manuel Correia Leitão, nos anos de 1755 e 1756. Para a realização deste estudo, analisaremos nas fontes os projetos da Coroa e de seus funcionários, em suas tentativas de organizar o gerenciamento de Angola, alterando assim a forma como esta era explorada até fins do século XVIII. A análise crítica destas fontes é crucial na compreensão dos desdobramentos do comércio de armas e pólvora e da participação de todos os agentes envolvidos nesse processo de proibição e legalização destes gêneros.

No primeiro capítulo, estudaremos o fator essencial para a facilitação nas negociações com os chefes do sertão: o oferecimento de armas de fogo e pólvora em troca de escravizados e seus impasses para a administração portuguesa, vendo-se obrigada a lidar com vassallos que desrespeitavam suas leis de proibição e comerciantes europeus que introduziam os produtos fora da jurisdição portuguesa, atendendo o interesse da população local nestes artigos. Enquanto o fornecimento dos portugueses era limitado graças a leis que tentavam garantir que o acesso africano fosse restrito a poucos itens bélicos, outras nações europeias conseguiam alcançar a demanda dos chefes locais. Isso acarretava não só em um prejuízo comercial à Fazenda portuguesa, mas também na compra de escravos, muitas vezes diminuída devido à concorrência, que além de oferecer melhores preços, também oferecia melhores produtos, desestabilizando os interesses portugueses na região.

Era por meio da comercialização que chefes locais tinham acesso aos produtos manufaturados europeus. Enquanto isso, estrangeiros tinham interesse em escravizados e algumas vezes em alimentos<sup>6</sup>. Para isso, introduziram produtos de relevância aos africanos nos

---

<sup>5</sup> De 1575 a 1588.

<sup>6</sup> FLORENTINO, op. cit. p. 89.

sertões, na maioria das vezes produtos bélicos acompanhavam as transações, que quando oferecidos por governadores portugueses, terminavam ou não em alianças políticas e militares.

Através de informações encontradas na *História de Angola* de Elias Alexandre e da troca de correspondências entre governadores e secretários da marinha e do ultramar de Portugal ao longo da segunda metade do século XVIII, podemos mapear os meios em que as armas e a pólvora chegavam às mãos das chefias locais, seja pela introdução portuguesa ou de outras nações europeias. Esses fatores nos mostram que a economia era um aspecto de destaque nas relações entre portugueses e africanos e que monopolizar o acesso destes aos produtos manufaturados europeus era de extrema importância para a Coroa. Dessa forma portugueses visavam restringir a entrada dos produtos sob sua jurisdição, dependendo assim a população local do comércio que os portugueses introduziram.

É neste contexto que vemos a importância das tentativas da Coroa em proibir o comércio que considerava irregular, em especial de armas e pólvora nos sertões angolanos. Documentos sobre as proibições destes gêneros durante a segunda metade do século XVIII nos mostram que os problemas causados pelo tráfico e comércio atravessaram gerações de governadores, voltando para atormentar aqueles que prometiam avanço e progresso, mas que por inúmeros motivos não se desprenderam de seus predecessores, por mais que os criticassem. A comparação entre os governadores sob a asa de Pombal e aqueles que segundo seus contemporâneos não deram continuidade aos planos ilustrados, nos permite identificar que políticas permaneceram durante a administração de Pombal e seus governadores e quais caíram sobre os ombros de seus sucessores.

Muito além dos pumbeiros e lançados (ou tangomaos), o comércio inter-regional de produtos bélicos na África Centro-Occidental é uma das inúmeras chaves na compreensão dos entraves políticos que a administração portuguesa enfrentava. A entrada destes produtos nos sertões do Ndongo é discutida amplamente nas documentações, evidenciando o descontentamento dos governadores portugueses que se viam no impasse entre proibir ou liberar o acesso de armas e pólvora às autoridades locais e a seus vassalos.

O acesso dos africanos dos sertões aos produtos de caráter bélico dificultava as relações entre esses agentes portugueses e chefes locais da região; em primeiro lugar, o acesso às armas era um catalisador de revoltas contra a presença portuguesa, sendo assim um entrave à tentativa de domínio e monopólio da Coroa. Para os agentes do governo português, “as armas, ainda que

sendo de má qualidade, bastam para lhes tirar o medo”<sup>7</sup>. Por outro lado, a proibição do comércio de armas e pólvora aos vassallos portugueses facilitava que autoridades locais buscassem os comerciantes de outras nações europeias, criando relações desfavoráveis à Coroa<sup>8</sup>. A liberalização da venda de armas e pólvora também poderia apresentar lucros à Fazenda Real devido à estima dos gêneros bélicos entre os africanos. O impasse está entre permitir o acesso a esses produtos ou não, já que ao mesmo tempo em que estes proporcionavam lucro à administração portuguesa e seus comerciantes vassallos, também causavam problemas devido a seu caráter de ferramenta de resistência. A intenção inicial dos governadores ilustrados em permitir todo e qualquer comércio na África encontrou no embate das armas uma inconveniência difícil de ser resolvida, mesmo com a instituição de presídios e fortes em localidades estratégicas para coibir o comércio não português nos sertões.

Serão analisadas no segundo capítulo as tentativas dos gestores ilustrados de reformar a máquina administrativa colonial portuguesa na África Centro-Occidental, principalmente no que tange à economia e comércio; até que ponto os portugueses tinham poder de influência sobre os territórios de Angola. Pretendemos analisar as propostas da Coroa e dos governadores para modificar, racionalizar e modernizar a administração portuguesa e comparar as ações dos diferentes governadores do período. Pombal tinha como objetivo uma renovação da forma como a metrópole se relacionava com suas colônias. Visava o fortalecimento da Coroa portuguesa na estimulação da produção colonial, em especial Angola, que se via à sombra do Brasil, tentando assim diminuir qualquer outro tipo de poder que ameaçasse a força da Coroa, muitas vezes dentro da própria máquina administrativa na forma de subordinados, oficiais e governadores. O código 555 do Arquivo Histórico Ultramarino (*Coleção das Providências, Leis e Ordens*), a *História de Angola* de Elias Alexandre Corrêa e a obra de J. C. Torres e Feo Cardozo de Castelo Branco são de imprescindível importância na realização desta etapa.

Entre os objetivos traçados no início do período pombalino alguns se sobressaíram pela importância que os próprios governos ilustrados os davam. Entre estes estava a expulsão iminente dos jesuítas em 1760, durante o governo de António de Vasconcelos – instituição que desde a criação do sistema de amos no fim do século XVI foi alvo de ataques de inimigos políticos –, pois Pombal e seus administradores ilustrados viam a influência da Companhia de Jesus em Angola como um monopólio, ameaçando assim o comércio livre e justo na região.

---

<sup>7</sup> AHNA, 1761, CÓDICE 3259 A-2-12.

<sup>8</sup> COUTO, Carlos. **Os capitães mores de Angola no século XVIII**. Subsídios para o estudo de sua atuação. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 203-219.

Outros dois planos que andaram atrelados ao ideário ilustrado foram a tentativa de povoamento branco e a instalação da fábrica de ferro de Nova Oeiras, no governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, onde a documentação nos mostra que nenhum fez frutos consideráveis, sendo a fábrica fechada no mandato de António de Lencastre, sucessor de Dom Francisco. Segundo Lencastre, dava mais prejuízo que lucro à Fazenda Real e durante toda segunda metade do século XVIII a população branca que tentou se estabelecer fora de Luanda e Benguela encontrou barreiras na saúde, no terreno e na população local.

Metas foram traçadas e objetivos apontados, mas não foram efetivamente alcançados. É clara a orientação das atitudes tomadas pela Coroa para conduzir o avanço científico em favor da administração estatal<sup>9</sup>. O uso de ideais ilustrados para um melhor aproveitamento das potencialidades da região garantiu a criação de uma troca vasta e rica de informações entre a administração portuguesa, mas não garantiu que a situação de Angola como fonte indispensável para o fornecimento de escravos para o Brasil fosse alterada. Mesmo com a constante busca de uma cultura reformista por parte dos governadores ilustrados, o tema da escravidão continuava sendo central nas conversas das autoridades<sup>10</sup>.

Analisaremos também as propostas da Coroa em reformar o comércio com os chefes locais, em especial de Cassange, a partir da documentação que envolve a viagem do sargento-mor Manuel Correia Leitão às terras do jaga e suas impressões sobre o relacionamento do chefe com seus vizinhos, principalmente com aqueles mais ao interior do território, como o Muatiânvua, que fornecia escravizados para o jaga em questão, mas tinha interesse em tratar diretamente com portugueses, sentimento recíproco exposto como um dos objetivos da viagem de Manuel Correia: atravessar a barreira imposta por Cassange, intermediário no comércio entre interior e litoral. Entre as impressões do sargento-mor sobre o território de Cassange, está o acesso deste a armas de fogo que se tornavam ferramentas fundamentais do chefe nos conflitos com povos vizinhos e como o provimento destas armas e pólvora ao jaga garantiam aos portugueses grande poder de negociação, por isso o contrabando e o comércio estrangeiro eram

---

<sup>9</sup> GONÇALVES, P. B. Iluminismo e Administração Colonial; Angola vista por brasileiros no século XVIII. In: PEREIRA, Magnus & alli (Org.). (Org.). **VIª Jornada Setecentista; conferências e comunicações**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006, v., p. 483.

<sup>10</sup> SANTOS, Catarina Madeira. **Um Governo Polido para Angola**. Reconfigurar Dispositivos de Domínio (1750-c.1800). 2005. 642 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2005, p. 68.

tão ameaçadores, pois tirando os portugueses da posição de fornecedores, era aberto o espaço para que chefes locais se rebelassem.

No terceiro e último capítulo, analisaremos as formas pelas quais os diferentes poderes em Angola buscaram barrar a livre movimentação comercial e política sob seus territórios. Não apenas a administração portuguesa preocupava-se com a livre entrada de estrangeiros em seus domínios: o jaga de Cassange se mostrou descontente com o interesse da Coroa em negociar diretamente com Muatiânvua de Lunda na viagem de Manuel Correia Leitão, pois era consciente da importância em se manter como intermediário entre estes dois poderes. Ainda na segunda metade do XVIII, o então jaga de Cassange, Dom Paschoal Rodrigues Machado, em suas negociações para se avassalar<sup>11</sup>, contesta as condições portuguesas para que este abra seu território a todos comerciantes autorizados pela Coroa, pois o jaga se sentia ameaçado à medida que sobas menores de sua região aumentavam seu poder graças ao acesso aos produtos bélicos europeus.

Além das obrigações comerciais que chefes avassalados tinham para com Luanda, o fornecimento de tropas locais para auxiliar nas guerras portuguesas foi fundamental para sua expansão política. A *guerra preta*<sup>12</sup> da segunda metade do XVIII, expõe a difusão das armas de fogo entre os soldados locais, que a partir do uso contínuo das mesmas, foi capaz de adapta-las aos conflitos africanos. Além do mais, a necessidade constante da guerra preta entre os comandantes portugueses demonstra a precariedade das poucas tropas lusitanas, incapazes de por sua própria força, vencer guerras ou manter presídios.

As tentativas da administração portuguesa em fechar a entrada de produtos de outras nações europeias aos sertões pelos portos do norte que fugiam de seu controle foram inúmeras. Em um primeiro momento o território de Encoge foi conquistado durante o governo de Dom António Álvares da Cunha<sup>13</sup> e um presídio construído nas ruínas do sobado derrotado. É neste contexto que analisaremos a guerra de Cabinda, no litoral ao norte de Luanda, durante o governo das juntas, entre 1782 e 1784, onde outras nações europeias comercializavam livremente – principalmente franceses e ingleses – e para inibir este comércio, foi decidida pela construção de um presídio português nos arredores do porto da região.

---

<sup>11</sup> AHNA, CÓDICE 3259 A-2-12, 1789-1792.

<sup>12</sup> Como eram chamados os exércitos africanos aliados aos portugueses.

<sup>13</sup> 1753-1758.

Examinaremos as consequências deste conflito para os objetivos da administração de Luanda sob o comando do triunvirato, responsável por representar os interesses da Coroa. Devido à sua distância para com a capital lusitana em Angola erros logísticos foram cometidos na empreitada, como a falta de reforços militares e a carência de suprimentos para os soldados. Além disso, os comandantes do exército português foram incapazes de atrair as chefias locais para a aliança portuguesa, encontrando assim interesses que chocavam com a exclusividade deste comércio. Acrescentando aos argumentos que giravam em torno do fracasso iminente do empreendimento, a junta que governava Angola fora duramente criticada por Elias Alexandre, o qual culpa-a pela negligência sofrida pelas tropas portuguesas. Apesar de ter um discurso diplomático, os governos da segunda metade do XVIII não deixaram de incitar conflitos, solução achada num esforço em coibir o comércio estrangeiro.

## **1. COMÉRCIO DE ARMAS E PÓLVORA EM ANGOLA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

O comércio inter-regional de produtos bélicos em Angola é uma das inúmeras chaves para o entendimento dos entraves políticos que a administração portuguesa e chefias locais enfrentaram na segunda metade do século XVIII. Neste capítulo trataremos das diferentes opiniões das autoridades portuguesas acerca da introdução de armas e pólvora nos sertões de Angola, seja pelo comércio de outros povos europeus em portos fora do domínio português, seja pelos próprios comerciantes vassallos da Coroa, que apesar das proibições, ofereciam os produtos aos sobas e jagas, para assim, facilitar nas negociações. Além destes agentes, os militares portugueses não se limitavam às suas funções, mas, por sua proximidade com os chefados dos sertões, estavam em posição privilegiada no comércio escravagista. Para melhor compreensão do texto, decidimos por atualizar a grafia das fontes para os dias atuais.

### **1.1. Histórico das armas de fogo antes do século XVIII**

Apesar de tratarmos aqui das dinâmicas em torno do comércio de armas e pólvora na segunda metade do século XVIII, vale ressaltar que estes produtos não eram algo novo entre sobas e jagas dos sertões de Angola, estando presentes muito antes nas negociações e nos conflitos angolanos. As armas eram, além de instrumentos de guerra, instrumentos políticos. Em carta de 17 de abril de 1724, Dom João V já comentava uma proibição do transporte de armas de fogo datada de 1722, vindo por bem revogá-la devido à dificuldade com que o governador António Albuquerque Coelho de Carvalho tinha no “seu devido cumprimento, principalmente fora dessa Cidade, e seu Distrito, e mais Presídios”<sup>14</sup>, e que, sendo seu porte legalizado, as armas seriam usadas principalmente contra ataques de animais selvagens ou de escravizados fugidos. Apesar do dito pelo rei, o uso das armas de fogo não se limitou à legítima defesa, sendo empregadas nos inúmeros conflitos entre portugueses e populações locais nos séculos XVII e XVIII.

Apesar de introduzidas por europeus, a utilização de armas e pólvora não se limitou aos mesmos. O uso por parte dos povos africanos foi muito bem analisado por Luiz Felipe de Alencastro, que expõe a inquietação de Tristão da Cunha<sup>15</sup> ao se deparar com a grande quantidade de africanos armados com mosquetes reunidos por Mani<sup>16</sup> Mulaza de Ambuíla em sua guerra contra os portugueses, obrigando o governador a proibir a venda dos produtos aos

<sup>14</sup> Caixa 36, Arquivo Histórico Ultramarino, 1724.

<sup>15</sup> Governador entre 1666 e 1667.

<sup>16</sup> Mani quer dizer chefe; Mani Mulaza era uma liderança local de Ambuíla.

chefes dos sertões por parte de comerciantes vassallos da Coroa<sup>17</sup>. Provavelmente a proibição não causou tanto impacto à aquisição dos mesmos produtos pelos chefes africanos pois segundo Filipe Nunes de Carvalho, outros europeus já em 1600, se viam presentes e introduzindo os artigos em questão aos sobas e jagas que “muito procuradas pelos africanos, [as armas de fogo] faziam perigo a já restrita supremacia militar dos portugueses”<sup>18</sup>.

As fontes nos provam a importância das armas de fogo nos conflitos angolanos do século XVII. Elias Alexandre da Silva Correa, militar luso-brasileiro que serviu em Angola na segunda metade do século XVIII, conta da batalha entre portugueses e forças congolenses durante o governo de André Vidal de Negreiros<sup>19</sup>. Percebendo o interesse português em suposta mina ao norte de Luanda, “D. António Rey do Congo, sabendo então o desígnio deste General [Vidal], intentou frustrá-lo, armando-se com mais de 100 mil negros de arco, e flexa: 2.000 Adagas, e **copioso número de armas de fogo**”<sup>20</sup>, o que nos expõe também que já no século XVII armas de fogo chegavam às mãos dos chefes africanos.

O conflito contra o chefe do Congo acerca dos territórios das supostas minas de ouro também retrata a importância dos mosquetes na decisão das batalhas quando, durante o combate contra as tropas congolenses, o comandante da Coroa Luiz Lopes de Sequeira vence contenda contra o rei do Congo auxiliado por tiro de mosquete de um de seus soldados, vencendo assim o embate:

Então o Príncipe Negro, querendo abreviar os recursos da vitória, sai da linha, e se apresenta armado de espada e rodela, a buscar o comandante Português, para com ele pelejar, corpo a corpo [...]. Os desafiadores medem as armas, e cada um se esforça em derrubar o seu contrário; mas se muito esforço se vê no intrépido, e Ligeiro Rey; muito mais se nota em Sequeira, que começando, depois de algum tempo de fatigado combate, assentir qualquer vantagem sobre o seu competidor, lhe foi rebatada a vitória por uma bala de mosquete, que saindo do seu pequeno Exército, prostou o Príncipe por terra. Sequeira,

<sup>17</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 300.

<sup>18</sup> CARVALHO, Filipe Nunes de. Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. Prolegómenos do inferno. In: BARROCA, Mario Jorge (org). **Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In memoriam**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, v. 1, 1999, p. 237.

<sup>19</sup> 1661 a 1666.

<sup>20</sup> CORRÊA, Elias Alexandre. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, v. 1, 1937, primeira edição, p. 280. (grifo nosso)

cortando-lhe imediatamente a Cabeça, a fez levantar em um pique. A sua exposição aclamou a Victoria dos portuguesa<sup>21</sup>.

Sabendo da importância das armas de fogo nas guerras, chefes locais tentavam das formas que podiam acumular os gêneros. Durante governo de Luiz Lôbo da Silva<sup>22</sup>, o Jaga Caconda ataca o presídio português localizado em seu território, roubando “as armas, e munições”<sup>23</sup>, na busca por fortificar seu poderio militar e conseqüentemente influencia na região, provando mais uma vez que os chefes não eram alienados à superioridade militar do uso das armas de fogo e além de buscar adquiri-las a partir do comércio, também recorriam à assaltos a postos militares. A demanda dos chefes locais era o que importava na hora de direcionar produtos para os sertões e apesar das tentativas portuguesas de controlar a introdução de armas, outros grupos atendiam o consumo dos chefes sertanejos.

## **1.2. Os agentes do tráfico: comerciantes de outras nações europeias e funcionários da Coroa na introdução de gêneros bélicos nos sertões**

Dentro do contexto do tráfico negreiro vários produtos circulavam paralelamente aos escravos. Segundo Manolo Florentino, “os têxteis e a aguardente estiveram presentes em, respectivamente, 86% e 94% dos carregamentos, seguidos de perto pelos manufaturados de natureza bélica (pólvora, armas de fogo, espadas, facas, arcos e flechas) com 80%”<sup>24</sup>, assim, as armas se encontravam na maioria das negociações e transações para a aquisição de escravizados.

O acesso dos africanos dos sertões angolanos aos produtos de caráter bélico dificultava as relações entre governadores portugueses e autoridades locais da região; a circulação das armas era um catalisador de revoltas contra os portugueses. Para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar atuante entre os anos de 1760 e 1769, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, “as armas, ainda que sendo de má qualidade, bastam para lhes tirar o medo”<sup>25</sup>. Por outro lado, como aponta Carlos Couto<sup>26</sup>, a proibição desses gêneros facilitava a aliança de sobas com outras nações europeias, criando relações com os chefes anteriormente vassalos à Coroa, mas que, por ter acesso aos produtos introduzidos por outros negociantes, acabavam por abandonar acordos com os portugueses. A liberalização da venda de armas e pólvora também

---

<sup>21</sup> CORRÊA, p. 282.

<sup>22</sup> 1684 a 1688.

<sup>23</sup> CORRÊA, op. cit. v. 2, p. 305.

<sup>24</sup> FLORENTINO, op. cit., p. 127.

<sup>25</sup> Códice 3259 A-2-12, AHNA, Angola, 1761.

<sup>26</sup> COUTO, op. cit., 219.

poderia apresentar lucros à Fazenda Real devido à estima dos gêneros bélicos entre os africanos. O impasse estava entre permitir o acesso a esses produtos ou não, já que ao mesmo tempo em que garantiam lucro aos comerciantes vassalos portugueses, também causavam problemas devido ao seu caráter de ferramenta de resistência, física ou simbólica.

Segundo cartas e documentos trocados entre autoridades portuguesas, comerciantes de outras nações europeias eram os maiores responsáveis pela introdução de armas e pólvora no território angolano. Alberto da Costa e Silva mostra como, apesar das pretensões portuguesas de restringir a movimentação comercial sob seu julgo, franceses, ingleses, flamengos, alemães e até mesmo degredados portugueses comercializavam fora da jurisdição portuguesa. Embora os africanos preservassem suas relações com a Coroa, buscavam se favorecer da rivalidade entre os europeus no comércio: “Em terra, os melhores aliados não hesitavam em vender a quem desse mais e a comprar de quem oferecesse mais barato”<sup>27</sup>. Para David Birmingham:

A venda de armas de fogo e pólvora, feita diretamente pelos ingleses aos chefes africanos ou aos comerciantes portugueses, era talvez o aspecto particular mais importante do comércio do Loango. Oficialmente, os comerciantes portugueses estavam proibidos de fornecer armas de fogo aos chefes. Isto devia-se ao facto de os Portugueses terem interesses territoriais e militares em Angola e não desejarem aumentar a resistência dos opositores. Contudo, o embargo era constantemente violado pelos comerciantes no Loango, que não tinha interesses territoriais e para quem o incremento da guerra era comprovadamente benéfico, mais do que o inverso, pelo aumento do número de cativos no mercado. Uma vez disponíveis no interior, cedo as armas de fogo chegavam às mãos dos povos da Kisama, que constituíam a principal ameaça aos comerciantes que utilizavam a rota comercial do Kwanza<sup>28</sup>.

A busca por gêneros bélicos entre os chefes locais evidencia o seu descontentamento com as tentativas de domínio português e com o controle que estes exerciam sobre seu acesso aos produtos manufaturados europeus, para defesa própria ou resistência contra ataques vizinhos. A descentralização política de Angola era tanto uma vantagem quanto uma desvantagem aos portugueses, pois, da mesma forma que esta garantia uma negociação

---

<sup>27</sup> SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 311.

<sup>28</sup> BIRMINGHAM, David. **Alianças e Conflitos**: os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004, p. 155-156.

facilitada, cabendo aos europeus ofertar de acordo com os interesses de cada chefe em específico, sem se sujeitar a um poder centralizado na figura de um soberano acima dos sobas e jagas, também era responsável por uma facilitação da presença estrangeira não portuguesa na região, que do mesmo modo que os portugueses, formava alianças com chefes locais que se interessassem por suas ofertas.

De acordo com Ariane Cruz<sup>29</sup> os comerciantes de outras nações europeias encontravam abertura para a comercialização em áreas cujas autoridades não se submeteram ao avassalamento, obtendo escravos e fornecendo armas para os sobas não avassalados e vistos como hostis pela Coroa. Além disso, os próprios portugueses possuíam interesse em comprar estes produtos de comerciantes de armas de outras nações europeias pois era mais vantajoso em relação aos fornecidos por próprios comerciantes vassalados da Coroa vindos do Brasil, como evidencia o governador António de Vasconcelos em sua carta para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na qual informa que para a fazenda real seria mais vantajoso comprar destas armas, que as importadas<sup>30</sup>.

Funcionários da administração portuguesa em Angola também eram julgados por terem relações com chefes locais. Apesar da venda de armas a africanos ser rigorosamente proibida, isso não impedia que houvesse contrabando<sup>31</sup>. Militares e comerciantes portugueses tinham relações sorrateiras ao julgo português com os sobas da região, indo contra as leis portuguesas do início da segunda metade do XVIII em relação ao acesso dos sobas e jagas a diversos produtos, entre eles armas e pólvora. “A ameaça estava além dos sobas e era necessário disciplinar e ordenar aqueles portugueses que, desviando das instruções e de seus propósitos originais, negociavam e agiam à margem do controle das instituições da Coroa”<sup>32</sup>.

Segundo Beatrix Heintze, a vida em Angola era dura e cheia de riscos, principalmente por conta das doenças tropicais e, conseqüentemente, não atraía muitos portugueses ao local de forma voluntária<sup>33</sup>. Além das péssimas condições de subsistência, os europeus tinham de enfrentar um clima hostil à sua saúde, atacada constantemente por doenças seguidas de mortes,

<sup>29</sup> CRUZ, Ariane Carvalho da. “**Sempre vassalo fiel de sua majestade fidelíssima**”: Os autos de vassalagem e as cartas patentes para autoridades locais africanas (Angola, segunda metade do século XVIII). In: **Cadernos de Estudos Africanos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2015, p. 72.

<sup>30</sup> VASCONCELOS, António. **Carta para o dito Secretario, sobre o Comércio de Pólvora, e Armas, e compra destas para a Real Fazenda**. Códice 3259 A-2-12, AHNA, 1758.

<sup>31</sup> HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**: Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 494.

<sup>32</sup> CARVALHO, Flávia Maria. **Sobas e homens do rei**: a interiorização dos portugueses em Angola (séculos XVII e XVIII). Maceió: Edufal, 2015, p. 253.

<sup>33</sup> HEINTZE, op. cit., p. 455.

o que influenciava diretamente na busca de militares pela participação no tráfico. Na documentação consultada, o caso que melhor exemplifica esse tipo de atividade é o do julgamento de Manuel José Botelho Ferreira, um capitão regente acusado de ter negociado com sobas em 1779, acontecimento brevemente mencionado na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>34</sup>. Entre os diversos negócios feitos está o de uma troca, na qual o capitão oferece ao soba Gana Anganga um barril de pólvora em troca de três escravizados.

Apesar das denúncias e interrogatórios, Manuel José Botelho Ferreira negou a negociação do barril pelos escravos e foi considerado inocente das acusações. Mesmo inocentado, o julgamento abre questionamentos sobre o controle efetivo português, não apenas sobre as etnias locais e comerciantes estrangeiros de outras nações, mas sobre as próprias autoridades representantes da Coroa, comprovando a presença do contrabando no cotidiano de militares que tinham acesso ao interior.

Embora a entrada de comerciantes brancos nos sertões – mesmo aqueles vassallos da Coroa – estivesse proibida ao fim do século XVII e perdurado ao longo da primeira metade do XVIII, governadores portugueses usavam militares que tinham acesso ao interior para, com estes como intermediários, efetuar negociações com os sobas, manobrando seus interesses e adaptando-os mesmo com leis proibitivas para tal. A relação entre os capitães-mores e os chefados sob sua jurisdição era marcada por abuso e violência, desestabilizando o comércio<sup>35</sup>. Em 1721 fora decretada a proibição da participação no tráfico de escravos por parte dos governadores portugueses de Angola: “Pela perda, seriam compensados no salário com o incremento de cinco vezes, até 6.000.000 de réis *per annum*”<sup>36</sup>. Segundo Carlos Couto, a provável verdade é que as autoridades portuguesas não estavam dedicadas à fiscalização da entrada nos sertões no início do século XVIII, quiçá castigar aqueles que o faziam

Por isso, a lei não podia ser observada. No fundo, nem os governadores a respeitam, nem a própria Metrópole é sincera nestas recomendações. O que todos querem é dinheiro, e este só podia dar o escravo, sobretudo o escravo trabalhando nas terras fartas da América<sup>37</sup>.

Tendo os governadores sido, em tese, desautorizados de participar no comércio de escravizados em 1721, os capitães-mores mantiveram suas negociações ativamente ao longo do

---

<sup>34</sup> CAIXA 103, AHU, 1779.

<sup>35</sup> BIRMINGHAM, op. cit., p. 152.

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> COUTO, op. cit.

setecentos. Os militares enviados aos presídios não tinham necessariamente uma formação adequada para fins administrativos e políticos, e os salários eram relativamente baixos<sup>38</sup>, fatores que podem ter contribuído para a atitude destes funcionários da Coroa em negociar bens para proveito pessoal, principalmente escravizados, devido à alta lucratividade de sua comercialização. “Os capitães-mores eram, nos seus domínios, diretamente responsáveis pela ordem, mas, por razões de conveniência, muitas vezes realizavam suas atividades em benefício próprio”<sup>39</sup>. Elias Alexandre nos mostra mais um pouco sobre a situação dos capitães mores que devido à sua presença nos sertões estavam em direta comunicação com seus líderes locais e presentes nas negociações comerciais, num determinado momento permitidas e até encorajadas pela Coroa:

Os Capitães Mores tirados d’entre a oficialidade militar desta Cidade, não gozavam em outro tempo de soldo algum, tolerando-se-lhes as ganancias que podiam adquirir pela sua indústria e comercio; mas refinando-se a ambição pelo abuso desta econômica tolerância, empregavam a sua autoridade em abono dos próprios interesses atropelando os alheios<sup>40</sup>.

Os negócios no sertão não deixaram de ser praticados pelos capitães-mores mesmo com as proibições e a criação de um soldo para os mesmos:

Os Capitães Mores dos Presídios zombando da proibição do comercio que lhes foi vedado, quando se lhes conferiu o ordenado de 300 mil réis por ano, tendo nas mãos a regência daqueles povos, atraem ao seu interesse os favoráveis recursos, que deviam aplicar em benefício imparcial dos comerciantes sertanejos. [...] A sujeição dos Sobas ao seu Capitão Mor lhes põem nas mãos a dependência do expediente<sup>41</sup>.

Essa adversidade antiga viu-se sobrevivente nos governos ilustrados, trazendo problemas para as tentativas por parte dos portugueses, de monopolizar a circulação comercial na região. O próprio sistema português incentivou durante um longo período de tempo que capitães-mores fizessem negócios por si só, pois assim se eximiam da responsabilidade de pagar o salário da alta quantidade de oficiais:

---

<sup>38</sup> HEINTZE, op. cit., p. 455.

<sup>39</sup> CRUZ, op. cit., p. 44.

<sup>40</sup> CORRÊA, op. cit. v. 1, p. 25.

<sup>41</sup> Ibid, p. 36-37.

A documentação indica que inicialmente esses capitães mores, apesar de ocuparem e exercerem funções estratégicas para a política portuguesa, não recebiam salários, o que favorecia o enriquecimento ilícito gerado por essas brechas fiscais. [...] Posteriormente essa condição foi alterada e os capitães passaram a ser remunerados em uma tentativa da Coroa de reduzir os desvios praticados contra os sobas<sup>42</sup>.

Em 1761 foi designado que capitães-mores deveriam ter sua carta patente assinada pelo próprio rei e que caso infringissem os tratados comerciais, seriam julgados e punidos com base nas decisões dos administradores locais<sup>43</sup>. Aumentar o soldo dos capitães também não pareceu surtir efeito após as proibições da Coroa, realizar o tráfico se tornou uma tradição rotineira para os oficiais que, gozando de sua proximidade com os chefes locais – proximidade que seus superiores muitas vezes não possuíam – aumentaram sua renda como intermediários e detentores da autoridade portuguesa em sua esfera de influência. Para Ariane Carvalho da Cruz, era comum que militares também exercessem a função de comerciantes<sup>44</sup>, uma vez que em períodos entre guerras estes militares se viam sem atividades, ociosos.

Não apenas criticando-os por suas atividades ilícitas, Elias Alexandre também culpabilizava os capitães mores por muitos dos ataques de chefes negros contra comerciantes portugueses pois, segundo ele

Invadidos os habitantes dos Sertões de enganos, insultos, e castigos, que lhes aplicam os Feirantes em abono da cobiça, aplaudidos, e secundados pelo Capitão Mor respectivo, principalmente se o Agente do seu comércio é quem os exercita, hão recurso à vingança análoga à brutalidade dos seus costumes, e natureza, suscitada pela desesperação. [...] Este garantismo lhes presta o ânimo, e astúcia de roubar o seu insultador; de o assassinar; de refutar o seu negócio; ou de arrebatá-lo em plena estrada os cativos já vendidos, para os revender em outra parte<sup>45</sup>.

Retirar o poder dos capitães-mores e colocá-lo nas mãos de juízes se provou como mais um fracasso. Estes também se demonstraram corruptos, desobedecendo as leis que prometeram seguir, chegando ao ponto em que as punições para a quebra de tais leis se tornaram impossíveis

<sup>42</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 89.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Ingrid Silva. **Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia “reformada”**: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 56.

<sup>44</sup> CRUZ, op. cit., p. 36.

<sup>45</sup> CORRÊA, op. cit. v. 1, p. 44-45.

de serem praticadas, dado que juizes e outros oficiais teriam de ser punidos diariamente, expondo o quanto a corrupção estava disseminada e enraizada pelos braços da hierarquia portuguesa<sup>46</sup>.

Tal incômodo recorrente se tornou mais um dilema administrativo: proibindo o tráfico efetuado por autoridades subalternas, acabava por se permitir que outras nações europeias se aproveitassem disso e negociassem com os sobas dos sertões, armando-os para revoltas contra portugueses e/ou seus vassallos. Não apenas isso, mas sem poder de negociação com os sobas, considerando que “o fornecimento de armas era condição *sine qua non* para que as elites nativas permitissem o estabelecimento de comerciantes europeus e americanos em muitos dos portos e cidades africanas”<sup>47</sup>, os capitães-mores perdiam parte de seu recurso de argumentação com estas autoridades locais. Se não fosse oferecido ao soba o que este desejava, ele poderia por sua vontade interromper as transações com os comerciantes e quebrar acordos feitos anteriormente com a Coroa, representada nas figuras dos governadores e capitães-mores de cada presídio. “Sendo a pólvora um dos géneros mais apreciados pelos negros, os estrangeiros encontravam-se, deste modo, numa situação privilegiada em relação aos vassallos de Sua Majestade”<sup>48</sup>. Ambas as alternativas iam de encontro aos interesses da Coroa de monopolizar e controlar os africanos a partir do comércio.

Viajantes e estrangeiros europeus identificaram a partir de suas visitas e observações na África Centro-Occidental, que a vulgarização da posse de armas era algo perigoso. Um personagem que escreveu sobre o tema foi Rafael José de Souza Correa Melo, advogado enviado às possessões portuguesas na África Centro-Occidental para atuar como ouvidor e juiz de fora da Capitania de Benguela na segunda metade do século XVIII. Patrícia Gonçalves analisa os escritos do juiz de fora:

O principal foco de suas atenções é, portanto a venda indiscriminada de pólvora e armas de fogo aos naturais, e a necessidade imperativa de reprimir tal prática. O autor pretende denunciar o uso abusivo dessas moedas de troca no comércio efetuado com os nativos a longos anos, embora este comércio estivesse em interdito naquela época, o confisco dos gêneros não impedia o seu contrabando<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 168.

<sup>47</sup> FLORENTINO, 1995, p. 89.

<sup>48</sup> COUTO, op. cit., p. 203-204.

<sup>49</sup> GONÇALVES, op cit., p. 488.

Assim como observa as impressões deste sobre as carências dos presídios portugueses em comparação com as forças que os ameaçavam, fossem estas europeias ou locais:

[Rafael José de Souza Correa Melo] retratou a escassez das posses de sua guarnição e dos efetivos para defender um presídio que não possuía fortaleza, onde os soldados sempre doentes não possuíam conhecimento nem recursos suficientes para efetuar a manutenção das armas, ao passo que os nativos, ao contrário, as obtinham em larga escala, vindas do Reino, do Brasil e também introduzidas por franceses, além de serem hábeis em sua manutenção e produção de munição, tornando-se assim temíveis em suas investidas. A partir desses sucessos os negros adquiriram, em sua opinião, consciência de que não eram inferiores aos brancos, muito pelo contrário<sup>50</sup>.

Fornecer armas e pólvora nas negociações ia além do comércio e garantia a aliança e apoio militar dos chefes dos sertões. Em sua viagem ao sobado de Cassange, em encontro com seu soberano, o militar Manuel Correia Leitão ameaça parar de fornecer pólvora ao jaga caso este não permitisse a passagem do sargento-mór por seu território em direção ao leste, tornando assim, as armas de fogo providas pelos próprios portugueses inúteis:

Mas, quando o ameacei, mostrou temor, especialmente quando lhe disse que, se se fiava nas armas, visse que as havíamos de reduzir a paus, ficando todas sem préstimo, negando-se-lhe totalmente a pólvora; e de facto, se puder vedar este mau gênero a estes homens, os veremos mais humildes<sup>51</sup>.

Ainda nesta documentação, Manuel Correia Leitão fala da maestria no uso e da importância que os povos dos sertões viam nas armas de fogo para defesa e ataque a povos vizinhos:

Briga todo este gentio com flechas de ferro e de pau duro como o mesmo ferro, e com as nossas armas de fogo, de que têm quantidade, e são tão bons atiradores que os não excedem os portugueses, com as quais se tem livrado o Cassange de seus fronteiros inimigos, porque o excedem no número e no valor<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 488.

<sup>51</sup> LEITÃO, Manuel Correia. Viagem que eu, sargento-mór dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, Lisboa, 1938, p. 18-19.

<sup>52</sup> Ibid.

O fator essencial para facilitação nas negociações com os chefes do sertão era o oferecimento de armas (entre outros produtos) em troca de escravos; negociantes europeus de outras nações sabiam usar disso muito bem: enquanto o fornecimento dos portugueses era limitado graças as leis que tentavam garantir que o acesso africano fosse restrito, outras nações europeias conseguiam alcançar a demanda dos chefes locais. Isso acarretava não só em um prejuízo comercial à fazenda portuguesa, mas também na aquisição de escravizados, muitas vezes diminuída graças às compras em grandes quantidades de seus concorrentes, que desestabilizavam o comércio regional. “Com os navios ingleses no litoral, os africanos levavam seus escravos para os portos”<sup>53</sup> e “em terra, os melhores aliados não hesitavam em vender a quem desse mais e a comprar de quem oferecesse mais barato”<sup>54</sup>.

Os grupos dominantes africanos viam no tráfico um instrumento por meio do qual podiam fortalecer seu poder, incorporando povos tributários e escravos. A venda destes últimos no litoral lhes permitia o acesso a diversos tipos de mercadorias e material bélico. Desse modo, aumentava a sua capacidade de produzir escravos e por conseguinte, de controlar os bens envolvidos no escambo<sup>55</sup>.

### **1.3. Os primeiros debates ilustrados acerca do comércio de armas e pólvora nos sertões de Angola**

Em documentos datados de 1758 a 1799, autoridades portuguesas em Angola demonstravam sua insatisfação e preocupação, cobrando de seus superiores ações que dificultassem o comércio entre outras nações europeias e centro-africanos. Na busca por medidas que limitassem a introdução de armas e pólvora nos sertões, de modo que seu uso e porte não fossem abundantes, governadores e secretários de Estado discutiram acerca dos prejuízos e vantagens que este comércio causava aos vínculos formados entre Coroa e chefes locais, em especial suas relações nos sertões, área em que a Coroa menos tinha influência. Quanto mais distante da capital Luanda, menos controle os portugueses possuíam, com exceção dos presídios, em tese controlados pela Coroa. Nestas cartas o maior problema se mostra na fiscalização da entrada dos produtos, tanto por mãos estrangeiras quanto por funcionários da Coroa, o que com o passar do tempo vai se mostrando como uma concorrência cada vez mais difícil e economicamente inviável aos negociantes vassalos da Coroa portuguesa.

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 83.

<sup>54</sup> SILVA, op. cit., p. 311.

<sup>55</sup> FLORENTINO, op. cit., p. 89.

Ao se deparar com as inquietações acerca do comércio de armas e pólvora o então governador e capitão-general de Angola, António de Vasconcelos, enviou carta em 26 de maio de 1759 para o secretário de Estado da marinha e do ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, expondo a necessidade de permitir que negociantes vendessem armas e pólvora para os povos dos sertões, sendo impraticável sua proibição total, já que os “gentios”, sem a oferta desses gêneros, não aceitariam o comércio.:

A proibição total dos tais gêneros já hoje sem ser e dar a Luango é quase impraticável por estar o gentio tão acostumado a eles que sem tal, ou qual porção não negocia. O remédio a meu entender consiste em [...] permitir vender aos negociantes outros tantos quintais, que pouco mais, ou (sic) que tem quase toda já perdida<sup>56</sup>.

Sabendo que a presença portuguesa nos presídios era reduzida e que suas tropas estavam em desvantagem por diversos fatores – como o clima, doenças, deserções – os administradores ilustrados tinham muito receio pela capacidade dos africanos em não só adquirir, mas que se familiarizassem com as armas de fogo. Para se manter no território angolano, portugueses precisavam das alianças com os povos locais e a ameaça dos gêneros bélicos nas mãos destes perturbava os frágeis pactos entre eles e a Coroa. Não só pela concorrência estrangeira no comércio, mas também pelas complicações políticas que poderiam causar a perda de influência nos sertões.

Segundo Dom António de Vasconcelos estes negociantes estrangeiros que atuavam nos sertões seriam “os que mais introduzem pólvora, e armas”<sup>57</sup>, e que sua qualidade se assemelhava com as de carregamentos anteriores à sua gestão, vindos da Bahia, que “do primeiro tiro hão de Rebentar”<sup>58</sup>. Para Dom António, seria melhor que se permitissem os “Negociantes do Mato”, pois deles seria possível adquirir armas de mesma qualidade e mais baratas para o suprimento da artilharia portuguesa em Angola.

Embora a favor do comércio destes produtos nos sertões pelo motivo acima mencionado, Dom António de Vasconcelos se mostrava bastante incomodado com a presença dos mesmos na capital, pois graças ao acesso dos negros de Luanda à pólvora – guardada em

---

<sup>56</sup> VASCONCELOS, op. cit.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> Ibid.

casas/armazéns –, tinha receio não somente pela introdução da mesma, mas também pelo dano que seu armazenamento causaria na capital, provocando incêndios e destruição:

Não tanto por evitar o contrabando como diligencia perdida no país tido aberto por mar, e terra, e tudo estrada para os negros sem passo, que precisamente hajam de vadear, mas sim por minorar nossa pequena porção a evidente perigo em que essa cidade com as casas alheias desse gênero, e de negraria com fogos, e cachimbos com (sic), e (sic) de outras de palha, que repetidas vezes ardem pela natural incúria dos pretos<sup>59</sup>.

Apreensivo com o problema, Dom António pediu em mesma carta de 1759 ao secretário de Estado que decretasse a construção de um armazém para pólvora distante do centro habitacional da cidade de Luanda no Forte de São Pedro, localizado na própria capital, para que os povos locais fossem ali mesmo comprar, e que por este motivo o fornecimento às fortalezas mais afastadas seria facilitado, “por este meio estarão as Fortalezas providas sempre de Pólvora boa” e “sobre tudo livrar-se-á a Cidade de sua Real Ruina”<sup>60</sup>.

Em resposta ao governador, Francisco Xavier Furtado enviou-lhe um aviso e um parecer datados de 21 de novembro de 1761 sobre o comércio de armas e pólvora nos sertões, repetindo o que foi posto pelo governador em cartas passadas sobre

A impossibilidade que há no tempo presente para se proibir, que os negociantes vassallos d’El Rey Nosso Senhor (sic) em introduzir pólvora, e armas nos Sertões deste Reino, porque os estrangeiros as têm introduzido, e introduzem tão largamente, que a gestão hoje se acha tão consternado ao uso da mesma pólvora, e armas, que sem alguma porção delas se não pode negociar com eles<sup>61</sup>.

Apesar do pedido pelo governador, o secretário de Estado insistiu na proibição dos referidos gêneros, “que não só não se permita, mas que embarace com toda eficiência esse novo Comércio de Armas, e de Pólvora”<sup>62</sup>, por motivos que segundo ele seriam expostos no extenso parecer que acompanhava a carta. Nesta correspondência o secretário de Estado ressaltou que a proibição não deveria ser executada de uma só vez, mas sim com prudência, afinal isso poderia

---

<sup>59</sup> VASCONCELOS, op. cit.

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. **Aviso do Secretario d’Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 21 de Novembro de 1761 proibindo a introdução das Armas e Pólvora para o Sertão, e algumas outras Providencias sobre o comércio destes dois gêneros.** Códice 3259 A-2-12, AHNA, 1761.

<sup>62</sup> Ibid.

também desarticular o comércio português com os nativos, causando prejuízo aos negociantes e surpresa aos negros, “porque o Gentio se acha acostumado ao uso da mesma Pólvora”<sup>63</sup>.

Definindo que num período de um ano a partir do dia em que o aviso do secretário de 1761 chegasse às mãos do governador, as remessas de armas e pólvora deveriam ser fornecidas aos negros do sertão por meio das autoridades portuguesas com toda cautela possível, visando um controle numérico e estatístico sobre a quantidade que o sertão teria acesso, fazendo-se uso de livros de registros de entrada e saída dos gêneros, rubricados pelo provedor da fazenda, que seriam posteriormente enviados à metrópole:

Para a execução do que fica ponderado, mandará Vossa Senhoria formar um inventário de toda a pólvora, e armas, que se achar nesse Reino, ao tempo, que Vossa Senhoria receber esta carta, a qual remeterá pela Secretaria d’Estado dos Negócios da Marinha. Na primeira embarcação, que partir desse Reino, e na mesma conformidade, mandará Vossa Senhoria formar outro inventário das ditas armas, e pólvora, que entrarem nas embarcações, que descarregarem nos portos desse Reino, durante o ano que sua Majestade concede para a introdução dos referidos gêneros<sup>64</sup>.

Ao finalizar a carta Francisco Xavier de Mendonça Furtado reforçou as instruções que o governador deveria seguir ao longo de seu mandato, praticando o ideário português do Reformismo Ilustrado no que se refere ao relacionamento com os sobas vassallos, protegendo-os e garantindo seus direitos, assim como a proteção do comércio com estes chefes e demais nativos, ameaçado pelas transações de outras nações europeias:

Porá Vossa Senhoria um exceto cuidado, em que se ditasse o comércio com os naturais desses sertões, deixando-os gozar as suas terras na tranquilidade mais pacífica, administrando-lhes uma igual justiça: castigando os delitos, que contra elas se cometeram com a maior prontidão, e maior aparato de rigor quando forem cometidos contra os sobas, e gentios, e contra a boa fé, que se lhe deve observar no comércio, que com eles se faz. E tornando Vossa Senhoria estes princípios por base de todas as ações do seu governo para as deixar perpetuadas para à observância de todos os seus futuros sucessores: Pois é a maior guerra, que se pode fazer aos estrangeiros usurpadores dos interesses d’El Rey Nosso Senhor, e o maior benefício que Sua Majestade

---

<sup>63</sup> “Pede toda a prudência que essa absoluta proibição se não execute logo de um golpe com prejuízo dos que tem empregado o seu cabedal nos referidos gêneros, e com estranheza dos mesmos gentios.” FURTADO, op. cit.

<sup>64</sup> Ibid.

pode fazer aos vossos vassallos, e com que pode engrossar os Cabedais dessa praça e o Erário dessa Provedoria de Fazenda<sup>65</sup>.

Embora o discurso Ilustrado Luso fosse calcado na diplomacia, as formas que os governadores encontraram para manter acordos comerciais com sobas foi, muitas vezes, a partir da guerra, conquistando e obrigando os sobas a se submeterem às imposições portuguesas. O caráter diplomático da administração Reformista Ilustrada a partir do estudo das fontes, analisando-as e chocando umas às outras, ratifica que a linha entre diplomacia e conflito era tênue, pois contava com a disposição dos sobas além da de administradores portugueses em preservar as alianças, tendo que escolher muitas vezes entre manter contratos danosos aos seus interesses, ou rebelar-se em luta às imposições lusitanas. As relações de poder entre chefes centro-africanos e portugueses não foram pacíficas como os administradores ilustrados faziam parecer em suas documentações, nem estes foram guardiões dos melhores interesses de africanos.

A Coroa portuguesa percebeu que monopolizando os suprimentos dos produtos manufaturados em suas mãos, asseguraria o rendimento e o aumento da receita para a sua fazenda. Mas ao mesmo tempo em que tentava encerrar a participação estrangeira, também pretendia controlar a atuação dos próprios cidadãos portugueses, dominar o comércio interno e externo da região foi um projeto que encontrou ao longo do caminho inúmeros empecilhos e dificuldades. É interessante notar como portugueses tentaram usar do comércio como mais uma forma de controle sobre os povos dos sertões, esforçando-se em cercar seus domínios e aumentar a influência no território.

No parecer que acompanha a carta o secretário de Estado demonstrava a preocupação que se deveria ter com comerciantes de outras nações que não se contentavam em fazer comércio em seus próprios territórios, mas que também vendiam armas aos povos os quais portugueses consideravam sob seu domínio e com isso tiravam muita vantagem do dito comércio, afinal, estavam lucrando com a introdução de armas vendidas aos sobas, que usariam dos gêneros para seus conflitos contra portugueses e seus vassallos. Segundo o secretário de Estado Angola era diferente dos demais territórios da costa ocidental africana, sendo assim, os portugueses não deveriam espelhar seus métodos nos de outras nações europeias que também possuíam colônias ao longo do litoral:

---

<sup>65</sup> FURTADO, op. cit.

Fazendo reflexão sobre os nossos estabelecimentos em Angola [...] com os que tem na Costa Ocidental de África as outras Nações da Europa, (sic) que a constituição era tão diversa, que seria grande inconveniente adaptarmos nos em Angola, o que elas praticam nos seus estabelecimentos<sup>66</sup>.

Essa ponderação proposta por Francisco Xavier serviu como resposta ao que sugeriu o governador Dom António de Vasconcelos em sua carta de maio de 1758, que solicitou pela permissão aos comerciantes vassalos à Coroa negociar armas e pólvora com os povos dos sertões para assim lucrar como outros europeus o faziam: não é porquê outras nações europeias introduziam armas e pólvora em seus domínios na África, que portugueses – com projetos bem diferentes – deveriam fazer o mesmo. À primeira vista para o governador, talvez a decisão de proibir este comércio pudesse parecer equivocada, ignorando a garantia de lucro dos comerciantes que, sem a possibilidade de oferecer gêneros bélicos, perderiam parte do poder de negociação com os chefes locais do interior. Por isso o secretário continuou seu argumento com inúmeras respostas à pergunta: “E porque não tiramos nós as mesmas utilidades? Nós que não podemos evitar que eles as introduzam em Angola”<sup>67</sup>, já que outros povos europeus sairiam ganhando com este comércio enquanto os vassalos da Coroa estavam proibidos de praticá-lo.

O primeiro motivo apresentado seria o de que diferente dos portugueses, ingleses, franceses, holandeses e dinamarqueses não possuíam real interesse em colonizar as terras africanas e que seus fortes não passavam de bases com poucos militares, servindo apenas como postos de depósito de produtos para o comércio escravista: “não tinham, nem pretendem ter Colônia, que faça zelos aos Negros seus vizinhos: Nada arriscam em lhes introduzirem estas Armas: E por isso facilitam por meio delas o seu comércio”<sup>68</sup>. Para o secretário de Estado, Angola não seria uma simples feitoria, mas um território a ser colonizado por portugueses que causaria “ciúme aos potentados Negros Nossos confinantes”<sup>69</sup>. Logo, a introdução de armas de fogo e munições aos chefados negros seria prejudicial às tentativas de colonização portuguesas, permitindo que eles perdessem o medo das tropas da Coroa, esta, lutando para se manter como único poder militar com acesso às armas de fogo, assim como a outras ferramentas que garantissem sua superioridade, pois as alianças com os sobas e jagas eram formadas a partir da

---

<sup>66</sup> FURTADO, op. cit.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> Ibid.

conquista e perdendo seu trunfo militar, o controle português se dissolveria. Isto fica claro no seguinte trecho:

Armas de fogo, de que usamos na Guerra contra eles, devemos a nossa conservação. Não tanto pelo efeito que fazem, como pelo terror, que ainda hoje infundem a esses Bárbaros. Porém se os familiarizarmos com elas introduzindo-lhes por meio de Comércio, perder-lhe-hão o medo, e a Nós o respeito. Não nos será depois fácil resistir a multidão das suas mal disciplinadas tropas<sup>70</sup>.

Embora chame as tropas locais de indisciplinadas e de certa forma medrosas às armas, mais à frente o secretário de Estado se contradiz, usando a capacidade de aprendizagem dos africanos mais uma vez como argumento contra a liberação do comércio de armas de fogo, afirmando que

A ignorância dos negros em concertar e a falta de disciplina militar, não devem ser bastantes motivos para lhes facilitarmos esse comércio – primeiramente as armas, ainda sendo de má qualidade, bastam para lhes tirar o medo. [...] Segundo, a ignorância em consertar as armas pode não ser perpétua nos negros de Angola, assim como o não foi nas de Juyda<sup>71</sup> [...] que hoje consertam muito bem estas armas de má qualidade, que os europeus imprudentemente lhe introduzem<sup>72</sup>.

A seguir dá mais exemplos da capacidade disciplinar dos soldados africanos, fundamentando seu discurso contra a liberação do comércio referido:

Os negros da Costa de Malaquete aprenderam dos franceses a arte de temperar o ferro e o aço, e hoje chegam a exceder a todos os Europeus nesta parte. [...] Os negros chamados Malays por conta do Comércio vindo de País muito distante pela terra dentro, se viu que usam d'armas de fogo e de pólvora do seu país: E não fazem diligência pelas de Europa, ainda que mais perfeitas que as suas = A falta de disciplina militar dos negros, que os embarça mais no uso das armas de fogo, também não será perpétua: o uso e exercício os ensinará, como ensinou aos do Congo<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> FURTADO, op. cit.

<sup>71</sup> Hoje Uidá, localizada na costa ocidental da África na República de Benim.

<sup>72</sup> FURTADO, op. cit.

<sup>73</sup> Ibid.

Sobre o desejo do governador António de Vasconcelos em permitir o comércio de armas e pólvora, ainda replicou Sebastião José de Carvalho e Melo, Primeiro-Ministro de Portugal, na *Coleção das Providências, Leis e Ordens*, que apesar de existir, a introdução de armas por parte de outras nações europeias ainda não era volumosa, não chegando a propriamente fazer ameaça aos interesses portugueses no território. Também alega que a movimentação estrangeira seria minguada uma vez que portugueses haviam conquistado o Rochedo de Encoge ao norte de Luanda, que por sua posição estratégica faria a função de barrar a entrada aos sertões a partir dos portos do Loango. Completa sua consideração afirmando que mesmo que este comércio não português viesse a prosseguir e a ser volumoso, não deveriam ser os portugueses a engrossá-lo ainda mais<sup>74</sup>. O que confirma o secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado:

Enfim, não parece possível que as armas introduzidas por Loango, venham prover os Negros das vizinhanças de Ambaca, nem ainda de outros presídios próximos. Ao menos desta introdução não ouvimos até agora, outros prejuízos se não os gerais de ser contrabando<sup>75</sup>.

Apesar do afirmado tanto pelo primeiro-ministro, quanto pelo secretário de Estado, veremos que a introdução estrangeira de armas e pólvora para os sertões não apenas permaneceu, mas aumentou, sendo um problema constante para os administradores portugueses.

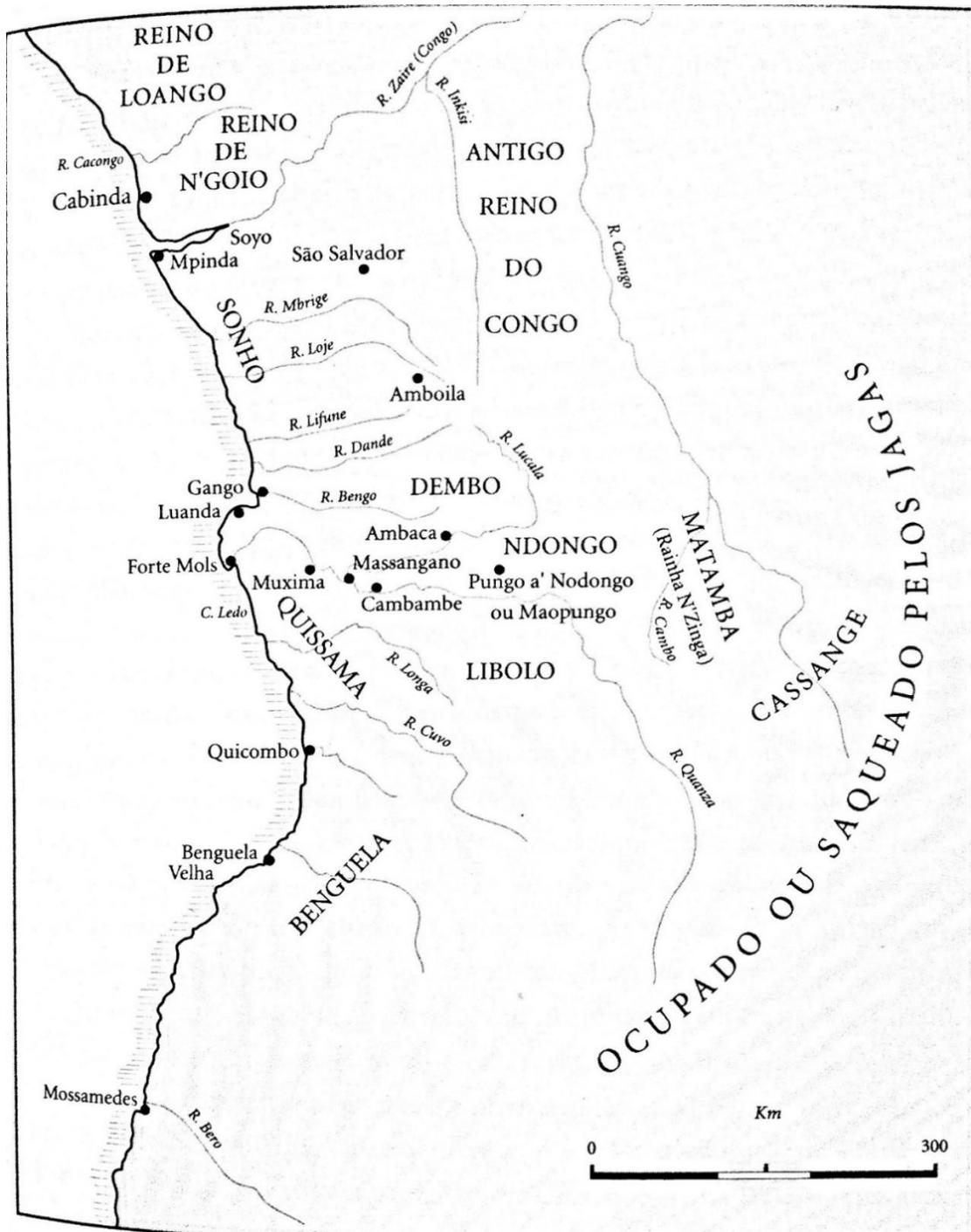
Como podemos ver na figura a seguir Loango se encontrava ao norte da capital Luanda, ocupada pelos portugueses. Entre Loango e Luanda, estava Ambuíla, onde se localizava o Rochedo de Encoge, mencionado por Sebastião José de Carvalho e Melo, responsável pela fiscalização sobre a circulação comercial na região. Segundo as fontes, era nos portos de Loango que os comerciantes não portugueses mais introduziam armas e pólvora, que por sua vez, eram transportadas para os chefes dos sertões:

---

<sup>74</sup> Códice 555, AHU, Angola, folhas 60 e 61.

<sup>75</sup> FURTADO, op. cit.

FIGURA 1 – Angola e Congo XVI-XVIII<sup>76</sup>



Fonte: BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Em 26 de abril de 1762 o governador Antônio de Vasconcelos enviou carta em resposta ao secretário de Estado concordando que a matéria do tráfico de armas deveria ser tratada com

<sup>76</sup> A extensão do território representada no mapa entre os séculos XVI e XVIII.

bastante ponderação e rigor, assentindo com as ideias do secretário no que se referia à nova política para este comércio, mesmo que estas fossem contrárias às do governador em sua primeira carta, adicionando o cobre à lista de produtos bélicos a serem proibidos<sup>77</sup> e prometendo que seria tratado com toda a eficácia segundo as exigências do secretário<sup>78</sup>.

Logo, o governador enviou com a missiva já o primeiro inventário do número dos ditos gêneros na capital Luanda, conforme Francisco Xavier Furtado lhe ordenara em carta anterior, e propunha ao correspondente o seguinte sistema: no primeiro ano seria levada aos sertões de Angola a terça parte da remessa de armas direcionadas para o comércio escravista, no segundo outra terça parte, já no terceiro ano seria dada a sexta parte e no quarto outra sexta, instruindo os comerciantes para que caso os sertanejos perguntassem o motivo de tal pequena quantidade, “que digam aos Negros ter diminuído as remessas”<sup>79</sup>. Com essa diminuição gradual no transporte de armas e pólvora para a região, o golpe de sua escassez não seria único: as chances de revoltas deveriam ser reduzidas e as transações entre comerciantes portugueses e povos locais permaneceria consolidada. Pelo menos era com isso que os administradores lusitanos contavam.

#### **1.4. A permanência do comércio de pólvora e armas apesar das previsões dos Reformistas Ilustrados**

Em 30 de abril de 1767 uma correspondência foi enviada ao secretário de Estado Francisco Xavier Furtado pelo governador Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho<sup>80</sup>, queixando-se da grande quantidade de armas e pólvora que estaria sendo introduzida tanto pelas companhias gerais de comércio de Pernambuco, quanto pelos contratadores de escravos pelos navios que chegam aos portos, aumentando assim a força militar e política dos inimigos portugueses:

A multiplicidade d’armas de fogo, e pólvora que se tem introduzido nesse Reino tanto pelas companhias gerais do Comércio de Pernambuco, e do Grão Pará, como pelos contratadores dos escravos, e mais particulares que fazem

---

<sup>77</sup> “E visto Sua Majestade determinar se não permita a introdução dos ditos dois gêneros, deve também mandar proibir a do chumbo, ordenando, que tanto desse como Ferro, e aí estejam aqui sempre bem proibidos os seus Armazéns, para evitar a extraordinária despesa, que com eles estão continuamente fazendo na excessiva maioria de presos porque se comprão.” VASCONCELOS, António de. **Carta do dito Governador para o Secretário d’Estado Francisco Xavier de Mendonça em resposta ao Aviso supra, escrita em 26 de Abril de 1762**. Angola: AHNA, Códice 3259 A-2-12, 1762.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> 1764 a 1772.

comércio para esses portos, aumentando-se com esta introdução as forças aos nossos inimigos = Foi o Mesmo Senhor servido mandar expedir ordens ao Consulado da saída desta cidade, para que nele se não dê despacho de pólvora, nem armas de fogo, de pessoa alguma<sup>81</sup>.

Vale lembrar que esta afirmação foi feita apenas seis anos após o discutido anteriormente pelo governador António de Vasconcelos e o secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, expondo assim a pouca capacidade portuguesa de controlar seus negociantes vassallos que apesar da proibição de 1761, permaneceram a introduzir armas e pólvora aos sertões de Angola. Tal como a presença dos contratadores, que a despeito de terem sido extintos em 1758 segundo a *Coleção das Providencias, Leis e Ordem* ainda estavam presentes também nos sertões e nas feiras, sendo ativos no comércio inter-regional.

Na citação acima Dom Francisco Inocêncio ainda comentou sobre decisão do secretário de Estado de fechar a saída de pólvora e armas de fogo em direção aos sertões, para “pessoa alguma”, o que indicava que para o comércio de armas não deveria existir exceção, todo ele deveria ser extinto, principalmente o praticado por autoridades portuguesas. Entre outras afirmações, Dom Francisco Inocêncio requeria ao secretário de Estado para que este tomasse as devidas providências que julgasse mais eficazes para derrubar este comércio que vinha prejudicando o domínio português em Angola, o qual chamava de abuso, e somasse suas decisões no combate a qualquer outra fonte de rebeldia e desordem que não fosse conveniente aos interesses da Coroa Portuguesa:

Espera [Dom Francisco Inocêncio] de grande amor que Vossa Senhoria tem ao seu Real Serviço dará as providências mais eficazes não só para desterrar este prejudicial abuso, mas também os mais, que Vossa Senhoria julgar, que não são convenientes aos interesses desse Reino<sup>82</sup>.

Após pouco mais de cinco anos das decisões do governador António de Vasconcelos e do secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado em relação à diminuição da quantidade de armas nos sertões, o interesse dos seus habitantes em adquiri-las encontrou nos negociantes e contratadores que desobedeciam a Coroa uma forma de satisfazer sua demanda, e nesse momento fizeram comércio com diferentes companhias, seja de traficantes negreiros,

---

<sup>81</sup> COUTINHO, Francisco Inocêncio de Souza. **Aviso de 30 de Abril de 1767, sobre a Pólvora, e Armas introduzidas nessa Cidade**. Angola: AHNA, Códice 3259 A-2-12, 1767.

<sup>82</sup> Ibid.

seja de comerciantes independentes. Logo, o controle comercial e político que a Coroa tinha como objetivo estava longe de ser efetivado.

Em 1770 um novo secretário de Estado da Marinha e do Ultramar de Portugal foi nomeado, Martinho de Melo e Castro, que no dia 8 de agosto de 1782 despachou uma carta ao governador José Gonçalo de Câmara<sup>83</sup>, compactuando com as ideias enviadas por este governador em outra correspondência acerca das dificuldades em que se apresentavam às autoridades portuguesas o combate ao inconveniente negócio de armas e pólvora, que chegando com grande facilidade aos sobas dos sertões, os armavam contra os portugueses: “que esse negócio tenha os inconvenientes que Vossa Senhoria representa na dita Carta de se armarem os negros contra nós, e de ser mais difícil reduzidos a devida sujeição, e obediência”<sup>84</sup>.

O secretário concordava com o governador sobre a falta da devida obediência e sujeição dos sobas, causada pelas armas que lhes dão coragem para continuar lutando contra as tentativas de domínio da Coroa portuguesa, que apesar do discurso encontrado nas correspondências, não possuía controle efetivo sobre os chefes do sertão. Quando levamos em conta que a maioria dos territórios angolanos ainda estava nas mãos dos chefes africanos o tipo de afirmação portuguesa que declarava que o território estava sob seu controle perde o sentido, já que mesmo que assinando um termo de vassalagem português (após serem derrotados em batalhas ou por interesses pessoais), sobas e jagas permaneciam como soberanos de seu território, dificultando e desobedecendo as “ordens” da Coroa com pouca ou nenhuma retaliação por parte da administração.

A despeito do que afirmaram o anterior secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado em sua correspondência de 21 de novembro de 1761<sup>85</sup>, e o Marquês de Pombal em sua *Coleção das Providências, Leis e Ordens*<sup>86</sup>, a introdução estrangeira de armas e pólvora só aumentou nos anos seguintes porque dependia do interesse africano, este quase que emancipado das proibições portuguesas:

Os mesmos negros se podem fornecer por outras partes; isto é por meio das nações estrangeiras do mesmo gênero que lhe dificultamos, e por esta forma não só não conseguiremos tê-los desarmados, mas perdemos ao mesmo tempo

---

<sup>83</sup> 1779 a 1782.

<sup>84</sup> CASTRO, Martinho de Melo. **Aviso do Secretário d’Estado Martinho de Melo e Castro, de 8 de Agosto de 1782, Sobre o Comércio da Pólvora**. Angola: AHNA, Códice A-2-12, 1782.

<sup>85</sup> FURTADO, op. cit.

<sup>86</sup> Códice 555, AHU.

o comércio, que eles hão de infalivelmente fazer com aquela nação, que lhes levar mais pólvora, e mais Armas<sup>87</sup>.

No documento é perceptível que cada vez mais os portugueses vinham perdendo a corrida sob o controle do tráfico de armas da região, onde o número crescente de comerciantes não portugueses ampliou-se nos anos seguintes, mais do que aqueles de mais de vinte anos atrás. Não só a falta de controle português no comércio de armas e pólvora foi um problema para as autoridades, mas também a perda total deste comércio, que não conseguiu competir com os benefícios dados por companhias de comércio de outras nações aos sobas, lhes oferecendo mais armas e mais pólvora de forma mais acessível.

Admitindo as dificuldades em barrar a introdução dos comerciantes de outras nações europeias e a perda de lucro por parte dos negociantes vassalos à Coroa, o então secretário previu que com o tempo estes comerciantes de outras nações iriam mais e mais introduzir os produtos pelos sertões e que pouco a administração poderia fazer para controlar esta entrada. Logo, Martinho de Melo decide por reabrir este comércio de forma regulada, sendo melhor para a Coroa que os sobas do sertão procurem os comerciantes portugueses – oferecendo a eles mais que o estabelecido anteriormente – e assim, tornando-os vassalos na busca por benefícios pois segundo o próprio secretário, seria muito mais conveniente às chefias Mbundu da época se aliarem com a Coroa portuguesa, indo de encontro com o que acreditavam os administradores ilustrados do fim da década de 1750, de 1760 e do início da de 70:

Deve Vossa Senhoria fazer todas as diligências por ser para atrair os negros do Sertão, de sorte, que os Negros busquem com preferência os vassalos portugueses, ainda, que este benefício se consiga por meio de alguma facilidade mais, com a introdução de maior quantidade de pólvora do que a de duzentos arrobas de que trata a carta de Vossa Senhoria = Enfim tudo bem ponderado, são muito menores os inconvenientes que se podem seguir de se permitir aos vassalos portugueses a introdução de uma maior quantidade de pólvora nos Sertões, sendo esta bem regulada, do que fornecerem-se os negros deste gênero pelas nações estrangeiras, sem conta, peso, nem medida, e sobre esta especulação é que Vossa Senhoria se deve prudentemente regular a despeito do dito gênero<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> CASTRO, op cit.

<sup>88</sup> Ibid.

O comércio de armas de fogo e pólvora permaneceu ao longo da segunda metade do século XVIII, ocupando um local de destaque nas negociações escravagistas. Coube aos governos posteriores aos mandatos pombalinos gerenciar sua introdução aos povos dos sertões. A proibição de 1761 não mais fazia sentido no contexto de fins dos anos 70 em diante pois a demanda dos sobas pelas armas vinha aumentando numa tentativa destes de manterem sua posição em relação aos seus vizinhos. O acesso às armas de fogo garantia aos chefes dos sertões superioridade militar e política, prevenindo que seus territórios fossem invadidos e seus povos escravizados, assim como proporcionava que estes captassem prisioneiros em territórios vizinhos ou mais ao interior assegurando uma participação efetiva no comércio Atlântico.

Em 1784, a 18 de fevereiro, já um novo governador, o então fundador e Barão de Mossâmedes, José de Almeida e Vasconcelos<sup>89</sup>, recebeu carta de Martinho de Melo na qual informava que as armas introduzidas aos sobas dos sertões já não faziam perigo aos portugueses, pois além de serem de pior qualidade que as da artilharia portuguesa, travavam e quebravam já no primeiro uso e seriam apenas usadas para a caça. Devido a isso, autoridades portuguesas já não precisariam ter preocupações com o comércio de armas e pólvora na região, e:

Por todas estas razões, ordena Sua Majestade, que a introdução da pólvora, e armas para os Sertões de Angola, e de Benguela, seja inteiramente livre sem diferença alguma, dos outros gêneros de comércio, e que assim o faça Vossa Senhoria manifestar aos homens de negócio interessados, no tráfico daquele reino<sup>90</sup>.

Ou seja, neste momento as autoridades aspiravam algo impensável há trinta anos: a facilitação da aquisição de armas e pólvora aos povos dos sertões. Apesar do dito pelo governador, os conflitos entre portugueses e sobas ainda existiam na década de 80 do século XVIII, como expõe Catarina Madeira:

O governo de Gonçalo da Câmara [...] foi marcado pelo início da Guerra de Cabinda, depois continuada nos dois triunviratos, que se seguiram. [...] A Guerra de Cabinda representou uma derrota estrondosa com perda de homens e meios. Quando o Barão de Moçâmedes chegou a Luanda as tropas da

---

<sup>89</sup> 1784 a 1790.

<sup>90</sup> CASTRO, Martinho de Melo e. **Avizo do Ministro, e Secretário d'Estado Martinho de Melo e Castro de 18 de Fevereiro de 1784, sobre o Comércio da Polvora, e Armas**. Angola: AHNA, Códice A-2-12, 1784.

“Guerra Infausta de Cabinda” regressavam. No rescaldo da guerra, o Barão de Moçâmedes devia iniciar o seu governo<sup>91</sup>.

Por que então José Almeida de Vasconcelos, herdeiro de uma guerra que viria a despedaçar a força militar portuguesa, diria em sua carta à Coroa que as armas em mãos de povos dos sertões não mais faziam ameaça às tropas portuguesas? A problematização das fontes nos dá algumas respostas.

Muitas vezes, governadores portugueses eram reféns dos interesses dos comerciantes vassallos da Coroa, como fica claro nos escritos de Elias Alexandre, o qual afirma que a guerra de Encoge foi perpetrada unicamente com o objetivo de atender aos interesses comerciais na captura de escravos para a venda no Atlântico: “Escolheram Encoge, para ser teatro desta nova cena; e devendo-se sobre ele representar primeiro, o funesto ensaio da guerra, era já uma vantagem que o comércio gozava análoga ao seu espírito”<sup>92</sup>.

É possível então, que cedendo o Barão de Mossâmedes às pressões dos comerciantes em Angola, tenha considerado melhor facilitar ainda mais o comércio de um dos produtos mais procurados pelos sobas, as armas de fogo, a despeito do prejuízo militar aos portugueses que estes produtos causavam nas mãos dos chefes locais. Pouco tiravam proveito os comerciantes vassallos de tempos de paz, a guerra ainda era a maior fornecedora de braços escravizados para o comércio. Segundo Elias Alexandre, “dependendo o Comércio d’Angola das irrupções dos Negros, ou sejam compatriotas, ou estrangeiras, não lhe produz a quietação das armas auxilio favorável”<sup>93</sup>, o que explica o fato de que muitas vezes, governadores e militares portugueses forçavam guerras aos sobas por motivos puramente econômicos.

Outro fator para a liberação do comércio, seria o uso deste como ferramenta de aproximação dos sobas, pois desde que eles estavam tendo acesso às armas de fogo de qualquer forma, melhor seria se fossem como aliados aos portugueses. O plano de Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 1761 não obteve êxito a longo prazo causando aos comerciantes portugueses prejuízo nas transações dos sertões e falta de credibilidade entre os exigentes sertanejos que não hesitavam em trocar os comerciantes portugueses por de outras nações caso suas demandas não fossem atendidas. Sem os produtos procurados pelos sobas, não apenas os negociantes perdiam força de negociação, mas também os administradores portugueses em

---

<sup>91</sup> SANTOS, C. M., op. cit., o. 85.

<sup>92</sup> CORRÊA, op. cit., p. 16.

<sup>93</sup> Ibid, p. 15.

Angola, em especial os capitães-mores mais próximos aos sobados, eram fragilizados pelas proibições, fortificando assim os vínculos que os chefes locais poderiam ter com agentes de outras nacionalidades: “Se por um lado o estado colonial dependia da cooptação e da colaboração dos sobas, por outro as autoridades locais viam seu poder legitimado e apoiado pela colônia que fornecia bebidas alcólicas, tabaco, armas de fogo e fazendas aos sobas avassalados”<sup>94</sup>.

Em 1799, Dom Miguel Antônio de Melo<sup>95</sup>, governador de Angola, envia carta a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, contribuindo ainda mais para a abertura dos sertões aos comerciantes dispostos a oferecer armas aos sobas, não mais exigindo deles autorizações e guias que antes eram necessárias para a entrada em direção ao interior. Usando as ordens de 1782 de Martinho de Mello como base, o governador afirmou:

Não fiz mais do que promover a execução do Régio Aviso de 8 de Agosto de 1782. [...] Hei por bem declarar, que de hoje em diante nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que for seja obrigada a levar guia, nem a pedir-me especial licença para transportar para o Sertão Espingardas, que se chamam granadeiras, e portuguesas, nem outras quaisquer armas de fogo de semelhante natureza<sup>96</sup>.

Segundo o governador a introdução dos artigos não causava problema pois “as mesmas Armas são tais em si, que nenhum vício, nem ainda provável pode haver de que nos sejam noviças da maneira”<sup>97</sup>, argumentando a partir do que haviam dito na década passada o Barão de Mossâmedes e o secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, sobre o uso dos objetos por parte dos povos dos sertões de Angola, que não mais ameaçavam o poderio português.

---

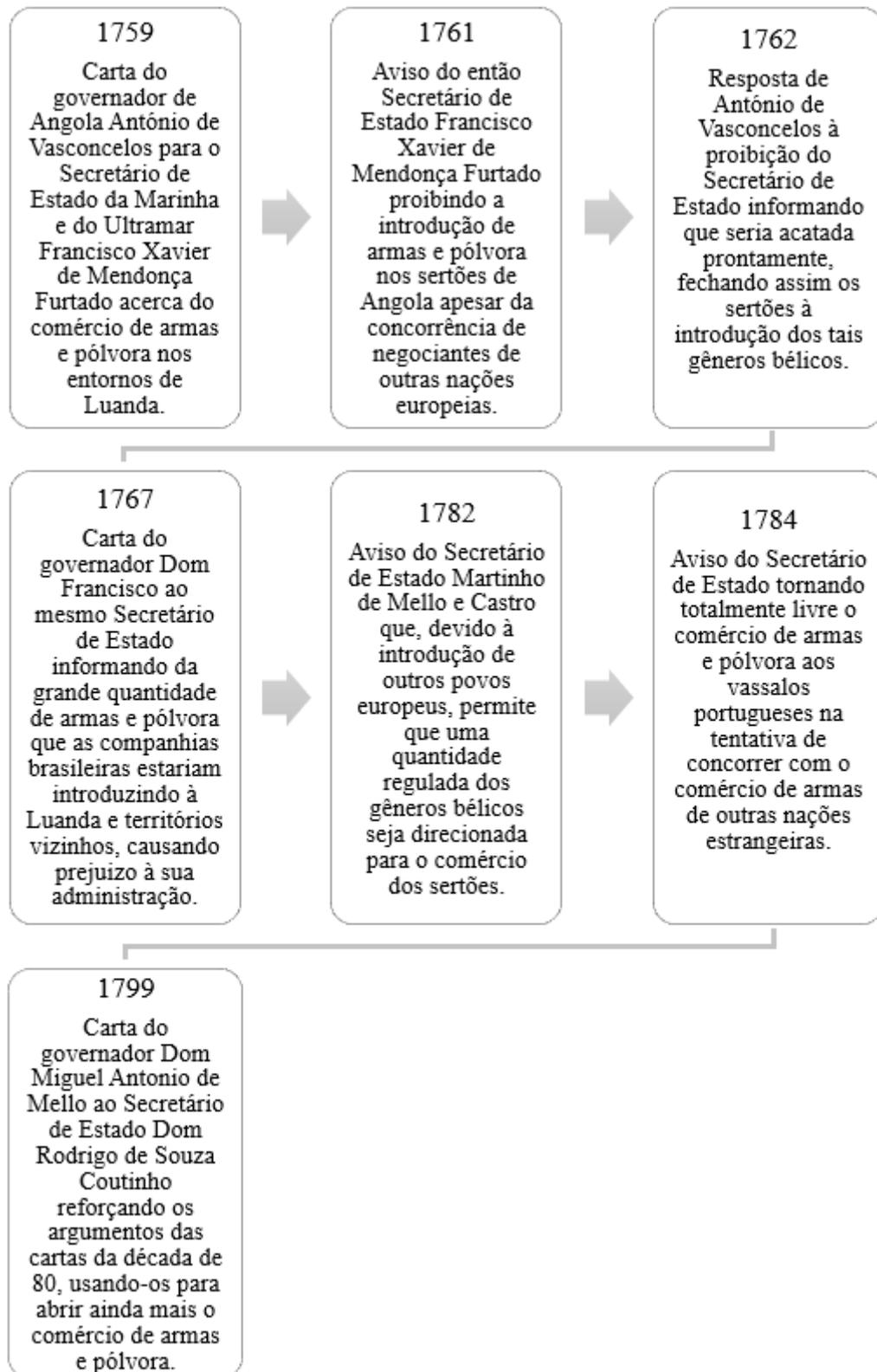
<sup>94</sup> CANDIDO, Mariana Pinho. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. Bahia: **Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA**, número 47, 2013, p. 255.

<sup>95</sup> 1797 a 1802.

<sup>96</sup> MELO, Miguel Antônio de. **Edital de 2 de Julho de 1799 sobre o Comércio das Armas de fogo**. Angola: AHNA, Códice A-2-12, 1799.

<sup>97</sup> Ibid.

**TABELA 1: Tabela ilustrativa com proibições e decisões acerca do comércio dos gêneros bélicos entre os anos de 1759 a 1799.**



Ao longo dos anos vemos que a administração portuguesa foi percebendo que suas tentativas de controle do comércio terminavam em fracasso: apesar de empenhar-se em fechar o território aos comerciantes de outras nações europeias, de uma forma ou de outra, estes continuavam a introduzir produtos vindos da costa, armas e pólvora inclusos, aos sobados; quando não estrangeiros de outras nações europeias, os negociantes que apesar de vassallos, pouco acatavam as ordens da Coroa e permaneceram efetuando o transporte de artigos militares aos sertões, visando o próprio lucro sem se importar com a diplomacia, a qual o ideário do Reformismo Ilustrado português tanto valorizava.

Entre os vários mandatos que se seguiram, as previsões de Sebastião José de Carvalho e Melo, seus governadores e do secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, provaram-se equivocadas, tendo a introdução estrangeira de armas de fogo não apenas crescido, mas ampliada pelos negociantes vassallos à Coroa. No decorrer do tempo, a Coroa não viu alternativa senão permitir o comércio de armas, afrouxando seu controle sobre as fazendas que entravam e saíam do sertão.

A intenção inicial dos governadores ilustrados em permitir todo e qualquer comércio na África Centro-Occidental encontrou no embate das armas uma inconveniência difícil de ser resolvida. Como dito antes, proibindo a introdução de armas por parte de seus vassallos, a administração portuguesa abria espaço para que comerciantes de outras nações europeias as introduzissem, diminuindo ainda mais a influência portuguesa na região e sobre os povos que ali residiam. Em contrapartida, permitindo este comércio – apesar de fortalecer os comerciantes vassallos da Coroa – enfraqueciam o poder de argumentação das autoridades portuguesas para com os sobas, que tendo acesso a grandes quantidades de armas, tinham mais facilidade em não acatar as pressões portuguesas. Essa introdução e interesse africano nos gêneros bélicos “reforça a argumentação de que o comércio atlântico alimentava e operacionalizava a própria produção imediata dos cativos, a qual funcionava como um importante elemento de diferenciação social na África”<sup>98</sup>.

As hierarquias de poder em Angola já não eram estáveis, e a introdução de armas no sertão funcionou como um catalisador de mudanças e reposições de poder. O que justifica ainda mais as ressalvas de líderes locais em permitir o comércio livre de armas em seus territórios e/ou territórios vizinhos. Por fim, aprovar o comércio vinha de encontro às intenções

---

<sup>98</sup> FLORENTINO, op. cit., 128.

diplomáticas da Coroa<sup>99</sup>. Alianças com chefes locais eram essenciais para a administração portuguesa em Angola, que não possuía poder suficiente para legitimar sua influência no território de forma autônoma, formando relações de interdependência; sobas e chefias locais usavam da influência e do comércio português – responsável pela importação de armas de fogo, tecidos, bebidas alcoólicas, etc – para estabelecerem ainda mais seu poder, enquanto portugueses dependiam destes chefes como fornecedores constantes de escravos e de apoios militares contra os rebeldes, visto que a Coroa dispunha em Angola de poucos presídios, poucas pessoas e poucos soldados. Esse é o contexto do século XVIII, “momento marcado por uma intenção de racionalizar a administração territorial com um recurso muito escasso de pessoas e soldados”<sup>100</sup>.

Esses fatores nos mostram que a economia era um aspecto de destaque nas relações entre portugueses e povos africanos. Foi através de tentativas de monopolizar o comércio e o trânsito de bens em Angola que os portugueses visavam cercar os interesses africanos sob o domínio da Coroa, fortificando assim as áreas que se estendiam sob a possessão portuguesa. É possível perceber um grande descontentamento entre os chefes locais sob o controle português. O comércio de armas de fogo e pólvora exemplifica a busca dos sobas pelos produtos trazidos pelos estrangeiros para o uso local como ferramenta nas relações de poder existentes.

---

<sup>99</sup> CARVALHO, op. cit., p. 283 e 204.

<sup>100</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 15.

## 2. ASPECTOS DO REFORMISMO ILUSTRADO NO GOVERNO PORTUGUÊS DE ANGOLA

No presente capítulo iremos analisar o impacto da Ilustração ao longo do século XVIII no meio academicista português, em especial na administração portuguesa em Angola durante a segunda metade do setecentos. Nesse contexto consideramos as ações dos governadores, as contradições percebidas entre discursos e práticas, e as rivalidades entre esses funcionários responsáveis, em tese, por validar os interesses comerciais da Coroa Lusa em possessões da África Centro-Occidental. Analisamos as contradições existentes no discurso daqueles então considerados administradores-filósofos, consolidados no movimento denominado Reformismo Ilustrado português – na condução das conquistas portuguesas nos territórios angolanos, assim como as dinâmicas comerciais, lícitas e ilícitas, de diferentes agentes e suas implicações junto aos grupos locais.

### 2.1. O Reformismo Ilustrado Português e seus desdobramentos na administração de Angola

Mesmo com tentativas anteriores de se desprender administrativamente de práticas consideradas ultrapassadas no início do século XVIII – vide criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores e do Reino e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1736<sup>101</sup> – a exploração da África Centro-Occidental até meados da segunda metade do XVIII era focada majoritariamente no comércio de escravizados, que por sua vez dividia espaço com a circulação de minérios e marfim atendendo à demanda europeia, sendo o trato negreiro a maior fonte de renda da Coroa portuguesa. Nessa época ideias iluministas estavam em ascensão na Europa, trazendo novas formas de se ver o mundo, inclusive o mundo colonial. As mudanças europeias influenciavam alguns pensadores portugueses, que se viam em posição privilegiada em favor de uma transformação das instituições portuguesas. Tal transformação foi recebida pelas elites tradicionais e conservadoras portuguesas com uma forte resistência, permanecendo até a virada para o século XIX<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> “Uma tentativa de desfazer o emaranhado administrativo característico do Antigo Regime português.” SANTOS, Nívia Pombo Circe dos. **O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: Circuitos ilustrados** (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 183-184.

<sup>102</sup> Ibid, p. 15.

Para uma compreensão do contexto pontuamos os conceitos de Iluminismo e Ilustração pertinentes para a presente análise que se pauta o desenvolvimento do Reformismo Ilustrado em Portugal e conseqüentemente Angola. Iluminismo e Ilustração se diferem um do outro quando o primeiro se caracteriza como uma corrente, ou “uma tendência intelectual”, não limitada a um período específico, enquanto a Ilustração é identificada como “um movimento ou processo historicamente datado” sendo assim, “uma realização ou concretização histórica do Iluminismo”<sup>103</sup>. “Partindo das peculiaridades de cada um dos Estados europeus dos Setecentos, pode-se afirmar a existência de distintos processos de secularização”<sup>104</sup>, desse modo, a Ilustração foi uma movimentação que se espalhou por toda a Europa, não unificada, mas diferenciando-se entre suas vertentes e locais onde foi aplicada<sup>105</sup>. Desde o reinado de D. João V, uma agitação portuguesa acerca da Ilustração passou a se tornar cada vez mais presente na administração e em uma parcela das elites intelectuais portuguesas a partir do empenho do rei e de academicistas<sup>106</sup>, porém, foi no reinado de D. José I que esses ideais passaram a ser postos em prática no maquinário estatal português, com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo (que posteriormente recebeu os títulos de Conde de Oeiras em 1759 e Marquês de Pombal em 1770) na função de Primeiro-Ministro de Portugal.

Nessa “governança pombalina”, associaram-se ideias e práticas político-econômicas mercantilistas e ideias e práticas político-ideológicas, ao menos aparentemente de cunho ilustrado. Buscou-se a modernização do aparelho de Estado com vistas à sua eficácia fiscal, administrativa e repressiva<sup>107</sup>.

Para Sandra Aparecida Pires Franco, as Reformas Pombalinas foram o fortalecimento deste movimento iluminista que “desde a primeira metade do século XVIII” se via presente na *intelligentsia* portuguesa e, “tendo como exemplo as nações onde o Iluminismo se propagara, sugeriam mudanças e reformas que poderiam alterar a situação portuguesa no contexto europeu”<sup>108</sup>, difundindo modos voltados à racionalidade de se pensar o Estado e a administração tanto na metrópole, quanto nas colônias. Foi nesse contexto de racionalização da sociedade que nasceu o termo civilização. No século XVIII, este,

<sup>103</sup> FALCON, Francisco José Calazans. Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço – tempo setecentista. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 4, n. 1, Jan/Jun 1989, p. 54.

<sup>104</sup> SANTOS, N., op. cit., p. 12.

<sup>105</sup> SANTOS, C. M. op. cit., p. 24.

<sup>106</sup> Ibid, p. 17.

<sup>107</sup> FALCON, op. cit., p. 57.

<sup>108</sup> FRANCO, Sandra. Reformas Pombalinas e o Iluminismo em Portugal. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, ano IV, n. 4, Out/Nov/ Dez 2007, p. 1.

articula-se com a ideia de perfectibilidade moral e intelectual consignada ao homem e à ideia de progresso, esta vocacionada para o engrandecimento dos povos. O princípio da utilidade social do saber, e dentro dele da ciência, está na retaguarda de todos estes valores<sup>109</sup>.

Com a adoção das ideias iluministas por parte da administração de Portugal, encabeçada por Pombal, houve uma tentativa de modificar essa exploração predominantemente escravista, sendo agora necessária a alteração de toda a máquina de exploração para que Angola não mais produzisse apenas escravos, mas que pudesse sustentar uma produção consistente de outros artigos, servindo de auxiliares ao comércio escravista. Veremos a seguir que este era o discurso ilustrado, mas que não foi o que realmente aconteceu. De acordo com o ideário reformista era necessário acabar com o estigma angolano de fonte de escravizados e transformá-la em colônia de povoamento, convertendo-a em civilização, seguindo o modelo civilizatório vigente na Europa, que por sua vez acreditava que tal padrão deveria ser espalhado ao redor do mundo, usando do discurso civilizatório como legitimador da escravidão<sup>110</sup>: Houve uma reavaliação das formas de domínio, impulsionadas pela pressão das potências europeias, na conturbada conjuntura do último quartel do século XVIII, e pela presença em Angola de poderes africanos<sup>111</sup>. Apesar de muitas vezes as falas ilustradas lusitanas assumirem o papel de defesa no trato dos povos africanos e coloniais, ainda carregava o discurso do *selvagem*, aquele que deveria ser conduzido às luzes da civilização a partir da ação colonizadora do europeu:

O pensamento iluminista não consegue ver o indígena e o escravo senão como objetos, jamais como sujeitos; a denúncia dos abusos cometidos contra esses seres humanos tem uma função especular – trata-se de um espelho que reflete do além-mar as mazelas de uma sociedade que é europeia, “civilizada”, ao mesmo tempo que projeta a imagem do tipo de humanidade concebida em termos ideais, não pervertidos, isto é, a imagem do “bom selvagem”<sup>112</sup>.

Sebastião José de Carvalho e Melo tinha como objetivo uma reformulação no modo como metrópole e colônias relacionavam entre si. Visava o fortalecimento da Coroa portuguesa no estímulo da produção colonial, em especial Angola que, segundo Pombal, não deveria mais

<sup>109</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 24.

<sup>110</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 80.

<sup>111</sup> CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola**: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014, p. 35-36.

<sup>112</sup> FALCON, op. cit., p. 76.

ser negligenciada às sombras do Brasil, tentando assim diminuir qualquer poder exterior que ameaçasse a força da Coroa neste processo de fortalecimento, onde muitas vezes os outros poderes se formavam dentro da própria administração por meio de subordinados, oficiais, comerciantes e até mesmo governadores.

Para se compreenderem os interesses que a Monarquia de Portugal na conservação dos Domínios de África: Basta fazer uma pequena reflexão na física impossibilidade que haveria de se conservar o Brasil, logo que uma vez viessem a faltar os referidos domínios: Vendo-se que com eles faltariam ao mesmo tempo os Negros, sem cujo sucessivo transportes cessariam os trabalhos das Minas dos Diamantes e do ouro: Negros cujo número é tal, e tão crescido, que anualmente se costumam não menos de doze mil de Angola, oito mil da Costa da Mina, e dois mil para três mil de [espaço em branco no original]<sup>113</sup> e suas vizinhanças: cessaria toda a Agricultura: cessariam todas as Fábricas de Engenhos de Açúcar: cessariam os enrolamentos de tabacos cessariam as matanças de gados silvestres, e os curtumes de couros: cessariam as Serrarias das preciosas madeiras do Brasil: e cessariam com estas todas as outras produções, que a Divina Providência destinou naquele opulentíssimo continente, para que pelo meio de uma fértil navegação fizessem a mesma Monarquia rica e respeitada<sup>114</sup>.

O Conde de Oeiras sabia da importância do fornecimento de escravizados vindos de Angola para o Brasil, e para manter o território sob o julgo português não só em Luanda, como expandi-lo aos sertões adjacentes, precisava fomentar uma cultura de difusão comercial que permitiria a expansão da influência portuguesa. Para a realização deste projeto, desenvolveu, junto com seus aliados ilustrados dentro da administração – que forneciam ao primeiro-ministro um grande número de informações de Angola –, um conjunto de providências e leis para revigorar a colônia e afunilar sob a Coroa portuguesa o controle comercial<sup>115</sup>.

Pode-se afirmar que o Reformismo Ilustrado Luso foi a manifestação do Iluminismo em Portugal e suas possessões. Sebastião José de Carvalho compôs planos em função da política ilustrada, arquitetando metas e etapas para a realização destes projetos e utilizando de alguns

---

<sup>113</sup> Nota do (a) paleógrafo (a).

<sup>114</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 1.

<sup>115</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 43.

conhecimentos anteriores, trouxe para o cerne da administração portuguesa o emprego de ciências prontas a servir para o engrandecimento do Estado português obedecendo

Na sua arquitectura a utilização de um novo aparelho conceptual (polícia e aritmética política; legalismo e racionalismo da administração) e segue, metodicamente, etapas na sua construção [...] A inspiração ideológica do Iluminismo pombalino, tal como ela se projecta neste projecto, conjugava influências da doutrina do direito natural, do mercantilismo e também das doutrinas ‘agraristas’<sup>116</sup>.

Existia um “dualismo colonial”, ao qual as colônias eram associadas com seus respectivos pares, ficando uma subordinada a outra “(Angola voltada para o Brasil, Moçambique para a Índia, a Guiné para Cabo Verde o Timor para Macau)”<sup>117</sup>. Assim, era um dos objetivos da Coroa portuguesa na segunda metade do XVIII sob a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo que esta dinâmica acabasse e todas as colônias, ao invés de existirem em função de outra colônia produtora, tornarem-se para a metrópole.

Pombal então espalhou seus “homens com habilidades especializadas para atender às novas demandas do Estado”<sup>118</sup>, nomeando “uma equipe de colaboradores”<sup>119</sup> pelos domínios portugueses ao redor dos oceanos Atlântico e Índico, governando as conquistas e capitanias portuguesas seguindo fielmente o Reformismo Ilustrado português em desenvolvimento.

Em Angola a administração expandiu a produção documental sobre o local: tanto seu povo, quanto sua geografia. Boa parte do conhecimento sobre o território já existia, produzido a partir do estudo e da experiência resultantes da acumulação de informações de períodos passados. Entretanto, coube aos governadores ilustrados estudar produções anteriores e pôr em prática os planos de fortalecimento da administração portuguesa. “O governo de Angola exigira uma aprendizagem e a consequente acumulação de conhecimentos. Os administradores iluministas tinham-no à disposição”<sup>120</sup> graças à uma grande produção documental anterior, que compilava informações acerca do clima, da região e dos povos que a habitavam. “O discurso pombalino procurou apoiar-se em informação empírica sobre Angola, recolhida da literatura de

---

<sup>116</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 46.

<sup>117</sup> WAGNER, Ana Paula. A administração da África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII. **História Unisinos**, v. 11, n. 1, Jan/Abr 2007, p. 80.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 38.

<sup>119</sup> SANTOS, N., op. cit., p. 189.

<sup>120</sup> Ibid.

viagens sobre a área, e nos relatos escritos e orais de antigos governadores e agentes secundários”<sup>121</sup>.

O aprendizado destes conhecimentos foi primordial para o estabelecimento e adaptação das práticas portuguesas no território, servindo como sumário do que fazer e do que não fazer em Angola. Conforme afirma Flávia Maria de Carvalho: “os portugueses precisaram adquirir informações sobre a função política dos acidentes geográficos, que muitas vezes carregavam em si significados específicos e sagrados e funcionavam como fronteiras naturais”<sup>122</sup> bem como locais estratégicos para a instauração de presídios, estes, responsáveis pelo controle da circulação de pessoas e mercadorias.

Pioneiro dos governos ilustrados em Angola, D. Álvares da Cunha<sup>123</sup> foi responsável por uma extensa produção e catalogação de informações que fossem de interesse à Coroa portuguesa, por mais efêmeros que estes parecessem – variavam desde conhecimentos naturais a sociais. Esta cientificidade no tratar das relações com a colônia foi de extrema importância aos futuros governos de Angola<sup>124</sup>. A ilustração portuguesa muito tinha a ganhar com a acumulação de conhecimentos anteriores e atuais, principalmente em seus objetivos territoriais e de expansão comercial com uma

unificação do espaço, com um território de uma só legislação e fiscalidade. Por isso, o investimento em três meios fundamentais para alcançar este objetivo: a produção de conhecimentos sobre o território, a construção de infraestruturas comunicacionais e o investimento de equipamento político-administrativo do território<sup>125</sup>.

Muito pode ser analisado a partir dos escritos dos próprios governadores de Angola. Em 1755, António Álvares da Cunha enviou o sargento-mor Manuel Correia Leitão para os sertões de Angola, afim de explorar o território de Cassange e suas adjacências. Acompanhando a ordem, Dom António da Cunha encaminhou instruções para Manuel Leitão, que mostram a preocupação do governador em levantar informações sobre a região, nesse caso, os sertões mais a leste de Cassange:

---

<sup>121</sup> OLIVEIRA, Ingrid Silva de. As “histórias” de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: um estudo de casos militares – Antonio de Cardonega e Elias Alexandre Correa. **ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO**, Rio de Janeiro, 2012, p. 6-7.

<sup>122</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 34-35.

<sup>123</sup> Atuou entre 1753 e 1758.

<sup>124</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 61.

<sup>125</sup> CRUZ, op. cit., p. 27-28.

Irá o dito Manuel Correia Leitão por Massangano, Cambambe e Embaca, até às remotas partes de Cassange, e neste sítio irá ver o rio Cuango, o qual examinará com toda a atenção, de sua largura, fundo, qualidade da água, árvores que tem; e que casta de gente habitam as margens dele, a qual experiência fará por várias partes do dito rio, observando os seus vaus e em que partes se poderá passar à outra banda<sup>126</sup>.

As instruções de Dom António da Cunha remetem aos objetivos ilustrados encabeçados por Pombal assim como confirmam os interesses econômicos que andavam lado a lado com os militares e políticos. A busca pelo máximo de informação possível sobre um território, seu terreno – a fertilidade de seu solo, elevações de terrenos como montanhas, rochedos e morros e sua propensão a minérios, importantíssimos para a Coroa portuguesa ao longo dos séculos –, seus rios, seus povos, sua cultura, suas construções, ocupações e meios de subsistência e as propensões econômicas desses povos em relação ao comércio inter-regional. A *verdade* e a *clareza* são centrais ao longo do texto, escancarando a fidelidade do Conde da Cunha acerca dos princípios ilustrados: “Todas estas averiguações fará com muita clareza e individuação da verdade, para se poder fazer juízo certo neste particular, e de tudo fará exato assento, sem deixar circunstância alguma”<sup>127</sup>.

Seu compromisso com o progresso de Angola segundo a lógica da Ilustração portuguesa foi confirmado posteriormente por escritos diversos, entre eles os de Elias Alexandre que via o governador em grande estima, realçando seus feitos em favor da “civilização” de Luanda e seus sertões. De acordo com a *História de Angola* de Elias Alexandre, além de grande estudioso de Angola, António Álvares da Cunha fora responsável pela construção e reforma de alguns edifícios da máquina portuguesa, como a construção dos quartéis para a Tropa de Infantaria – responsável por alojar soldados, oficiais e comandantes –, para a cavalaria, comportando estribarias para até 200 cavalos e a reforma da fortaleza de São Pedro, assim como projetou a construção de outras fortalezas. Todos estes feitos foram suficientes para que Elias Alexandre o chamasse de “famoso construtor”<sup>128</sup>.

O governo do futuro Conde da Cunha (1760) e Vice-rei do Brasil (1763-1767) durou de 1753 a 1758, deixando para seus sucessores informações para a governabilidade na região. Mesmo após deixar o cargo de governador continuou trocando correspondências com Pombal,

---

<sup>126</sup> LEITÃO, op. cit., p. 10-11.

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> CORRÊA, Elias Alexandre. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, v. 2, 1937, p. 9-10.

nas quais dava instruções que o Primeiro-Ministro repassava aos governadores sucessores em Angola, D. Antônio de Vasconcelos e D. Inocêncio de Souza Coutinho que inspirados pelas ideias pombalinas, não guardavam críticas às anteriores administrações do território africano<sup>129</sup>.

## **2.2. Os eventos que levaram à expulsão da Companhia de Jesus durante o período pombalino**

Depois do governo de António Álvares da Cunha, responsável pela produção e pela organização de informações sobre o território, o objetivo de seus sucessores era usar tais conhecimentos para a melhoria da administração. No ano de 1758 com a tomada de posse de D. António de Vasconcellos vemos indicativos do pragmatismo das intenções reformistas. Este aspecto fica visível nas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino de Angola em que é encontrada a *Coleção das Providências, Leis e Ordens que restauraram a Navegação, o Comércio, a Polícia, e a Disciplina Militar dos Reinos d'Angola, Congo, Benguela, Loango, e Presídios daquela utilíssima parte da África, dos grandes estragos em que S Majestade a achou quando sucedeu na Coroa destes Reinos, e motivos, que constituíram o espírito de cada uma das ditas Leis, Ordens e Providências*, onde o Conde de Oeiras divide as reformas instituídas por ele e seus governadores em três épocas: a primeira se inicia em 1758, a segunda em 1760 e por último a terceira, em 1769<sup>130</sup>. Nesse documento, podemos notar o ritmo que iria ser seguido, assim como a desaprovação aos governadores antecedentes (ainda no título), onde percebemos críticas aos “estragos” e desvios causados pelas administrações precedentes e um foco escancarado no liberalismo comercial e liberdade de circulação.

Na documentação acima Pombal faz ferrenha campanha contra a Companhia de Jesus, culpando-os pelos monopólios comerciais e abusos cometidos contra a Coroa e vassallos portugueses em África, assim como pelo fechamento do território ao livre comércio. Logo no início da documentação o Conde de Oeiras traz à tona um regimento de 1676, que até 1758 vigorava, no qual jesuítas teriam fechado os sertões para todos menos para seus subordinados, os negros descalços. Assinalou como esta determinação foi responsável pela criação de um monopólio dos jesuítas sobre o comércio junto aos seus aliados, os contratadores, assim como prejudicou pessoalmente governadores que desobedecessem ao regimento em questão:

Que um dos primeiros e principais objetivos dos chamados Jesuítas desde a sua entrada em Portugal foi a de usurparem e fecharem a benefício da sua

<sup>129</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 211.

<sup>130</sup> Códice 555, AHU.

insaciável cobiça todos os sertões dos Domínios Ultramarinos deste Reino [...] Que tiveram tal e tanta força de poder os ditos Jesuítas, que fazendo formar para o governo de Angola o Regimento de 12 de Fevereiro de 1676 por eles composto, proibiram expressamente nos dois capítulos XVIII e XIX que pessoas algumas que não fossem os seus Negros descalços, entrassem nos Sertões daquele continente. E que desde então até o presente reinado Felicíssimo ficaram os referidos sertões fechados com um absoluto monopólio dos referidos Jesuítas<sup>131</sup>.

O fato é que desde o estabelecimento dos portugueses na África Centro Ocidental no século XVI os jesuítas se beneficiaram das regalias concedidas pela Coroa portuguesa. Paulo Dias de Novais, primeiro governador português em Angola<sup>132</sup>, no seu papel de donatário da capitania, teve o dever de distribuir terras da nova “aquisição” a *conquistadores* (de acordo com a documentação) e outros portugueses atuantes na *conquista* dos territórios que posteriormente passaram a ser chamados de Angola.

A Companhia de Jesus, que serviu de apoio essencial para o governador, foi de longe a instituição mais beneficiada com as doações que ocorreram em 1581, assim como outros privilégios, como por exemplo a isenção de impostos que outras autoridades portuguesas em sua posição de amos tinham como dever pagar. Isso foi justificado pelo fato da Companhia de Jesus ser a principal ordem missionária em Angola, presente nas tentativas de legitimação da conquista portuguesa no Ndongo<sup>133</sup>. As terras correspondiam muitas vezes a chefados inteiros de diferentes etnias, incluindo seus habitantes e territórios<sup>134</sup>, que graças a divisão do donatário, estavam sob a jurisdição do mesmo amo.

Para Pombal as terras ocupadas ou sob influência dos jesuítas causavam enormes danos aos vassallos portugueses e em consequência à Coroa pois a eles era barrada a entrada, permitindo-se somente a de aliados da Companhia de Jesus, o que para o Conde de Oeiras era uma das principais causas dos monopólios comerciais que assolavam a região. Em contrapartida, por impedir o acesso de vassallos portugueses aos sertões, ficava impossível para que portugueses controlassem boa parte do território, abrindo espaço para que outros grupos europeus se aproveitassem – em especial as nações europeias não portuguesas – e negociassem com sobas e outros chefes locais que em tese eram aliados a portugueses, mas devido à pouca

---

<sup>131</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 5.

<sup>132</sup> De 1575 a 1588.

<sup>133</sup> HEINTZE, p. 253-254.

<sup>134</sup> Ibid.

presença destes em sua região, ignoravam os termos de fidelidade e avassalamento. Ao tomar posse, Sebastião José de Carvalho encontrou

todos os referidos domínios, em uma parte inteiramente fechada para os seus vassallos, em outra parte conquistados pelos denominados jesuítas a favor dos seus particulares, e sórdidos interesses; e pela outra parte abandonado às Nações estrangeiras, que a eles iam desfrutar, e neles dispor como na Casa própria<sup>135</sup>.

Segundo o Conde de Oeiras os jesuítas davam vantagens a seus comerciantes aliados deixando que estes tivessem acesso aos portos (mediante sua abertura) primeiro, em contraste com aqueles que não eram seus aliados, que somente poderiam ter acesso às recém chegadas mercadorias num segundo momento. Apenas após a primeira leva dos negociantes aliados à Companhia de Jesus fazer comércio é que outros tinham seu acesso liberado, causando assim um estrago aos demais comerciantes vassallos da Coroa portuguesa, pois os melhores escravizados já haviam sido comprados e os restantes – considerados de pior qualidade – eram vendidos a preços exorbitantes, tudo isso contrariando os preceitos ilustrados de Pombal do liberalismo comercial. Tal preocupação de Sebastião José de Carvalho sobre a influência jesuítica no comércio fica expressa na *Coleção das Providências, Leis e Ordens*:

[Ficam] os ditos navios de pessoas indiferentes empatados por largos tempos, tendo as cargas prontas, para que os outros navios dos sócios dos ditos Jesuítas fossem/ com dispensa no tempo da saída/ fazer primeiro o negócio dos Portos, a que se destinavam os primeiros: Outra a de comprarem depois os Mestres Capitães daqueles Navios indiferentes por grossíssimas somas de dinheiro as dispensas para partirem com as suas carregações antes de serem findos os termos dos seus turnos: De sorte que com ambas estas vexações se arruinava o comercio geral<sup>136</sup>.

Ainda nesta documentação é exposta uma das manipulações mais recorrentes atribuídas aos jesuítas por Pombal sobre os preços dos escravos: a criação de denominações para os cativos pelos contratadores e missionários da Companhia de Jesus, diferenciando-os entre peças-da-índia, moleques, crias em pé e crias de peito<sup>137</sup>. Segundo o Marquês de Pombal, isto apenas servia para que contratadores se aproveitassem das especificações de escravos para comprá-los

<sup>135</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 2.

<sup>136</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 6.

<sup>137</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 12.

por preços abaixo aos que os demais negociantes compravam. Para Pombal esta diferenciação não passava de mentira e só servia para facilitar a compra a preços inferiores dos aliados aos jesuítas<sup>138</sup>. Para resolver este problema o próprio rei viu por bem abolir tais especificações “e mandando que por cada Escravo, ou fosse Varão, ou fosse fêmea, sendo adulto, se pagasse oito mil e setecentos reis; por cada cria de pé de quatro palmos para baixo quatro mil trezentos e cinquenta reis, e nada pelas crias de peito”<sup>139</sup>.

Percebendo o prejuízo causado pela influência da Companhia de Jesus em possessões portuguesas e ao comércio e circulação em Angola, o Marquês de Pombal decidiu pela completa extinção da mesma<sup>140</sup>. Ao longo dos séculos os jesuítas haviam acumulado bastante terras e capital:

Muita renda tinha a Companhia, denunciava João Fernandes. Para cima de cinquenta *arimos*<sup>141</sup> (sítios e fazendas) nas melhores paragens, ‘mais de 10 000 negros seus escravos’, muito gado, pombeiros particulares fazendo resgate no sertão, casas de aluguel em Luanda. O número de escravos possuídos pela Companhia parece exagerado, mas será avaliado em cifra ainda mais alta (12 mil) alguns anos depois pelo capuchinho Carli da Piacenza<sup>142</sup>.

Foi em 1760, durante o governo de Antônio de Vasconcelos, que os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses, um dos acontecimentos mais marcantes de sua gestão. Para Francisco Falcon, a Companhia de Jesus foi um “bode expiatório” na documentação reformista, produzindo “textos de condenação jesuítica em quase todos os setores da vida portuguesa”<sup>143</sup>.

### **2.3. Reformar o comércio em Angola: uma tentativa de acabar com monopólios, abrir os sertões aos vassalos portugueses e inibir o comércio de outras nações europeias**

Como exposto anteriormente o problema dos monopólios dos contratadores sobre os portos e comércio não era bem visto aos olhos do Conde de Oeiras. Definindo monopólio como crime que “se comete quando a liberdade de vender se reduz a uma só pessoa ou a poucas outras com ela coligadas, as quais comprem todas as mercadorias para as venderem pelo seu único e

<sup>138</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 11.

<sup>139</sup> Ibid.

<sup>140</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 207.

<sup>141</sup> *Arimo*, do verbo quimbundo *kurima* = fazer plantação, cultivar a terra. ALENCASTRO, op. cit., p. 283.

<sup>142</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 283.

<sup>143</sup> FALCON, op. cit., p. 57.

particular arbítrio por preços definidos”<sup>144</sup> e, logo, controlando os preços e prejudicando a economia local, Pombal tinha como objetivo atacar com mais força o problema em questão, onde denomina posteriormente ser o objetivo da *Segunda Época*, de acordo com seus escritos na *Coleção das Providências, Leis e Ordens*. Nomeou texto de *Parecer: que o Conde de Oeyras apresentou a S Magestade, sobre o que ainda falta para restituir a Agricultura, a Navegação e o Commercio de Angola, contra os monopólios, vexações, e desordens que fizeram os objetivos das Leys de onze e vinte e cinco de janeiro de mil setecentos e cinquenta e oito; e da Resolução que baixou ao Conselho de Ultramar no mesmo dia e vinte e cinco de janeiro de mil setecentos e cinquenta e oito; e das condições que baixaram também no dito dia com aquela mesma Resolução para ficarem sempre inalteráveis*<sup>145</sup>. Mais uma vez o título nos mostra os objetivos políticos e econômicos à frente da idealização ilustrada do Primeiro-Ministro português.

Para estreitar a movimentação de fazendas sob domínios portugueses, Pombal resolveu tornar exclusiva aos portos de Luanda e Benguela a saída de escravizados de Angola, tornando assim a compra de escravos nos respectivos portos exclusiva a vassallos portugueses e obrigando que desta forma o capital do comércio do interior passasse antes por portos sob a jurisdição portuguesa, deixando claro também que os funcionários da Coroa não teriam poder para desfazer ou desobedecer a ordem:

Com a condição de que todos os escravos despachados em Angola e Benguela serão pagos nos referidos dois portos, e porque neles não há dinheiro e se costumam satisfazer se fará apreensão na carregação dos escravos até que sejam pagos. E nem o Governador, nem os oficiais da Câmara, ou outro algum Ministro, ou pessoa de qualquer qualidade que seja se poderá intrometer no despacho que ele contratador<sup>146</sup>.

O texto do Conde de Oeiras deixa claro seu descontentamento com os contratadores que, segundo ele, eram os responsáveis junto aos jesuítas pela formação dos monopólios encontrados em Angola. Para Pombal estes eram culpados por vários crimes, “tais como são os seguintes: Um deles é o de dissimulação, e falsidade, fingindo com as suas livranças um cabedal imaginário, que não tinha, nem podia ter existência alguma física para assim arruinarem o comércio”<sup>147</sup> onde, logo em seguida, expõe os problemas causados pelos contratadores e suas

<sup>144</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 71 e folha 72.

<sup>145</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 3.

<sup>146</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 29.

<sup>147</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 70.

interações. Entre elas estão as livranças: moedas que carregavam falsamente os selos reais e eram introduzidas nos comércios locais como forma de enganar os vendedores, prejudicando assim tanto sobas e jagas quanto comerciantes vassallos da Coroa, tendo em vista o lucro dos próprios contratadores e burlando o intermédio da administração. Segundo o próprio primeiro-ministro, as livranças

consistem [...] em uns pedaços de papel escritos pelos contratadores ou seus propostos debaixo da estampa das Armas Reais, dando a cada um dos tais papeis o valor das quantias que neles escrevem, e obrigando-se a pagar o valor delas aos mostradores todas as vezes que lhes for pedido. Giram estes bilhetes no comercio público e geral como dinheiro corrente. Com eles se fazem pagamentos. Com eles se recebem satisfações de dívidas &c. E não tendo mais autoridade que a particular dos tais contratadores, e por eles propostos, vem os tais bilhetes a ser intoleráveis<sup>148</sup>.

Por serem falsas, as moedas falsas criaram uma concorrência desleal com os demais comerciantes, pois estes tratam com fazendas reais enquanto os fraudadores inventavam valores conforme desejassem a partir do uso das livranças. Para embasar suas acusações, Sebastião José de Carvalho evidenciou alguns casos em que contratadores inseriram as moedas falsas de má fé e como estas prejudicam o comércio, usando as experiências de Dom Francisco Inocêncio para tal argumentação:

Apareceu ultimamente uma carta de 20 de Agosto de 1768, na qual o Governador e Capitão-General D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho expôs tão judiciosamente quanto podia caber na razão natural [...] a deplorável calamidade a que se acham sujeitas aquelas importantíssimas Colônias da sua jurisdição: reduzindo-se em suma as causas dela por uma parte ao abuso das chamadas Livranças, e pela outra parte ao Monopólio, com que os Contratadores atuais tem feito a seu favor exclusivo o comercio das mesmas Colônias, destruindo nelas todos os negociantes, carregadores, e até por necessária consequência a Fazenda Real<sup>149</sup>.

Além destas medidas outras providências foram tomadas na tentativa de acabar com o monopólio causado por jesuítas e contratadores. Com este objetivo Pombal anulou a atuação

---

<sup>148</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 63, frente e verso.

<sup>149</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 62.

dos contratadores em Angola em 1758, estes “notórios Réus de crimes tão atrozes”<sup>150</sup> segundo o Primeiro-Ministro, cada vez mais restringindo o comércio sob a jurisdição portuguesa e de seus subordinados, evitando a exclusividade de comerciantes específicos e abrindo os portos de Luanda e Benguela aos vassallos da Coroa portuguesa<sup>151</sup>, como podemos ver a seguir:

Que para sempre fique extinto o Contrato de Angola, não só por pernicioso, como fica mostrado, contra os Vassallos do mesmo Senhor, mas também porque é tão desnecessário, como lesivo para a Real Fazenda, e muitos cofres podem ficar sem alguma nova despesa os avultados lucros que os contratadores interessaram até o presente”<sup>152</sup>.

No Alvará de 11 de janeiro de 1758 foi liberado todo e qualquer comércio em Angola para vassallos da Coroa portuguesa com o fim da exclusividade dos contratadores; tal decisão tinha como objetivo desestabilizar o monopólio formado por jesuítas e elites comerciais locais que em conjunto, conseguiam efetuar negócios aquém da fiscalização portuguesa<sup>153</sup>. Este alvará marca o fim da proibição da ida aos sertões, datada do século XVII<sup>154</sup>:

Determino que da publicação dele em diante seja livre e franco o referido Comércio de Angola, como Loango e Benguela, Portos e Sertões Adjacentes a todos e cada um dos meus vassallos destes Reinos, e seus domínios, que até agora o fizeram e pelo tempo futuro o quiserem fazer, debaixo da proteção das Minhas Leis. Sem que os Governadores, Capitães Mores, Cabos e Oficiais de Guerra, Ministros da Justiça, Fazenda, ou os Oficiais das Câmaras, possam impedir as pessoas que o dito comércio fizerem, mandarem aos sertões e feiras gerais, ao resgate de escravos com toda a sorte de fazendas permitidas. E sem que de algumas delas se possa fazer monopólio, ou estanque, a favor de alguma pessoa de qualquer qualidade, ou condição que seja, debaixo de penas abaixo declarados, e das mais que merecerem no caso de haverem feito monopólio<sup>155</sup>.

É necessário salientar que tal abertura não significou a liberação de todo e qualquer comércio de diferentes gêneros, em especial aqueles que prejudicavam as relações diplomáticas portuguesas para com os sobas, como armas, pólvora e munições. Apesar do interesse das etnias

---

<sup>150</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 73.

<sup>151</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 16.

<sup>152</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 73 frente e verso.

<sup>153</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 83.

<sup>154</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 5.

<sup>155</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 66.

locais nesses gêneros<sup>156</sup> e que, seguindo esta lógica, muito ganhariam os negociantes com o comércio de armas e pólvora nas trocas por escravizados, mas pouco ganharia a Coroa que veria sobas e jagas escapando de sua influência em revoltas ou até mesmo com maior poder de negociação perante as imposições portuguesas.

Tampouco significou a total abertura a todos que se interessassem nas feiras dos sertões: foi apenas em favor de negociantes vassalos portugueses; apesar de seu caráter liberal no comércio, mercadores não portugueses permaneceram proibidos de comercializar em Luanda, Benguela e seus sertões adjacentes. Tendo isso em vista, são formulados planos para combater a introdução de agentes externos, baseando-se em provisões anteriores:

Com condição que em observância da Provisão de 16 de Julho de 1682, se não administrará nos Portos de Angola e Benguela o comércio de Navios Estrangeiros sob pena de serem confiscados para a Real Fazenda de Sua Majestade todas as pessoas que concorrerem para semelhante comércio, e sendo caso que aí chegue alguns dos ditos Navios estrangeiros a prover-se de mantimentos, ou a fazer aguadas, se lhe darão os refrescos de que carecerem pagando-os com seu dinheiro, e de nenhum modo se lhes admitirão fazendas de qualquer qualidade que sejam debaixo da mesma pena de confisco<sup>157</sup>.

A conquista de territórios também virou pauta no que se refere às estratégias para coibir a inserção no comércio de outras nações europeias. O território de Encoge era indispensável no controle comercial ao norte de Luanda, pois devido à sua localização, funcionava como entreposto militar e populacional, disponibilizando para portugueses uma visão panorâmica e longínqua, assim como um terreno possivelmente próspero para as ambições agrícolas do Primeiro-Ministro e seus governadores. Segundo o Conde da Cunha “os Negros nunca escolhem para habitar os sítios doentios, e faltos de ventos, que os refresquem”<sup>158</sup> e “em segundo lugar [...] porque só buscam os lugares onde mais facilmente podem fazer comercio, e roubos, sem se embaraçarem de que sejam nocivos à saúde”<sup>159</sup>, afirmações que por si só nos mostram que o terreno era importante para as populações locais, que o habitavam a depender de suas vantagens econômicas e políticas.

---

<sup>156</sup> “Este ponto de notoriedade comum a toda a Europa, é de mais considerável importância. Porque sem se venderem aos Negros as Armas, e as Pólvoras não pode haver comércio com eles, e se por isso sem comércio com os mesmos Negros, nem pode haver Escravos, que é o único negócio de Angola; nem sem escravos pode haver Brasil.” Códice 555, AHU, Angola, folha 58.

<sup>157</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 20 e folha 21.

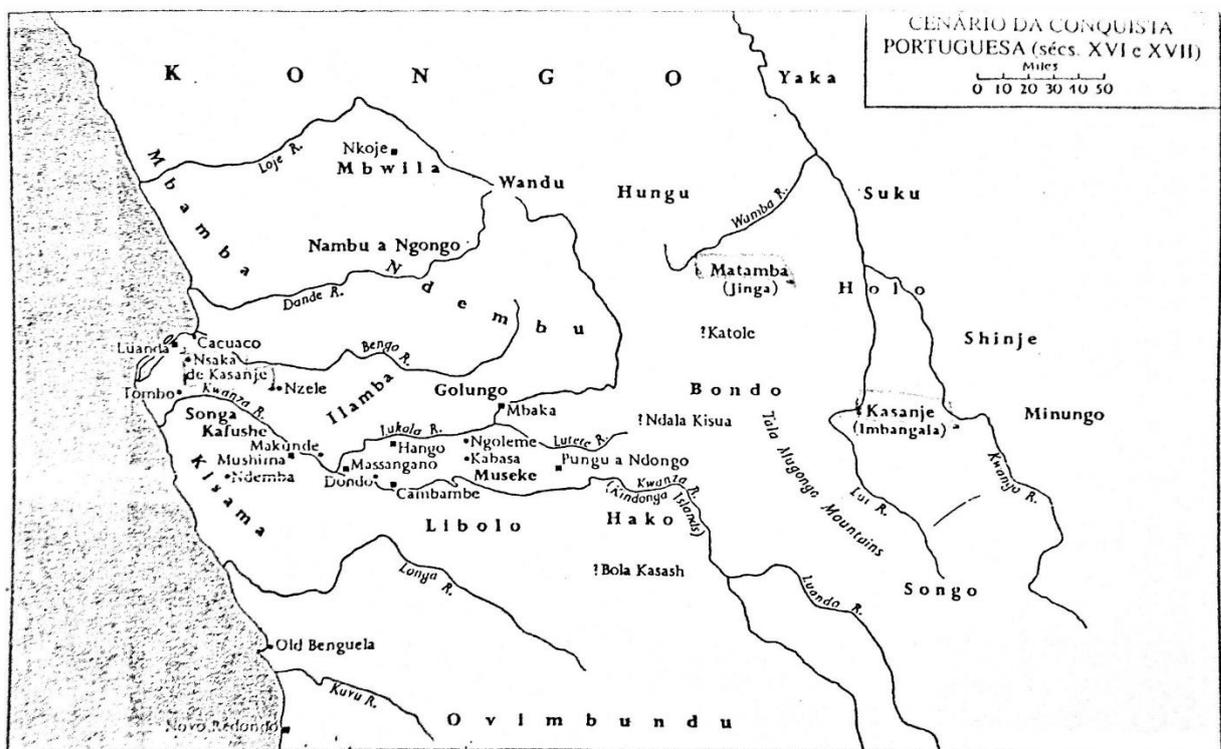
<sup>158</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 54.

<sup>159</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 54, frente e verso.

Traçando meios para manter a segurança do presídio de Encoge depois de dominado – pois seu antigo chefe Dembo mesmo derrotado militarmente ainda possuía poder político e era favorecido por outras nações europeias interessadas no comércio da região (apesar de expulso das terras) – o Conde de Oeiras definiu que para sua preservação medidas deveriam ser tomadas: 1) Oficiais encarregados do comando deveriam ser escolhidos a dedo para evitar que estes se entregassem à corrupção e aos subornos, traíndo os interesses da Coroa<sup>160</sup>, 2) A guarnição de homens e cavalos deveria ser constante, mantendo o presídio sempre guarnecido de homens e armas para sua defesa, e 3) A construção de fortaleza o mais próximo possível ao Rochedo, onde antes eram as terras do soba expulso<sup>161</sup>.

Todos esses procedimentos tinham como objetivo estabelecer presídio em Encoge e breçar a entrada estrangeira e de seus produtos que ameaçavam o controle português nos sertões. Podemos notar no mapa a seguir a localização estratégica de Encoge (*Nkoje*), localizada entre a costa e os territórios do interior:

**FIGURA 2: Angola e Congo XVI-XVII**



Fonte: BIRMINGHAM, op. cit.

<sup>160</sup> "O de ser providas sempre em Capitão Mor e oficiais da mais notória e experimentada proibidade, que sejam superiores a todo suborno, e a todo descuido". Códice 555, AHU, Angola, folha 53, verso.

<sup>161</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 53 e verso.

Mesmo criticando certos aspectos do governo de António de Vasconcelos<sup>162</sup>, em especial no que condiz à severidade na aplicação das leis e aos conflitos em Encoge<sup>163</sup>, Elias Alexandre não deixa de reconhecer o interesse maior do governador no progresso da agricultura<sup>164</sup> e do comércio<sup>165</sup>, finalizando a parte de seus escritos que correspondiam ao período de seu governo com elogios à sua administração e à sua pessoa: “Dirigia este Fidalgo os detalhes domésticos de uma economia sem mesquinhez: virtude oposta aos recursos da ambição; e assaz valente para administrar a justiça sem fazer caso com respeitos; nem do reconhecimento”<sup>166</sup>.

#### **2.4. Povoar Angola com gente branca: Um desafio dos ilustrados na segunda metade do XVIII**

Para legitimar a presença no território a administração pombalina viu no povoamento uma tática para fechar e demarcar a região sob seu domínio: era necessário habitar as ditas estradas<sup>167</sup> com gente portuguesa. Ocupando tais locais a Coroa garantiria que o comércio sempre passasse por suas possessões, assegurando sua fiscalização e taxaço por meio da apropriação de territórios e estabelecimento de mais fortalezas. Uma das maneiras encontradas para incentivar a inserção de portugueses na região foi a reabertura do território para populações luso-brasileiras. Como veremos muitas vezes ao longo do período, os sertões<sup>168</sup> angolanos foram foco importante para os ilustrados, percebendo que com o estabelecimento de populações portuguesas fiéis à Coroa, o acesso a mercados e o transporte de produtos estariam mais facilitados e seguros.

Antes de Dom Francisco Inocêncio, António da Cunha já havia exposto a importância de fomentar a constituição de famílias brancas nas imediações de Luanda e proximidades:

Concordou o Conde da Cunha: acrescentando que a necessidade de mulheres brancas naquela terra é urgentíssima pela grande falta delas que há naquele Reino, que não podendo a povoação dele consistir somente nos facinorosos

---

<sup>162</sup> 1758-1764.

<sup>163</sup> CORRÊA, v. 2, p. 15.

<sup>164</sup> “Criminando pois a moleza dos agrícolas, como cúmplice da falta de alimentos, que começava a observar, e assentir, se propôs a remediá-la”. CORRÊA, v. 2, p. 13.

<sup>165</sup> “A 2ª Empresa a q. se propôs Vasconcellos, foi a de elevar o comercio a novas ganancias.” CORRÊA, v. 2, p. 14.

<sup>166</sup> CORRÊA, v. 2, p. 28.

<sup>167</sup> Vias em que eram transportados gêneros para comércio. SANTOS, C. M., op. cit., p. 159.

<sup>168</sup> “Territórios sem um governo centralizado que garantisse uma unidade política na região”. CARVALHO, F. M., op. cit., p. 20.

degradados, se faz preciso mandar transportar outra gente de melhores costumes<sup>169</sup>.

A introdução de portugueses em Angola não bastava, foi necessário garantir que os imigrantes se mantivessem leais aos costumes europeus, pois entre os dirigentes pombalinos era difundido que africanos não traziam consigo “as ideias de comércio, cultura, indústria” e não possuíam o fundamental para avançar nos ideais iluministas de desenvolvimento civilizatório, fazendo-se necessário, deste modo, o povoamento de terras da África Centro-Ocidental de populações brancas; este projeto de povoamento era inerente à noção do polimento nos padrões europeus<sup>170</sup>. Para Elias Alexandre, Dom Francisco Inocêncio se empenhou com veemência a esse propósito

O objeto da população o promoveu a interessar-se em muitos casamentos, fazendo distribuir dotes, para por este meio incitar a alguns abraçar este Estado, prendendo-os a um lícito consorcio, para abjurarem a poligamia, que a nossa Santa Religião detesta, e que o costume assaz inveterava, produzindo-se de pais a filhos, sem remorsos; nem pejo<sup>171</sup>.

Além do alto índice de mortalidade entre os recém chegados em Angola – devido a vários fatores, como o clima, a fome e conflitos<sup>172</sup> – era recorrente que os degradados que sobrevivessem às primeiras semanas e meses desertassem de suas funções para se estabelecer nos sertões, adotando parte da cultura africana e formando matrimônio com mulheres locais, fato exposto na *Coleção das Providências, Leis e Ordens* pelo Conde de Oeiras e que segundo o mesmo era a causa da quase extinção da população branca em Angola:

Se tem quase extinto naquele Reino os Brancos, que a ele foram transportados, morrendo uns de fome, e miséria na Cidade, e suas vizinhanças, acabando outros nos sertões fugitivos, e vagos, e vindo assim a prevalecer os negros de tal sorte que ainda os poucos Brancos, que existem, olham para as Mulheres da Europa com estranheza, como extraordinárias, preferindo por quase geral abuso o Consórcio das Negras<sup>173</sup>.

<sup>169</sup> Códice 555, AHU, Angola, verso da folha 56.

<sup>170</sup> CRUZ, op. cit., p. 52.

<sup>171</sup> CORRÊA, v. 2, p. 30.

<sup>172</sup> “Daqui vem a mortalidade de Soldados que o Governador António de Vasconcelos referiu em carta de vinte de Janeiro de mil setecentos e cinquenta e nove; dizendo que dos duzentos e cinquenta homens que foram na sua companhia, já então não existiam mais que cento e dois degradados”. Trecho se refere à alta quantidade de morte e deserção dos degradados sob a administração portuguesa em Angola. Códice 555, AHU, Angola, verso da 56.

<sup>173</sup> Códice 555, AHU, Angola, frente e verso folha 56.

Daí a relevância em serem enviados para Angola mais que degredados do Brasil e de Portugal, mas famílias inteiras que seriam responsáveis por se estabelecer e difundir a cultura europeia na África Centro Ocidental, encarregando os governos e “companhias do Grão-Pará ou Pernambuco de mandarem pelas Ilhas dos Açores alguns dos seus Navios que fizerem viagens para Angola, e de irem recebendo neles até sessenta casais para serem transportados à Cidade de São Paulo de Assunção”<sup>174</sup>, condenando ao degredo prostitutas “que forem presas, por crimes, e por causarem escândalos na Corte, sendo de idade de trinta anos”<sup>175</sup>, ou seja, em sua maioria jovens e presumidamente férteis para formar família com homens portugueses ou brasileiros em Angola.

Incentivando gente portuguesa e brasileira a morar em regiões que faziam parte da chamada conquista angolana, a Coroa buscava validar sua reivindicação de controle sobre a África Centro Ocidental já que até o momento “o seu poder possuía um caráter virtual e inconstante, característico do Antigo Regime”<sup>176</sup> fundamentando-se assim a um modelo europeu de colonização branca organizada a partir de aparatos jurídicos, administrativos e militares. Para Luiz Felipe de Alencastro “tudo dependia do controle do interior angolano e, mais exatamente, das feiras e das redes de trato que demandavam Luanda”<sup>177</sup>, fazendo-se mais urgente as tentativas de povoar o território com vassalos portugueses. Também para vingar o controle português nos sertões:

Sousa Coutinho tentou remover dos mercadores mestiços (filhos da terra) o controle das firmas comerciais do interior e passar a expansão dos representantes destes comerciantes. Apesar das reformas realizadas nas tropas, muitos permaneceram envolvidos com as atividades comerciais no sertão, o que dificultou a implementação de políticas de Sousa Coutinho<sup>178</sup>.

Acompanhando o padrão europeu, era incitado o povoamento branco/português nas cidades, estas também seguindo a lógica ilustrada, na qual cidade é sinônimo de civilização<sup>179</sup>,

<sup>174</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 57.

<sup>175</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 57.

<sup>176</sup> ARAÚJO, Ana Maria Soares de. **O avassalamento como ferramenta de poder nas relações comerciais entre cassanges e portugueses no século XVIII**. 2018. Monografia – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018, p. 5.

<sup>177</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 262.

<sup>178</sup> CRUZ, op. cit., p. 41-42.

<sup>179</sup> “A noção de civilização se fez presente no espaço das cidades em suas duas acepções. Tanto como um lugar onde os elementos de civilidade, de cortesia, de fino trato eram parte das maneiras dos seus habitantes, quanto no seu sentido ideal, encarada como o espaço a partir do qual se expandiria o progresso para os povos em busca de um estágio de perfeição.” CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia de cidade ilustrada: As transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia

implantando assim, fisicamente, ideias de sociedade e civilidade no território africano. “Fonte de cultura, a cidade possuía a faculdade de modificar o homem, bem como a de difundir o *progresso* e a *civilização* aos povos”<sup>180</sup> segundo os ideais ilustrados, contudo, as investidas no povoamento sofreram resistências ferozes, por vezes pela própria população portuguesa desacostumada com as terras e com o clima, ou pela população africana que os expulsava de suas terras, mostrando assim que sem a autorização ou subjugação das autoridades locais, os portugueses nada podiam fazer. “Souza Coutinho, em 1772, já dava notícia de alguns fracassos, quando descrevia as povoações que pela malignidade do clima, se encontravam desertas e em ruína”<sup>181</sup>. Foi apenas no governo de D. Miguel Antônio de Melo que foi constatada a impossibilidade de definir Angola como “uma colônia de povoamento”<sup>182</sup> após sucessivas tentativas ao longo do fim do século XVIII.

## 2.5. O governo de Dom Francisco Inocêncio

Mais que uma transição, os mandatos dos dois primeiros governadores ilustrados em Angola – Dom António da Cunha e Dom António de Vasconcelos – foram essenciais para o estabelecimento da dita nova política que abraçava o método administrativo ilustrado como um caminho mais racional, viável para o enriquecimento das colônias e conseqüentemente da metrópole. A inventariação de informações e recursos disponíveis foi indispensável para a elaboração do projeto do Conde de Oeiras em 1760 que viria a ser executado a partir desta década. Os erros das administrações anteriores, se já não estavam claros antes, se tornaram a partir destes governos escancarados e estudados, expostos às suas críticas, num misto entre avaliação do Estado colonial e reprovação anacrônica<sup>183</sup>.

Ao final do mandato de Dom António de Vasconcelos, se tornou necessária a escolha de um novo aspirante que alcançasse as expectativas de Sebastião José de Carvalho. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho era um ilustrado que tinha bastante credibilidade com o Primeiro-Ministro<sup>184</sup>, este chegando a elogiá-lo na *Coleção das Providências, Leis e Ordens* destinadas ao rei – “vigilante, zeloso, e prudente Governador D. Francisco”<sup>185</sup>. Filho de D.

---

e Ciências Humanas/Programa de Pós Graduação de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, p. 25.

<sup>180</sup> Ibid, p. 11.

<sup>181</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 159.

<sup>182</sup> Ibid, p. 16.

<sup>183</sup> Ibid, p. 71.

<sup>184</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 212.

<sup>185</sup> Códice 555, AHU, Angola, folha 4.

Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>186</sup> – vedor da Casa Real – não é surpresa que este tenha assumido o posto de governador de Angola em 1764 onde permaneceu até 1772, um período marcado por constantes tentativas de controle comercial e territorial:

A figura de Dom Francisco e toda imagem construída em torno de sua administração e de seu potencial intelectual fazem parte da construção de um cenário político, onde discursos e propaganda deveriam reposicionar Portugal tanto frente as demais potências europeias, quanto frente às suas possessões ultramarinas<sup>187</sup>.

Considerado por uma historiografia portuguesa datada<sup>188</sup> como o Pombal de Angola, Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho foi um caso à parte na formação do discurso colonizador português. Considerando a si próprio como um “administrador-filósofo”, Dom Francisco Inocêncio foi responsável não somente por ajudar a criar a própria fama, mas também por canalizar os ideais pombalinos na própria administração, prostrando-se à frente como um homem de ação em meio a tantos governadores passados incapazes de resolver os problemas administrativos portugueses<sup>189</sup>, fama que perdurou na memória portuguesa posteriormente, o que fica claro em a *História de Angola*, de Elias Alexandre, que não poupou elogios ao governador:

A docilidade, prudência, liberalidade, desinteresse e justiça, eram os fundamentos da Arte com que atraiu o amor de muitos povos. O de Angola lhe parecia haverem os seus predecessores esgotado todos os recursos providentes a bem deste Governo: bem depressa se desenganaram de que os talentos hábeis penetram disposições recônditas, alheias aos ordinários discursos<sup>190</sup>.

O fomento econômico esteve presente em todo o discurso do governo de Dom Francisco Inocêncio e de seus sucessores. Percebendo que o Contrato dos Escravos ainda era presente em Angola, se empenhou em combatê-lo, segundo Elias Alexandre, “extinguindo as abusivas condições que os seus diretores praticavam: aplicando paliativos meios para não se arruinarem

---

<sup>186</sup> Não confundir com o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar dos anos de 1795 a 1801, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Dom Francisco Inocêncio Coutinho.

<sup>187</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 214.

<sup>188</sup> Consideração que, assim como seus discursos, vem sendo problematizada por uma historiografia posterior. Questões são levantadas sobre a ideia hegemônica da historiografia que superestimava os feitos alcançados por D. Francisco e o que era criação de um discurso auto-proclamador, como aponta Ingrid Oliveira em sua obra. OLIVEIRA, op. cit., p. 58-59.

<sup>189</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 85.

<sup>190</sup> CORRÊA, v. 2, p. 29.

uns, e perderem outros”<sup>191</sup>. Se o objetivo era centralizar a movimentação mercantil em torno da produção, controle e conseqüentemente renda para Portugal, o cientificismo se torna necessário e Dom Francisco Inocêncio faz questão de registrar a receita e a fazenda de Angola:

A receita, e despesa da Real Fazenda, eram exatamente corrigidas pelo seu zelo. Jamais os Oficiais desta Repartição faltarão a concluir a liquidação das contas no fim do ano, e se mostrava tão efetivo na observância delas, que fazia vigiar os escriturários, para se instruir se os seus deveres eram preenchidos no prescrito tempo do seu trabalho<sup>192</sup>.

Dom Francisco Inocêncio sabia dos problemas que Portugal encarava no território angolano e tinha ideias sobre como acabar ou limitar estes problemas. A concorrência estrangeira no período de seu governo e em todo o período que corresponde à permanência portuguesa na África não foi ignorada pela Coroa, mas esta não possuía as formas de abafar essa competição. Os negociantes europeus não portugueses eram ameaça constante ao comércio português, em especial os franceses e ingleses e até degredados portugueses, e isto preocupava o então governador, que por meio de fortificações nas regiões do Ambriz e do rio Zaire empenhou-se em minguar o acesso europeu aos portos de Loango, Cabinda, Luanda e Benguela<sup>193</sup>.

Tais fortificações não foram suficientes a despeito das tentativas do governador em limitar o comércio que ocorria em volta de Luanda, fora da jurisdição portuguesa. Comerciantes de outras nações europeias chegavam ao vasto litoral da África Centro-Occidental ao norte e ao sul de Luanda para comercializar com africanos, que por sua vez percebiam os benefícios de negociar com eles e não com portugueses:

A cada ano, tornava-se mais difícil para os portugueses afastar os competidores. Era imenso o litoral, e poucos os vasos que por ele deviam velar. Em terra, os melhores aliados não hesitavam em vender a quem desse mais e a comprar de quem oferecesse mais barato. Franceses, ingleses e holandeses não só pagavam melhor, mas também forneciam mercês que a Coroa portuguesa negava aos africanos<sup>194</sup>.

---

<sup>191</sup> CORRÊA, p. 32 e 33.

<sup>192</sup> Ibid, p. 32.

<sup>193</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 83.

<sup>194</sup> SILVA, A. C., op. cit., p. 311.

Os projetos do Reformismo Ilustrado em Angola nos mostram o quanto a realidade divergia do discurso português. Um dos fatores que dificultaram a efetivação desses projetos foi que a África Centro-Occidental já possuía formas organizacionais políticas e econômicas que precediam a presença portuguesa. Não era simples mudar os modelos tradicionais de organização africanos, ainda mais quando Portugal não possuía o poderio bélico e político para isso:

Para a segunda metade do século XVIII, podemos considerar que havia um projeto para a transformação do território em Angola. [...] No entanto, a realidade de Angola neste período nos mostra o contrário, pois já existiam formas de organização no território pré-estabelecidas e que não foram aniquiladas com a presença portuguesa<sup>195</sup>.

A tentativa de implantação da expansão territorial se deu a partir de tratos, conflitos e encorajamento do povoamento europeu nas áreas interioranas de Luanda e Benguela. Dom Francisco enviou para Benguela, em 1769, casais portugueses na tentativa de refrear aquilo que considerava prejudicial para o projeto econômico e religioso da administração portuguesa, uma vez que, segundo o governador, “a criação de uma civilização branca e católica em Angola tinha como objetivo coibir os vícios, a prostituição, o ócio, o excesso de luxo dos poucos habitantes mais abastados e, sobretudo, corrigir outro erro daquele processo colonial: o degredo”<sup>196</sup>. Segundo Nívia Pombo dos Santos,

Sem ampliar o contingente demográfico seria difícil colocar em andamento as políticas coloniais de fomento agrícola, de exploração de minérios e ocupação dos sertões. [...] Além da população necessária para o povoamento do território, D. Francisco ainda precisou se preocupar com a vinda de técnicos para colocar em prática os dois empreendimentos mais ousados de seu governo: a instituição em Nova Oeiras de uma fábrica de ferro e a tentativa de ligar, por terra, Angola e Moçambique<sup>197</sup>.

Como dito anteriormente, enviar populações brancas para Luanda e Benguela não era garantia de que estas se conservariam. Para isso, Dom Francisco Inocêncio erigiu a fortaleza de Benguela, acompanhada da construção de um hospital para cuidar da saúde dos recentes

---

<sup>195</sup> SILVA, A. C., op. cit., p. 27.

<sup>196</sup> SANTOS, N. op. cit., p. 323.

<sup>197</sup> Ibid p. 326.

imigrantes portugueses e brasileiros em Angola, que em contato com o clima local, se tornava frágil:

A humanidade, sendo em Benguela mais insultada pelo clima, do que o é na Capital de S. Paulo, lhe é devedora de um Hospital, que fez erigir [...]. Estas obras tão dignas de uma Alma terna, ainda mais do que as utilidades que delas dimanam servem, e servirão de imortalizar a memória do seu Ilustre Eretor, pela fadiga de as construir em um país em que os artífices custam tanto a viver, quanto os Serventes em reduzi-los ao trabalho, e domar a sua fereza<sup>198</sup>.

A ideia de construir uma fábrica de ferro em Angola foi idealizada primeiramente por António de Vasconcelos, responsável pelo colhimento de amostras do ferro da região e pelas primeiras fundições, sendo enviadas para análise pelos especialistas europeus, em Lisboa<sup>199</sup>. Dom Francisco herdou a empreitada, recebendo ordens do próprio Conde de Oeiras “para que promovesse a exploração do ferro, metal imprescindível para o fomento de qualquer indústria naquele momento”<sup>200</sup>, no qual o governador enviou gente sua para analisar a possibilidade de se explorar ferro na região:

D Francisco concebendo o projeto de as realizar mandou a Oeiras; e à vista da terra ferruginosa, que trouxeram os mensageiros, experiências feitas na sua presença, e descrição do país, se propôs ao desígnio. Que ousadia gloriosa! Assim se pode chamar sendo empreendida em um clima inimigo da humanidade<sup>201</sup>.

O então governador viu no estabelecimento da fábrica de Nova Oeiras uma oportunidade para se destacar entre os governos ilustrados, mas teve inúmeras barreiras que impediam seu desenvolvimento, como a resistência dos trabalhadores africanos e o clima local, que causava mortes e deserções de trabalhadores europeus – “Se transportaram a Angola com alguns Ferreiros, e fundidores de Sinos”<sup>202</sup> – e negros livres coagidos para o trabalho pesado e pouco remunerado<sup>203</sup>.

---

<sup>198</sup> CORRÊA, v. 2, p. 36.

<sup>199</sup> ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**. Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018, p. 141.

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> CORRÊA, v. 2, p. 37.

<sup>202</sup> Ibid, p. 39.

<sup>203</sup> ALFAGALI, op. cit., p. 225.

O soldo dos funcionários era constituído por mercadorias que também eram procuradas no comércio de escravizados, assim, muitos dos trabalhadores desertavam da fábrica, passando a fazer parte do dito comércio usando de seus salários para as negociações. Em sua pesquisa sobre a fábrica de Nova Oeiras, Crysleine identifica mortes de trabalhadores recém-chegados da Europa, que acometidos por diversos sintomas, vinham a falecer com menos de dois meses de suas chegadas a Angola.

A morte foi realmente destino certo da maioria dos trabalhadores enviados para as fábricas. Nas estações das chuvas, segundo Jill Dias e Joseph Miller, eram mais comuns a malária e as epidemias de varíola. As doenças do trato intestinal, especialmente as descritas nas fontes como ‘disenteria’ ou ‘diarreia’, além de problemas respiratórios, como bronquite, pneumonia e tuberculose, também eram responsáveis por endemias em Angola<sup>204</sup>.

As intenções de Dom Francisco em estabelecer a fábrica de ferro de Nova Oeiras e o povoamento do planalto de Benguela falharam, o que nos mostra o quanto os projetos propostos pelos governos ilustrados eram impermanentes; por mais que representassem uma mudança naquele momento, a inércia fazia com que não muito depois o maquinário voltasse ao seu estado anterior. Desse modo, Ana Madalena de Sousa interroga a historiografia que toma o período de governo de Dom Francisco como um recorte de tempo onde se encontraram numerosas modificações nos campos da administração, “numa tentativa de pôr termo à situação de abandono e desorganização interna que afetava o território angolano”<sup>205</sup>. Catarina Madeira também nos aponta que entre as décadas 40 e 50 do século XX, o período pombalino era identificado como uma “idade de ouro”, a qual seria atribuída à figura de Dom Francisco. A autora ainda argumenta que a historiografia destas décadas é reflexo da memória social usada para fins políticos<sup>206</sup>, período que compreende a ditadura do Estado Novo em Portugal, da Constituição de 1933 até a revolução de abril de 1974.

No início da segunda metade do século XVIII, mesmo com a imposição de uma mudança de comportamento em Angola, a administração portuguesa continuou com o mesmo estigma de se adaptar às relações já existentes, sem causar muitas transformações nas relações comerciais e escravistas que ela mesma ajudou a criar, sujeitando as lideranças locais angolanas

---

<sup>204</sup> ALFAGALI, op. cit., p. 237.

<sup>205</sup> SOUSA, Ana Madalena. **D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)**. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996, apud OLIVEIRA, op. cit., p. 58-59.

<sup>206</sup> SANTOS, C. M, op. cit., p. 7.

a este comércio e apenas a ele. Não queremos dizer que modificações administrativas não existiram, mas sim que estas não se sustentaram por muito tempo, na maioria das vezes não sobrevivendo nem à troca de mandatos de governadores. Como é o caso dos inúmeros fracassos de Dom Francisco em estabelecer uma colônia agrícola em Angola<sup>207</sup>. O que nos faz concluir que as correspondências trocadas entre as autoridades não condiziam com a realidade da situação vigente na África Centro-Occidental. Notável por suas tentativas de modernizar a região o mandato de Dom Francisco serviu de exemplo (e muitas vezes peso) para gerações futuras de governantes<sup>208</sup>.

## 2.6. O legado de Dom Francisco Inocêncio

Sucessor de Dom Francisco Inocêncio, o governo de António de Lencastre representa para esta historiografia datada como um abandono das práticas ilustradas, como uma quebra do progresso que os últimos três governos se empenharam em realizar. O próprio Dom Francisco Inocêncio por vezes “via António de Lencastre como seu grande opositor, responsável pela invalidação daquele ‘grande Estabelecimento’ no terreno e na corte de Lisboa”<sup>209</sup>:

O sábio Dom Francisco Inocêncio, viu depois / e com que pesar /!, perdido o tempo dos seus ensaios, despesa, e aplicações, e desvanecido o credito com que havia anunciado este Tesouro por aqueles mesmos, que no seu tempo o haviam solenemente autenticado: revoluções em q. sucumbe a natureza humana, quando nasce, e se cria, destituída de sentimentos nobres, e que fica sendo accessível ao vil temor: à cobardia de espirito: à condição servil; e à pérfida adulação. Seria ofender a modéstia, e desprezar a contemplação caritativa iniciar os sujeitos, que se desdisseram em tão importante objeto: os vícios da mentira, e da ingratição, foram cruéis verdugos dos seus remorsos, e do pejo com que foram censurados pelo povo de Angola, e pelo mesmo Ministro d’Estado<sup>210</sup>.

O Governo de Dom António de Lencastre (1772-1779) tem sido visto pela historiografia como uma espécie de retrocesso, de retorno a anteriores formas de domínio, muito ligadas à guerra punitiva e ao tráfico de escravos, com prejuízo para as tentativas de fazer de Angola uma colônia de produção e de povoamento. Dom António de Lencastre teria assim retomado o

<sup>207</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 216.

<sup>208</sup> SANTOS, C. M, op. cit., p. 211-213, 239.

<sup>209</sup> Ibid, p. 84.

<sup>210</sup> CORRÊA, v. 2, p. 45 e 46.

modelo do governador conquistador. Os dois padrões da administração angolana ficariam aqui bem evidentes quando ao *administrador-filósofo* na figura de Dom Francisco Inocêncio, se seguiria o conquistador António de Lencastre<sup>211</sup>.

Apesar disso, seria um erro apontá-lo como uma quebra na tradição pombalina, uma vez que o próprio projeto administrativo continuava pois superiores hierárquicos ao governador de Angola mantiveram-se. Como o caso de Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar e portanto, superior ao governador, que permaneceu até 1795, mesmo após a saída de Pombal do posto de Primeiro-Ministro, sendo sucedido por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Dom Francisco, representando assim, uma conservação dos ideais ilustrados.

Logo em seu início, o governo de Lencastre contradizia o dito por Dom Inocêncio, alegando que as condições das empresas portuguesas em Angola eram precárias, em especial os presídios e fortificações, que segundo o próprio Lencastre, consistiam em não “mais que uns pequenos recintos levantados de terra e faxina”<sup>212</sup> repletos de morte e deserção, os próprios acontecimentos vistos durante o governo de Lencastre nos mostram que a administração portuguesa não estava estável como seu antecessor registrara.

António de Lencastre foi responsável pelo fechamento da fábrica Real de Nova Oeiras, enviando “à Corte um Processo de nulidade”<sup>213</sup> onde foi alegado que mesmo finalizado, o empreendimento daria mais prejuízo que lucro à Fazenda Real. O então governador chega a esta conclusão após consultar diferentes funcionários, mestres e engenheiros da fábrica, julgando-a incapaz de se sustentar economicamente<sup>214</sup>. Crislayne Alfagali problematiza esta decisão que, segundo a mesma, pode ter sido manipulada por Lencastre. Sem o interesse em continuar tentando fazer a Real Fábrica funcionar alocando recursos na importação de engenheiros ou obrigando sobas a entregar trabalhadores africanos, decidiu por adulterar o parecer dos funcionários da mesma, forçando-os a afirmar que as minas não eram suficientes para garantir um rendimento considerável para a Real Fazenda portuguesa, sendo melhor cancelar sua construção. Entre outros motivos, o governador tomou tal decisão para evitar conflitos com capitães mores e sobas, irritados com Nova Oeiras pois esta desestabilizava o

---

<sup>211</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 83.

<sup>212</sup> AHU, Angola, caixa 57. Ofício do governador Dom António Lencastre de 31 de março de 1773, apud CARVALHO, F. M., op. cit., p. 273.

<sup>213</sup> CORRÊA, v. 2, p. 46.

<sup>214</sup> ALFAGALI, op. cit., p. 174 e 305.

comércio e a captura de escravos<sup>215</sup>, e “por emulação de realce em mais vantajosos serviços, se condenou a fábrica mineral da Nova Oeiras por infecunda”<sup>216</sup>.

Mesmo localizando-se no fim do período pombalino, o governo de Lencastre não se caracteriza como retrocesso ao projeto ilustrado do Primeiro-Ministro, “por mais autonomia que os governadores ultramarinos possuíssem, havia uma norma de referência a atender”<sup>217</sup>. Isto fica claro na realização da primeira estimativa populacional de Angola, que sob a coordenação de Lencastre foi realizada e publicada em 1777, sob as ordens do então secretário do ultramar Martinho de Melo e Castro em 1776, ainda sob o mandato de Pombal como primeiro-ministro<sup>218</sup>. À sombra de Pombal, o ministro Martinho de Melo e Castro “foi um grande mecenas das viagens filosóficas às conquistas ultramarinas, revelando seu interesse tanto pela produção do conhecimento quanto pela moda do colecionismo das plantas, pássaros e outros artigos”, se postando como “patrono da ciência”<sup>219</sup>; em voga nas décadas anteriores graças ao ideário ilustrado português.

Até mesmo depois da saída de Sebastião José de Carvalho e Melo em 1777 houve uma permanência dos valores ilustrados, caracterizados pelo objetivo de elevar Angola aos padrões europeus de civilização. De acordo com Catarina Madeira:

toda a política colonial desenvolvida na segunda metade do século XVIII, com maiores ou menores oscilações, irá procurar inserir Angola em parâmetros de civilização, tal como foram concebidos na Europa de então, através da aplicação de um modelo político, idêntico ao modelo pensado e projetado para o mundo, para fazer de Angola uma colónia de povoamento, tão próxima quanto possível da colónia do Brasil<sup>220</sup>.

O mesmo pode ser afirmado acerca de José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, primeiro visconde da Lapa e Barão de Mossâmedes, governador de Angola entre os anos de 1784 e 1790, mantendo as políticas delimitadas pela metrópole, que por sua vez conservava o maquinário estabelecido por Pombal, políticas que eram adaptadas a

---

<sup>215</sup> ALFAGALI, op. cit., p. 307-310.

<sup>216</sup> CORRÊA, v. 2, p. 46.

<sup>217</sup> SANTOS, op. cit., p. 84.

<sup>218</sup> ALFAGALI, op. cit., p. 70.

<sup>219</sup> SANTOS, N., op. cit., p. 191.

<sup>220</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 71.

partir das relações de poder locais; “o modelo está presente, como moldura de referência, mas é o terreno quem dita a ação”<sup>221</sup>.

O Barão de Mossâmedes fora considerado por seus contemporâneos como um retorno às políticas pombalinas depois do “caos” causado pelas administrações anteriores<sup>222</sup>, sendo inclusive citado por Elias Alexandre – grande admirador da gestão de Dom Francisco Inocêncio Coutinho, assim compactuante do discurso ilustrado – como um exímio e virtuoso governador, e em morte homenageado por toda Angola, que “sacrificou lagrimas saudosas a este benigno General”<sup>223</sup>.

A situação encontrada por Mossamedes é descrita como um quadro de desorganização nos setores administrativos: a justiça estava precária, a Câmara se recusava a apresentar os ‘livros’ solicitados pelo governador, não havia juiz de fora e os portos do norte estavam negociando livremente com europeus não portugueses – sendo essa uma questão crônica, que em nenhum período foi solucionada pelos portugueses. Todos esses problemas foram atribuídos ao seu antecessor, José Gonçalo da Câmara Coutinho, e pelas duas juntas formadas por triunviratos que governaram interinamente as possessões portuguesas em Angola<sup>224</sup>.

Parece padrão o comportamento dos governadores em criticar ou jogar a culpabilidade pelas negligências e mentiras nas gestões anteriores às suas caso estas se caracterizassem por correntes políticas diferentes da atual. Essa atitude esteve presente em toda segunda metade do século XVIII, marcada por contradições e criações de discursos próprios, a fim de se promoverem dentro do maquinário colonial português como progressistas em meio à uma rede de preguiçosos desonestos.

Dom Miguel Antônio de Melo, governador de Angola na virada do século XVIII ao XIX, teve seu governo calcado no choque entre os interesses da Coroa, personificados pela figura do Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar – posteriormente acumulando as posições de Primeiro-Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da guerra – Rodrigo de Sousa Coutinho, filho e herdeiro ideológico de Dom Francisco Inocêncio de Sousa

---

<sup>221</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 85.

<sup>222</sup> “As intrigas do antecedente Governo, havendo desorganizado a justiça, e benefícios do Estado, prestou ao novo General o primeiro objeto digno de reforma: desenredando o tecido q. os seus antecessores haviam fabricado para colorir os defeitos do seu Governo.” CORRÊA, v. 2, p. 115.

<sup>223</sup> SANTOS, N. op. cit., p. 174.

<sup>224</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 293.

Coutinho, e das elites comerciais de Angola<sup>225</sup>. Cria da Universidade de Coimbra assim como Dom Rodrigo, Dom Miguel foi um ferrenho crítico do tráfico de escravizados, responsabilizando-o pela decadência da colônia, comércio que impedia o fomento de outras indústrias dada sua facilidade em enriquecer comerciantes locais, que contrabandeavam devido à ambição, dominando o cenário comercial angolano e causando prejuízos para a Fazenda Real portuguesa, incapaz de instaurar indústrias e agricultura<sup>226</sup>.

Servindo a lei da Coroa em Angola, Dom Miguel enfraqueceu seu governo, isolando-se do apoio local ao punir irregularidades nas instituições coloniais e dificultando sua própria governabilidade, achando em sua administração inimizades e intrigas. “O equilíbrio dependia da sabedoria do capitão-general em compreender que, para se preservar no poder, era preciso cuidar para não cercear ambições, respeitar privilégios e [...] apreender a prática do bater-e-soprar”. Como norma dos governos da segunda metade do século XVIII, foram deixados para Dom Miguel impasses produzidos anteriormente à sua administração<sup>227</sup>.

Metas foram traçadas e objetivos apontados, mas não foram efetivamente alcançados. É clara a orientação das atitudes tomadas pela Coroa para conduzir aquilo que considerava avanço científico em favor da administração estatal<sup>228</sup>. O uso de ideias ilustradas para um melhor aproveitamento das potencialidades da região garantiu a criação de uma troca vasta e rica de informações entre a administração portuguesa, mas não garantiu que a situação de Angola como fonte indispensável no fornecimento de escravos para o outro lado do Atlântico fosse alterada. Mesmo com a constante busca de uma cultura reformista por parte dos governadores reformistas ilustrados, o tema da escravidão continuava sendo central nas conversas das autoridades<sup>229</sup>.

A despeito das tentativas, a transformação que administradores pombalinos tentaram impor nunca teve um êxito considerável, isto fica claro na análise das fontes que abordam o tráfico e o comércio antes, durante e depois do período, assim como nos conflitos do mesmo, que apesar de seu caráter diplomático, contou com excessivas guerras punitivas e/ou por interesses puramente comerciais. A metrópole tentou monopolizar o comércio da região, lutando contra outros povos europeus e missionários que devido à sua proximidade com a

---

<sup>225</sup> SANTOS, N. op. cit., p. 213.

<sup>226</sup> Ibid, p. 106, 312 e 350.

<sup>227</sup> Ibid, p. 332, 358 e 354.

<sup>228</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 283.

<sup>229</sup> SANTOS, C. M., op. cit., p. 68.

instituições portuguesas em Angola, se inseriram no comércio. A presença de comerciantes que não eram vassalos portugueses garantiu que a Coroa deflagrasse guerra contra chefes dos sertões, como fica claro nas batalhas travadas na região de Encoge<sup>230</sup> e Cabinda, que tinham como objetivo controlar o tráfego no território, por si só ponto estratégico no monopólio do tráfico de escravos.

---

<sup>230</sup> CORRÊA, op. cit., v. 2, p. 16.

### 3. OS INTERESSES DOS SENHORES DA GUERRA AFRICANOS, A GUERRA PRETA E A SITUAÇÃO PRECÁRIA DAS TROPAS PORTUGUESAS: SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Não somente os portugueses, mas também alguns senhores da guerra africanos tinham seus interesses calcados pelo comércio atlântico de escravizados na segunda metade do século XVIII. Analisando os documentos da administração portuguesa ao longo deste período, consideramos as inclinações de Cassange – um sobado poderoso que teve sua ascensão no século XVII<sup>231</sup> – em dominar o comércio ao redor do rio Cuango, tornando-se assim, intermediário entre chefes de áreas mais distantes do litoral e aqueles europeus que vinham negociar com o poderoso *jaga*, e as estratégias que usou para se manter nesta posição. Neste capítulo investigaremos também os métodos pelos quais a Coroa portuguesa e seus administradores usaram para se impor frente às lideranças locais, fazendo um comparativo entre os governadores, em especial aos reformistas ilustrados e aqueles considerados “conquistadores”, pretendendo assim, evidenciar que muitas vezes o discurso ilustrado permanecia na documentação, enquanto a prática se mostrava bem diferente. Embora baseado na diplomacia, os métodos que governadores ilustrados encontraram para criar acordos comerciais com sobados e manter os existentes foi, muitas vezes, a partir da guerra, conquistando, obrigando e ameaçando os *sobas*, *dembos* e *jagas* a se submeterem às suas condições comerciais. O estudo das fontes ratifica que a linha entre diplomacia e conflito era tênue, pois contava com a disposição dos senhores africanos em conservar as alianças e se submeterem às exigências portuguesas, tendo que escolher muitas vezes entre manter contratos danosos aos seus interesses, ou rebelar-se em luta contra as imposições lusitanas. As relações entre chefes africanos e portugueses não foram pacíficas como os administradores ilustrados faziam parecer em suas documentações.

#### 3.1. O protagonismo dos chefes locais nas relações políticas e comerciais: o caso do *jaga* de Cassange

Entre os descontentes com o tráfico de armas e pólvora em seus territórios, a lista não se limitava às autoridades portuguesas; líderes africanos também se mostravam insatisfeitos com a fiscalização portuguesa desses produtos, como é o caso do *jaga* de Cassange, Dom Paschoal Rodrigues Machado, que por meio de cartas trocadas com o governador Barão de

---

<sup>231</sup> LOVEJOY, Paul E., *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 128-129.

Mossâmedes, rebate uma das exigências presentes em seu termo de vassalagem de 1789 que visava a viabilização do comércio de armas entre os feirantes africanos e os comerciantes vassalados à Coroa. Sentindo-se ameaçado, o jaga via seu poder diminuir à medida que autoridades menores que a dele passaram a ter acesso ao acervo bélico vindo da Europa, em especial no Songo, “que com a provisão de Pólvora, e Armas, se tem Rebelado ao mesmo”<sup>232</sup>. Para o jaga, facilitar este comércio era promover os conflitos em suas terras e nas redondezas, o que enfraqueceria diretamente o mesmo e os comerciantes portugueses que ali tratavam, “pelo dano, que se segue de os proverem de armas, e pólvora, porque logrando esta força, experimentaria rigorosa inquietação de Guerra contra os Povos das suas Terras”<sup>233</sup>.

Para que os acordos entre o jaga e a Coroa fossem estabelecidos, os interesses de ambos deveriam ser levados em consideração, convergindo para que o pacto fosse conservado e respeitado de forma duradoura pelos senhores africanos e pelos governadores e militares portugueses<sup>234</sup>. Notamos que não só a Coroa impunha obrigações nos tratos de avassalamento, mas que os chefes locais, até certo ponto, tinham voz de escolha ao exigir a retificação de certas condições, as quais os administradores portugueses examinavam e decidiam se aceitariam ou não diante dos embaixadores do chefe local.

Ana Maria Araújo<sup>235</sup> sugere que as constantes quebras dos juramentos de vassalagem demonstram o quanto sobas e jagas eram relevantes nas relações comerciais e o quão indispensável era para a administração portuguesa cativar esses agentes. Enquanto favoráveis aos interesses portugueses, os administradores da Coroa se referiam aos mesmos em suas correspondências com cortesia<sup>236</sup> e, para agradá-los, faziam mudanças administrativas dos funcionários que trabalhavam nas feiras ou presídios ligados aos territórios dos chefes.

A relação entre o jaga de Cassange e a administração de Luanda em 1790 exemplifica um destes fatos, quando a pedido do jaga, o governador troca o escrivo da feira de Cassange – desgostado pelo jaga – por outro, “para todos ficarmos bem, e eu ter muitas ocasiões de dar-

---

<sup>232</sup> **Termo de fidelidade e vassalagem que jurou o Jaga de Cassange na presença do Embaixador Marcos Pereira Bravo, de 19 de Dezembro de 1789.** Códice 3259 A-2-12, AHNA, 1789.

<sup>233</sup> Ibid.

<sup>234</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 279 e 301.

<sup>235</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 5.

<sup>236</sup> “Estimo muito e muito a sua amizade e me comprazera que seja firme pra se unir aos meus desejos, que se empenham a conservação de um amigo que estimo.” VASCONCELLOS, Manoel d’Almeida. **Carta escrita pelo Excelentíssimo Senhor Manoel ‘Almeida Vasconcellos para o Jaga de Cassange a 17 de Novembro de 1790.** Códice 3259 A-2-12. AHNA, 1789.

vos gosto”<sup>237</sup>. Comportamento que ainda se faz presente em 1792, quando em carta para novo dirigente da feira, informa que devem ser feitas partes das vontades do Jaga, “para manter o Cassange ligado ao nosso comércio pelos motivos ponderados, se faz indispensavelmente necessário condescender com ele de alguma forma para o agradar e conservar por meio de uma máxima política”<sup>238</sup>.

Alguns sobas, devido ao seu posicionamento territorial e poder militar, dispunham de maior voz no momento da realização de acordos pois “para alcançar seus objetivos, portugueses e seus aliados precisaram muitas vezes ceder aos interesses de determinadas chefias para conseguir o apoio e a base”<sup>239</sup>, como vemos no caso de Cassange. Apesar disso, muitas vezes a comunicação entre a administração portuguesa e chefes locais era carregada de ameaças, expostas em duas cartas do então governador Manoel d’Almeida Vasconcellos ao jaga de Cassange em 1792, após inúmeras tentativas do chefe local de mudar os preços dos escravos de sua feira, visando seu maior ganho: “Então verás a diferença que fazem os protegidos e fiéis vassallos de traidores, inimigos e ladrões”<sup>240</sup> e “Eu vos tratarei e aos vossos povos como os mais indignos rebeldes, o que Deus não permita, porque sendo vós vassallo desejo a vossa conservação e assistir-vos com tudo que possa concorrer para a vossa felicidade”<sup>241</sup>.

A preocupação do jaga de Cassange em proibir o tráfico de armas e pólvora no território sob sua influência também pode ser atribuída ao fato de que o mesmo funcionava como poder intermediário entre os povos mais ao interior e a administração portuguesa. Sua localização estratégica permitia que Cassange recebesse levas de escravizados de seu vizinho interiorano, o Muatiânvua de Lunda, e as repassasse para os portugueses a partir das feiras. Tanto o chefe Muatiânvua quanto a administração portuguesa tinham interesse em ter contato direto entre si, mas isto era dificultado por Cassange, “empenhado em exercer o papel de Estado tampão, entre o *hinterland* a leste do seu território”<sup>242</sup> e portugueses a oeste.

---

<sup>237</sup> VASCONCELLOS, Manuel d’Almeida. **Carta para o dito de 9 de Dezembro de 1790**. Códice 3259 A-2-12, AHNA, 1789.

<sup>238</sup> **Diretório que levou o dito Chagas de 22 de Agosto de 1792**. Códice 3259 A-2-12. AHNA, 1792.

<sup>239</sup> CARVALHO, F. M., op. cit., p. 299.

<sup>240</sup> VASCONCELLOS, Manoel d’Almeida. **Carta para o Jaga de Cassange de 28 de Maio de 1792**. Códice 3259 A-2-12. AHNA, 1792.

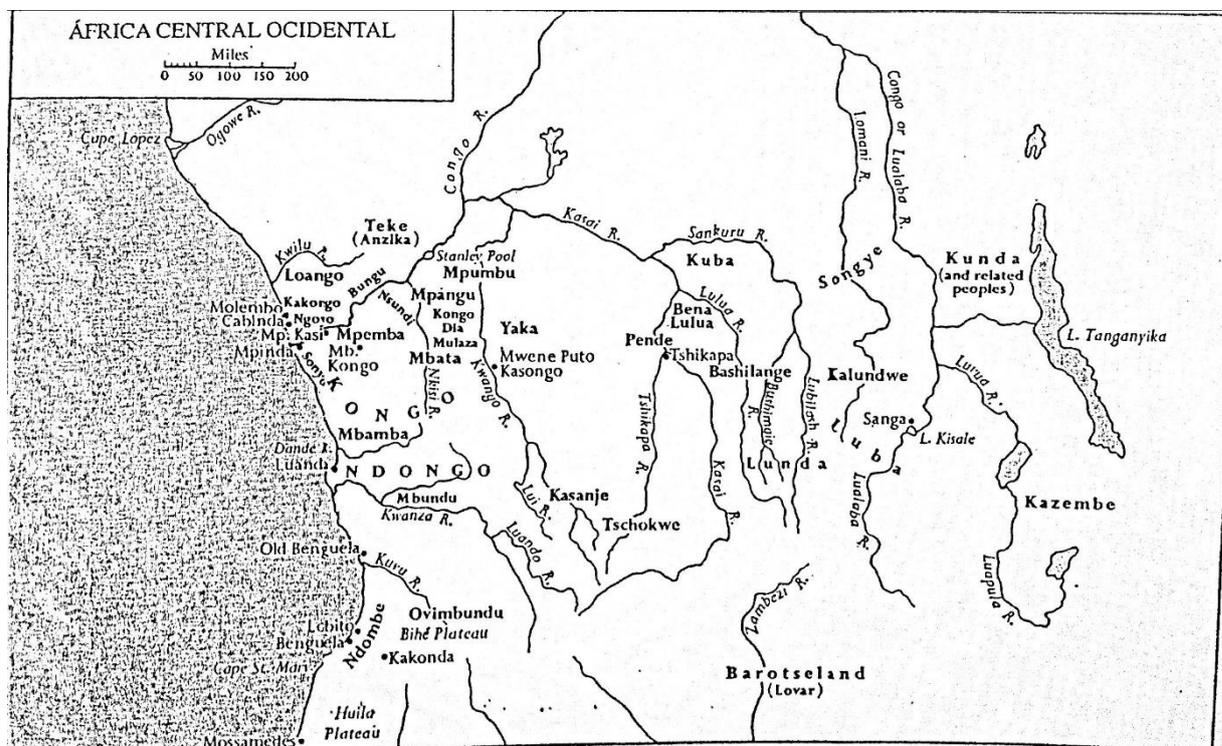
<sup>241</sup> VASCONCELLOS, Manoel d’Almeida. **Carta para o Jaga de Cassange de 22 de Agosto de 1792**. Códice 3259 A-2-12. AHNA, 1792.

<sup>242</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. Em busca dos sítios do poder na África Centro-Occidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915). In: HEINTZE, B.; OPPEN, A. **Angola on the move: transport routes, communications and history**. Lembeck: Frankfurt am Main, 2008, p. 30.

Outro grupo da África Centro-Occidental que via na guerra e captura de escravizados fortalecimento político e a maior fonte de sua economia graças ao mercado atlântico, os lundos, segundo Paul Lovejoy, “participavam do comércio escravo porque podiam mobilizar a população do interior para a escravização, a produção e o comércio” – onde escravizados pelo Muatiânvua e seus guerreiros, eram posteriormente encaminhados às feiras imbangalas, entre elas a de Cassange<sup>243</sup>. Assim, se o comércio de gêneros bélicos chegasse a seus vizinhos, Cassange se veria vulnerável a ataques dos mesmos, interessados em sobrepor o Jaga e negociar diretamente com comerciantes portugueses.

No mapa a seguir podemos ver com mais clareza a localização de Cassange e a Leste, Lunda, responsável, segundo a documentação, de fornecer escravizados para outros potentados africanos na África Centro-Occidental. No mapa, observamos que Cassange (*Kasanje*) ficava exatamente entre Lunda e Luanda, causando assim a barreira comercial que os administradores portugueses tanto falavam, fazendo com que Cassange se tornasse intermediário entre Muatiânvua e os comerciantes portugueses do litoral:

**FIGURA 3: África Centro-Occidental**



Fonte: BIRMINGHAM, op. cit.

<sup>243</sup> LOVEJOY, op. cit., p. 201.

Em sua viagem sob ordens do governador António Álvares da Cunha, o sargento-mor Manuel Correia Leitão observa que o soberano de Cassange não queria permitir sua passagem para as terras além do rio Cuango por “arrogância e ambição”, pois “não querem que os portugueses tratem com os gentios de além do rio”<sup>244</sup>: “Ainda que se dê ao Cassange um milhão, sendo tão ambicioso, não deixará nenhum português chegar àquele rio [Cuango]”<sup>245</sup>. É importantíssima a análise deste documento pois comprova os interesses dos chefes locais não só em negociar diretamente com europeus, mas em barrar que outros povos africanos (potencialmente concorrentes) viessem a estabelecer comércio com os estrangeiros, não permitindo que portugueses fossem além de seus territórios, controlando as transações dos sertões:

Este grande Cassange impede todos que em caso nenhum tenham os portugueses trato ou comércio com os poderosos e muitos potentados de além do rio [Cuango]; pena de vida, e de geração vendida aos seus vassallos que mostrarem tal caminho, e a razão da sua teima e ordem e, além de outras particularidades, para que se não ponham os portugueses da outra banda do rio e lhe tiremos o comércio dos escravos de que vivem, e os deixemos avassalados e sujeitos a presídios e nos não façamos senhores dessas muitas gentes que habitam tão dilatadas terras<sup>246</sup>.

Para entender melhor quem eram Cassange e Muatiânvua, devemos nos voltar para o estabelecimento dos grupos *imbangalas* nos sertões angolanos. Para Joseph Miller, o termo jaga – muitas vezes atribuído aos *imbangalas* pela administração portuguesa – fora criado por portugueses no século XVI para generalizar guerreiros estrangeiros africanos que vez ou outra atacavam os territórios do Congo ou de Angola<sup>247</sup>. Boa parte das descrições de missionários e administradores parte do ponto de vista estereotipado, afirmando que os povos jaga eram selvagens, monstruosos e sanguinários de acordo com seus preconceitos acerca do continente africano.

Ainda segundo Miller, o vocábulo fora mantido nos séculos seguintes para atender interesses de administradores e missionários, que o usavam a depender da situação das relações entre os povos do sertão e a administração portuguesa, servindo assim como ferramenta política

---

<sup>244</sup> LEITÃO, op. cit., p. 9.

<sup>245</sup> Ibid, p. 23.

<sup>246</sup> Ibid, p. 14-15.

<sup>247</sup> MILLER, Joseph C. *Requiem for the “Jaga”*. In: **Cahiers d’études africaines**, vol. 13, n° 49, 1973, p. 132.

para designar seus inimigos como selvagens, canibais e desprovidos de interesses civilizados<sup>248</sup>. Apesar de alvo de muito debate e discussões, a origem dos *imbangala* – em especial Cassange – remete ao século XVII, quando em contato com autoridades portuguesas em Luanda, formou alianças contra o Ndongo, resultando na vitória dos portugueses e no estabelecimento de Cassange nas proximidades do rio Cuango<sup>249</sup>.

A despeito de não citar as épocas a que se refere, em carta de 26 de julho de 1789 ao jagá de Cassange, o barão de Mossâmedes enfoca para o líder africano a importância do apoio português no estabelecimento e fortificação de seu território no passado, comparando-o a seus ancestrais no que tange ao reconhecimento destes pela superioridade das forças e da tecnologia bélica portuguesas, que segundo o governador, foram responsáveis pelo “sossego” nas terras dos Cassanges:

Aqueles [Jagas de Cassange anteriores] sim, que levaram o amor paternal para com os seus filhos, até acharem o verdadeiro, e mais sólido tratamento do Seu Estado que de todo o bem referido; que aborrecendo a vida, errante a que se viram necessitadas para subsistirem os primeiros Jagas aquém jamais foi possível ocuparem sossegadamente o menor canto desse Sertão, vendo-se a cada passo expostos a perder o fruto das suas pilhagens, e cercados de contínuo pelos inumeráveis vizinhos, aquém tenham agravado: os vossos próximos Antepassados, conhecendo a força, e o justo Respeito, que tinham neste Continente, como em todo o Mundo, conseguido as Armas de Sua Majestade e Fidelíssima, não duvidaram, mas avisados, que vós, em procurar o seguro abrigo das Suas Reais Bandeiras. À sombra das quais, não só respiraram livremente à vista dos seus poderosos Inimigos, mas conseguiram ressarcidos com glória, e introduzir entre eles o Respeito, o temor do nome Cassange<sup>250</sup>.

Lovejoy nos traz mais detalhes sobre o período da formação dos estados imbangalas – que não por mera coincidência – é o mesmo no qual a administração portuguesa usou tais grupos como mercenários em suas guerras na primeira metade do século XVII, fortificando-os política e militarmente face a seus vizinhos:

---

<sup>248</sup> MILLER, op. cit., p. 132.

<sup>249</sup> FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Tradição, invenção, História: notas sobre a “controvérsia jagá”*. **Revista Perspectiva Histórica**, julho/dezembro de 2016, n° 8, p. 84-85.

<sup>250</sup> VASCONCELLOS, José de Almeida. **Carta para o Jagá de Cassange escrita a 26 de Julho de 1789**. Códice 3259 A-2-12, AHNA, 1789.

Em 1601, alguns imbangalas tinham entrado em contato com os portugueses, formando alianças temporárias para capturar escravos em troca de produtos importados. Na segunda década do século XVII, esses arranjos tornaram-se permanentes, e os imbangalas na verdade foram transformados em mercenários dos portugueses. Alguns imbangalas permaneceram no Congo meridional e em outros lugares perto da costa; outros fundaram estados no interior<sup>251</sup>.

Apesar de aqui problematizarmos o que Lovejoy apresenta como “arranjos permanentes” entre os imbangalas e a Coroa portuguesa – pois observaremos ao longo deste capítulo que até o fim do século XVIII muitos destes grupos imbangalas ainda não estavam sob o comando português, sendo assim estados independentes –, vemos que tanto o estabelecimento quanto a desintegração de sociedades e etnias africanas poderiam ocorrer pela influência ou interferência da administração portuguesa de Luanda no que tange assuntos internos das relações de poder entre uma sociedade africana e outra, direta ou indiretamente. A fundação de Lunda não foge à esta regra:

Da última década do século XVII em diante, uma série de guerras irrompeu, alimentando as rotas dos escravos para a costa. Essas guerras estavam associadas à consolidação de vários estados, sendo os mais importantes Luba, Lunda, Cazembe e Lózi. [...] Um desses se impôs na área que se tornou a Lunda, centralizada entre Luba e Caçanje, estando dessa forma bem localizada para tirar proveito do mercado escravo para a costa. O governante desse Estado, o *mwant yaav* ou *muantiânvua*, fundou uma capital (*mussumba*<sup>252</sup>), de onde os exércitos de Lunda atacavam, capturando escravos. No devido tempo, o número de províncias e outros pequenos estados foram estabelecidos sob o domínio de chefes guerreiros lundos, que canalizavam os escravos para a *mussumba*<sup>253</sup>.

<sup>251</sup> LOVEJOY, op. cit., p. 128-129.

<sup>252</sup> Lovejoy afirma que *mussumba* seria o equivalente a capital para Lunda. De acordo com o dicionário Kimbuntu-Português de A de Assis Junior, o significado da palavra seria o seguinte: “Músumba, sub (II) bot. Árvore fam. Das leguminosas, de madeira muito resistente (*brachistegia tamarindoides*).| Planta têxtil e ornamental.” ASSIS JÚNIOR, A. de. **Dicionário Kimbundu-Português. Linguístico, botânico, histórico e corográfico**. Luanda: Argente, Santos e C<sup>a</sup> L<sup>da</sup>, p. 319.

<sup>253</sup> Ibid, p. 131.

Segundo o sargento-mor, o chefe Muatiânvua fornecia escravos para Benguela, Cassange, Olos, Congo e muitos outros potentados africanos que faziam comércio direto com os portugueses. Manuel Correia se surpreendeu pelo fato de que até aos dembos Ambuela e Mutemos (mais distantes de Lunda e próximos ao litoral) os escravizados capturados por Muatiânvua costumavam alcançar, chegando à conclusão de que “a não serem eles, não teríamos tantos escravos, porque eles, pela sua ambição e fama de vencer, feito águias terrestres, correm terras tão remotas de sua pátria, só para se fazerem senhores das outras gentes”<sup>254</sup>.

O militar também observa que no litoral leste do continente africano, os Malagis similarmemente não permitiam a entrada de brancos nas terras de Muatiânvua assim como Cassange, com o mesmo objetivo de privar o soberano de Lunda – distante do litoral – do contato com os europeus. Contato que é de grande importância, segundo Manuel Correia, ao senhor da guerra de Lunda:

E que os potentados que tratam com os tais brancos, que eu cuido são os Malagis ou outros, impedem a este Muatiânvua o poder busca-los e trata-los, o que é comum entre este gentio; assim como o Cassange e os mais nomeados não querem que nós tratemos com os que além do rio Cuango e como o tal Muatiânvua tem também notícia dos brancos de cá, por esta razão também os quer por amigos, fazendo-os procurar por seus capitães para que lhe vendam fazendas<sup>255</sup>.

Era no comércio de povos aprisionados por meio dos conflitos que senhores da guerra locais tinham acesso aos produtos manufaturados europeus. Enquanto isso, europeus tinham interesse em escravos, metais preciosos, minérios e em algumas circunstâncias, alimentos<sup>256</sup>. Para isso, introduziram produtos do interesse de africanos dos sertões, muitas vezes bélicos, como nos mostra a carta do governador Manoel d’Almeida e Vasconcellos<sup>257</sup> ao jaga de Cassange, dizendo enviar armas de fogo ao mesmo por meio de seus embaixadores na tentativa de fazer com que o senhor do sertão respeitasse as regras impostas pelos portugueses referentes ao comércio e aos preços dos escravizados:

Faço explicar ao vosso embaixador depois de o ter ouvido e aceitado os presentes que me mandais e que no conceito de seres bom vassalo e estares

---

<sup>254</sup> LEITÃO, op. cit., p. 25.

<sup>255</sup> Ibid, p. 27.

<sup>256</sup> FLORENTINO, op. cit., p. 89.

<sup>257</sup> 1790-1797.

pelo que vos digo, o recebi, e em recompensa mando-vos a vossa bandeira um bonito par de pistolas, pólvora e bala para vos defenderdes dos vossos inimigos, e várias miudezas para os amigos<sup>258</sup>.

Ainda em sua viagem a Cassange, Manuel Correia Leitão conta do mérito das armas de fogo fornecidas por portuguesas nos conflitos travados pelo jaga, confirmando a dinâmica do comércio das armas e sua importância nas relações locais, garantindo superioridade bélica e consolidação política para africanos que as possuíssem, acesso que ajudou a moldar as relações políticas dos reinos africanos<sup>259</sup>. Para Manuel Correia, os povos de Cassange eram bons atiradores, admitindo a facilidade que africanos possuíam em instruir-se no uso das armas de fogo:

Briga este gentio com flechas de ferro e de pau duro como o mesmo ferro, e com as nossas armas de fogo, de que têm quantidade, e são tão bons atiradores que os não excedem os portugueses, com as quais se tem livrado o Cassange de seus fronteiros inimigos, porque o excedem no número e no valor, e por respeito de se ver hoje o Cassange forte e poderoso com as nossas armas<sup>260</sup>.

Graças a essa habilidade e ao acesso às armas europeias, Cassange garantiu poder militar superior frente seus vizinhos: “a não ser o calor do nosso nome, armas e pólvora, seria já destruído da nação Malundo”<sup>261</sup>. Ainda na carta de 1789, o Barão de Mossâmedes elucida ao Jaga que portugueses introduziram armas aos soldados de Cassange, incentivando seu emprego nas batalhas com vizinhos: “quem vos mostrou o uso do fogo, para invadir os Inimigos ou para afugentar? [...] A vantagem do fuzil sobre a de uma flecha [...] que só vós estejas de posse desta vantagem, que vos resulta do nosso Comércio e da nossa amizade e da nossa Proteção”<sup>262</sup>. Além de atribuir aos portugueses apresentar as armas de fogo europeias aos antepassados do então Jaga de Cassange, a afirmação do governador também evidencia a relevância de Cassange ser o único, entre seus vizinhos, a ter acesso às armas portuguesas, o que lhe garantiria superioridade bélica com outros senhores da guerra da região do rio Cuango.

Como demonstrado no primeiro capítulo, parte da administração portuguesa era contra o comércio de armas e pólvora. Além dos argumentos demonstrados por governadores de

<sup>258</sup> VASCONCELLOS, Manoel d’Almeida. **Carta para o Jaga Cassange de 28 de Maio de 1792**. Códice 3259 A-2-12, AHNA, 1792.

<sup>259</sup> FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge University Press: New York, 2012, p. 44.

<sup>260</sup> LEITÃO, op. cit., p. 18-19.

<sup>261</sup> Ibid, p. 17.

<sup>262</sup> VASCONCELLOS, op. cit., 26 de julho de 1789.

diferentes mandatos da segunda metade do XVIII, Elias Alexandre nos traz novos, desta vez focando mais na captação de escravos e menos nos problemas de “insubordinação” dos chefes africanos. Para o militar, liberar o comércio de gêneros bélicos para os senhores da guerra africanos não era apenas prejudicial para os portugueses no quesito de armar seus potenciais inimigos, mas também no que se refere à guerra entre africanos que, usando de armas de fogo, raramente capturavam prisioneiros inimigos devido à fatalidade das armas importadas:

Tal é a pólvora, e armamentos de fogo; apesar de serem gêneros destrutivos da nossa mesma humanidade: temíveis as nossas incursões, e promotor soberbo das suas ousadias. Uma errada política tem julgado necessárias a sua introdução, para conquistarem sobre as nações remotas os escravos que nos vem vender; pelo contrário, a experiência nos tem mostrado entre os exércitos da Europa, q. depois do uso da pólvora se retiram do teatro da guerra os combatentes, sem que haja um só prisioneiro, q. testemunhe o vencimento. Este modo de guerrear nos é nocivo entre os Negros, q. mais vivem da rapina dos corpos, que das terras, ou despojos dos vencidos<sup>263</sup>.

Apesar disso, caso os portugueses monopolizassem o comércio de armas e pólvora – ou seja, limitando a introdução realizada por outras nações europeias –, tornando-se os únicos fornecedores para os chefes dos sertões, garantiriam que estes não se rebelassem, pois assim perderiam o privilégio que o acesso das armas, munições e pólvora portuguesas conferia, sendo enfraquecidos perante outros povos dos sertões. A própria ameaça de interrupção no transporte de gêneros bélicos era capaz de coagir africanos a acatar desejos portugueses<sup>264</sup>. Mas, como vimos no primeiro capítulo, a administração portuguesa em Angola não foi capaz de coibir o mercado de outras nações europeias no território, assim como não conseguiu estabelecer a exclusividade do comércio entre os chefes africanos.

A documentação nos permite mapear um pouco dos caminhos que produtos introduzidos por outras nações europeias percorriam desde o litoral aos sertões mais distantes da costa à procura de escravizados, causando prejuízos aos negociantes portugueses que por sua vez não eram capazes de concorrer nem na qualidade, nem nos preços ofertados:

---

<sup>263</sup> CORRÊA, op. cit., p. 54.

<sup>264</sup> “Quando o ameacei, mostrou temor, especialmente quando lhe disse que, se se fiava nas armas, visse que as havíamos de reduzir a paus, ficando todas sem préstimo, negando-lhes totalmente a pólvora.” LEITÃO, op. cit., p.19.

Os negros dos portos do mar desta costa trabalham incansavelmente em se entranharem pelo sertão com as fazendas estrangeiras a comprarem os escravos por uns preços tão excessivos que **com eles não podemos competir**, levando com abundância os gêneros da maior estimação do gentio, que nos não é permitido levar, pela notícia que temos, já os ditos pretos se acham nas vizinhanças d’Ambaca com fazendas estrangeiras, e nas terras do Ginga, donde tem um quilombo, do qual espalham as ditas fazendas para o mais sertão com que comprem os escravos e conduzem para a beira-mar, de onde os levam os estrangeiros<sup>265</sup>.

Não apenas portugueses, mas chefes locais também lutavam pelo monopólio sobre o acesso aos produtos europeus, tentando impedir muitas vezes que estes fossem introduzidos aos seus vizinhos. A exclusividade garantia poder político e bélico.

Graças às tentativas portuguesas em estabelecer comercio direto com chefes do Holo na segunda metade do XVIII, seu vizinho Matamba retaliou atacando presídios e comerciantes vassallos da Coroa no esforço para afastar possíveis comerciantes que adentravam o território. Os senhores da guerra mais poderosos próximos ao rio Cuango buscavam manter suas posições privilegiadas de intermediários do fluxo de bens e de escravizados nos sertões de Angola, numa tentativa de frear os avanços comerciais portugueses, Matamba ataca estes negociantes vassallos da Coroa. Por sua vez a administração de Luanda reage e em guerra contra o potentado africano, capturam grande número de escravizados e coagem o líder a assinar acordo permitindo o livre comércio aos seus vassallos e territórios, garantindo ao reino do Holo o comércio direto com a costa<sup>266</sup>. Ainda segundo Roquinaldo, “a escravização rotineira resultou não apenas na propagação do comércio itinerante, mas também no controle rígido que os reinos Ambundos de Casanje e Matamba exerciam sobre o comercio escravo interno no interior de Luanda”<sup>267</sup>.

Como podemos ver no mapa a seguir, Holo encontrava-se abaixo de Matamba e à esquerda de Cassange, território estratégico para tanto portugueses quanto chefes locais:

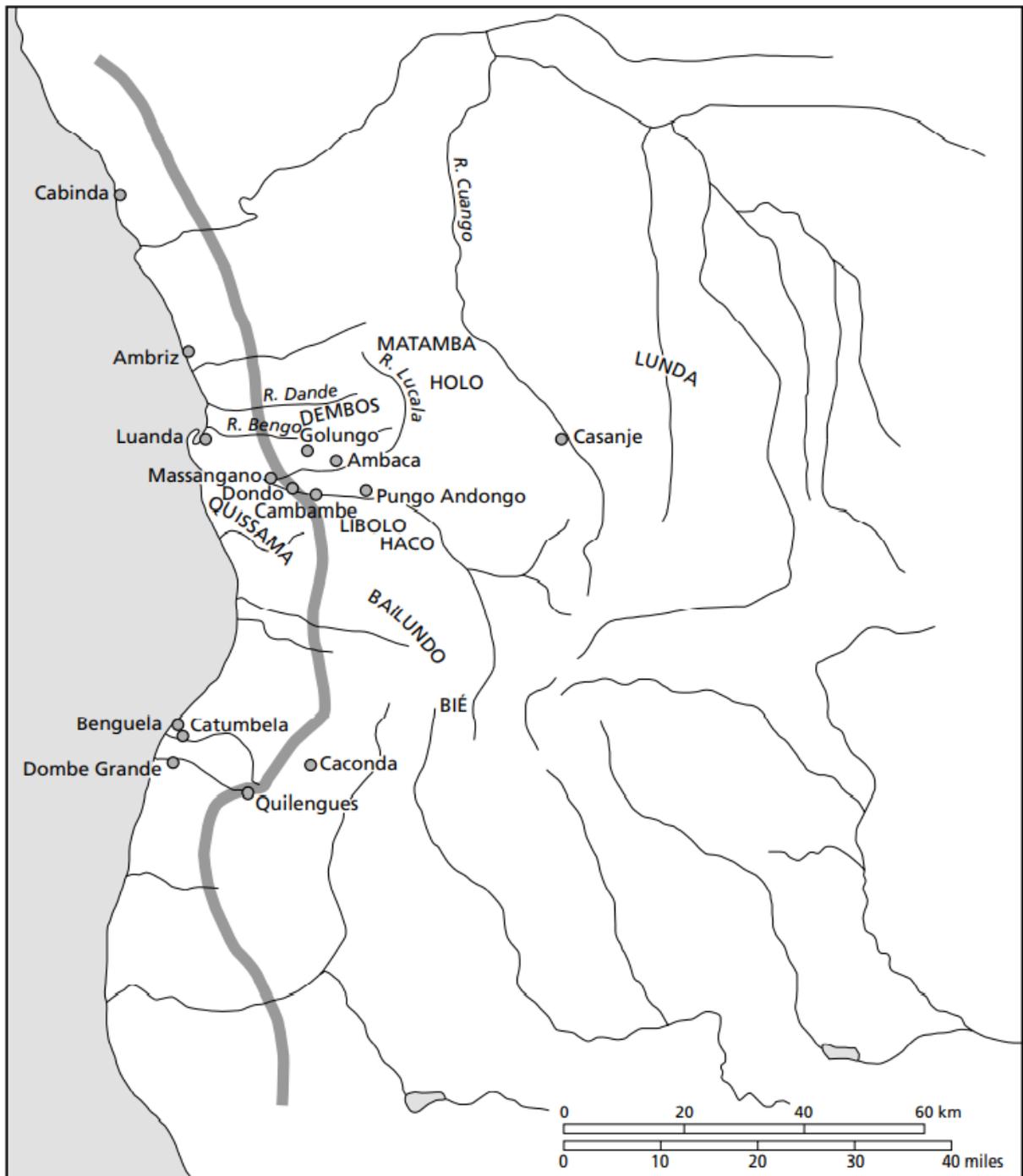
---

<sup>265</sup> VASCONCELLOS, op. cit., 22 de agosto de 1792.

<sup>266</sup> FERREIRA, op. cit., p. 22.

<sup>267</sup> Ibid, p. 16, tradução nossa.

FIGURA 4: O interior de Angola



Fonte: FERREIRA, op. cit., p. 21.

A exploração portuguesa na África Centro-Occidental não teria se efetivado sem o interesse de uma elite local em lucrar a partir da venda e troca de escravizados. Apesar de se estabelecer como uma troca desproporcional, os produtos vindos do além-mar garantiam aos sobas e outros atores locais status e acumulação de poderes em seu nicho social. Ainda assim, muitas vezes, as trocas foram forçadas pela ocupação portuguesa, onde o soba avassalado se

encontrava obrigado a atender as especificações portuguesas em troca de um apoio bélico frágil. Por sua vez, o poder militar português era sustentado pelo número elevado de tropas africanas que o acompanhavam, sendo estas tropas de outros sobados avassalados, explicando o porquê de que de tempos em tempos sobas recentemente avassalados voltavam a revoltar-se contra a administração portuguesa, “insultando-os” ao negar apoio militar ou assaltar comerciantes portugueses que circulavam pelos sertões.

### **3.2. Guerra preta e a fragilidade das tropas portuguesas nos conflitos e presídios angolanos**

Após avassalados, uma das funções mais importantes dos senhores africanos era a disponibilização de soldados para portugueses<sup>268</sup> quando estes necessitavam complementar seu poderio militar ao deflagrar guerra contra sobas que desafiavam as imposições portuguesas. Caso não acatassem esta exigência, esses vassalos estariam sujeitos a diferentes tipos de punições<sup>269</sup>: ameaças e/ou ataques pelas tropas portuguesas que, antes ou depois de cumprir seus objetivos iniciais, investiam contra o potentado que negasse ajuda militar às campanhas da Coroa<sup>270</sup>. A massa de soldados africanos que lutava lado a lado com soldados portugueses era chamada de guerra preta. Devido ao conhecimento do território e das táticas locais, a guerra preta fora adotada pelos portugueses no fim do século XVII, constituída por soldados negros, obedecendo as hierarquias dos exércitos africanos e trazendo consigo tanto os saberes de guerra regionais quanto as ferramentas usadas para tal: “Do mesmo modo que havia uma coexistência tecnológica pelo uso de armas próprias da cultura africana, como arcos e flechas junto com armas de origem europeias, como as armas de fogo, vigorava a coexistência de lideranças e de autoridades”<sup>271</sup>. Podemos notar, assim, que os exércitos portugueses em guerra durante os séculos XVII e XVIII eram compostos por tropas heterogêneas, agregando soldados de várias origens: lusitanos, brasileiros ou de diversas etnias africanas.

Elias Alexandre nos traz mais informações sobre o alistamento e formação da guerra preta no decorrer dos preparativos para os conflitos. Segundo ele, os comandantes do exército

---

<sup>268</sup> “Juram administrar a justiça: defender o seu povo: não desamparar os brancos: não lhes ser traidor; e morrer com eles, quando o sucesso da guerra seja infausto; apesar de serem desamparados pela mesma sua Tropa.” CORRÊA, op. cit., p. 50.

<sup>269</sup> FERREIRA, op. cit., p. 40, tradução nossa.

<sup>270</sup> “O sofrimento dos Sobas, não dimana somente da deserção total; mas também da parcial; pois basta, que não completem o número exigido [de recrutas], para os reputar, e castigar como rebeldes.” CORRÊA, op. cit., p.49-50.

<sup>271</sup> CARVALHO, Ariane. **Guerras nos sertões de Angola: Sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)**. Rio de Janeiro. 2020, p. 163-164.

português tinham a função de enviar aos capitães mores de cada presídio uma ordem para o alistamento de gente local que deveria se juntar ao pequeno exército português em um ponto de encontro, decidido de acordo com as necessidades do planejamento da guerra. Por sua vez, os capitães mores usavam dos sentidos que possuíam de cada sobado ou potentado sob jurisdição de seu presídio para definir quanto cada senhor avassalado deveria “contribuir” para a formação do exército português, ao fim de que, ao mesmo tempo que fortificassem a força militar lusitana, não deixariam sua comunidade enfraquecida, sem defesas contra ataques vizinhos<sup>272</sup>. Diante disto,

Os sobas, quase sempre menos obedecidos, que respeitados, convocam os seus Filhos, para recrutar o número pedido. Estes entre si decidem se a guerra lhes pode ser vantajosa, ou nociva; e conforme a ideia que fazem dos seus particulares interesses, e do gênio do comandante, ou se apresentam, ou desertam para os bosques, de onde é impossível tirá-los<sup>273</sup>.

Além disso, os portugueses não distribuía as armas que seriam usadas nas batalhas entre os povos da guerra preta – brancas<sup>274</sup> ou de fogo –, mas “cada um tem de obrigação apresentar-se com as próprias”<sup>275</sup>, onde a partir do encontro entre exércitos, distinguiram-se os que possuíam armas de fogo daqueles que não às dispunham para melhor organização das tropas. Depois do encontro entre a milícia portuguesa e os agregados de diferentes potentados, a formação do exército visava usar os combatentes africanos na linha de frente, seguidos pelos soldados pagos portugueses, como nos mostra o seguinte relato sobre a disposição da marcha:

O Regimento do Jaga Comandado pelo seu chefe, faz a **vanguarda** do exército. Seguem-se os Quilambas com os seus troços. Depois o capitão mor da guerra preta com o Regimento dos soldados pretos vestidos. Atrás destes a artilharia: metade da infantaria paga: as Munições do centro, seguidas da outra metade da infantaria e, a bagagem na retaguarda, defendida pelo resto de empacasseiros, ou quilambas. Estes guarnecem também os lados da Infantaria na distância de tiro de pistola para bater os Bosques, explorar os atalhos, e descobrir as emboscadas. A cavalaria marcha aos lados; ou aonde o

---

<sup>272</sup> CORRÊA, op. cit., p. 49.

<sup>273</sup> Ibid, p. 49

<sup>274</sup> “Como flexas, zagaias suchos, catanas, e outros instrumentos hostis do seu engenho, e uso.” Ibid., p. 49.

<sup>275</sup> Ibid, p. 49.

comandante determina para socorrer os empacasseiros, ou dar avisos ao corpo do exército<sup>276</sup>.

O fato de que forças aliadas africanas já chegavam ao encontro das portuguesas possuindo armas de fogo mostra que sua utilização estava disseminada entre as comunidades locais. Inclusive, certos soldados africanos eram descritos a partir de seu uso, nomeados entre a guerra preta de *empacasseiros* pelos comandantes da Coroa. “No século XVIII, eles [*empacasseiros*] tiveram papel importante em boa parte das guerras empreendidas, sendo decisivos em muitas delas, sobretudo as contra os potentados do Norte de Angola”<sup>277</sup>. Falas de dois governadores diferentes foram trazidas por Ariane de Carvalho e comprovam a realidade da difusão das armas europeias entre as sociedades locais: 1) O dito por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho acerca de uma batalha contra o Mossul, onde o exército português fora atacado “por um grande corpo de negros armados e cheios de munições, e **armas dos estrangeiros**”, mas que pela ação da cavalaria portuguesa, recuou, deixando parte de suas armas de fogo e pólvora para trás, para satisfação da guerra preta que lutava ao lado das tropas portuguesas: “aproveitando os Negros Vassalos as muitas Armas e Barris de Pólvora, que os inimigos deixaram”<sup>278</sup>; 2) E o narrado por Dom António de Lencastre sobre guerra travada próxima ao presídio de Novo Redondo, que graças ao eficiente uso de armas de fogo por parte dos africanos inimigos da Coroa, durou 2 anos. Para o governador:

Durou a guerra, que expedi o decurso de dois anos, por encontrarem as nossas armas maiores fortificações do que imaginávamos, e **estarem os bárbaros tão destros no modo de peleja, que em nada cedem às nações polidas e civilizadas**, antes guerreiam com união, fortaleza, e sem temor, **usando de uma ligeireza tal no tiro de mosquetaria**, qual se manifesta nos cartuchos que usam<sup>279</sup>.

Vemos que apesar de alguns funcionários da administração insistirem que o acesso a armas de fogo por parte dos povos do sertão não era ameaçador aos interesses da Coroa – principalmente na documentação analisada no primeiro capítulo desta pesquisa –, a sua utilização estava em constante desenvolvimento e após alguns séculos em contato com estas tecnologias europeias, os soldados africanos puderam aperfeiçoar seu emprego. Diferente do que esses administradores portugueses afirmavam, quando soldados locais recuavam frente às

<sup>276</sup> CORRÊA, p. 52, grifo nosso.

<sup>277</sup> CARVALHO, A., op. cit., p. 175.

<sup>278</sup> IHGB PADAB, AHA Códice 3 – A-1-3, FL. 84. In: CARVALHO, A., op. cit., 129, grifo nosso.

<sup>279</sup> AHU, Angola, Caixa 61, doc. 18. In: CARVALHO, A., op. cit., 129, grifo nosso.

armas de fogo e artilharia, não era por medo metafísico e irracional, mas sim pelo reconhecimento de seu poder de destruição e sob circunstâncias específicas eram evitadas por africanos mais experientes contra os invasores europeus<sup>280</sup>. Segundo Roquinaldo Ferreira, “quando não sabiam como usar as armas, africanos contratavam soldados desertados portugueses para ensiná-los”<sup>281</sup>. Além disso, parte dos comerciantes “traíam” a administração de Luanda, pois sabendo das guerras nos sertões com antecedência, vendiam armas aos rebeldes:

Entretanto: sabendo os Comerciantes do Teatro da guerra, vendem aos inimigos quantidade de armamentos e pólvora, que empregam em nossa hostilidade. Todas as providências de um acautelado e bem previsto General, seriam inúteis para impedir esta traição. Os executores: são os mesmos, que **desprezando as vidas dos que vão; se empenham somente nas remessas que lhes vem**<sup>282</sup>.

Se por um lado populações locais tinham vasto acesso aos importados de armas, pólvora e munições, as tropas portuguesas por diversos fatores não conseguiam manter uma quantidade satisfatória desses gêneros entre seus soldados, chegando algumas vezes a serem derrotados ou obrigados a recuar de batalhas onde os inimigos africanos detinham vantagens tanto espaciais quanto bélicas. A suposta falta de munições, desacreditada por Elias Alexandre – que afirmou não fazer sentido tropas irem à marcha sem provisões<sup>283</sup> –, foi de grande prejuízo para a campanha de guerra punitiva travada nos arredores de Benguela durante governo de António Lencastre. Sob o pretexto de que careciam munições para os soldados de seu corpo militar, o comandante António José da Costa resolve por recuar suas tropas frente ao inimigo Bailundo, causando surpresa tanto a aliados quanto aos inimigos:

As Embaixadas se encontram, e Costa se retira. Que fenômeno! Ninguém naquele instante pode persuadir-se desta resolução: todos conceberam ser algum ideoso estratagema, que viesse a findar em grandes vantagens, e pouco risco. Bailundo com semblante desdenhoso fica imóvel: apenas destaca 500 homens a inquietar-lhe a retirada. O comandante Costa continua a marchar, e

---

<sup>280</sup> ALENCASTRO, op. cit., 296.

<sup>281</sup> FERREIRA, op. cit., p. 46, tradução nossa.

<sup>282</sup> CORRÊA, op. cit., p. 51-52, grifo nosso.

<sup>283</sup> Ibid., p. 62.

só faz alto, quando respira o pacífico ar das Pedras, deixando impune aquele que ia castigar<sup>284</sup>.

O recuo fora momentâneo, mas o suficiente para causar prejuízos à campanha portuguesa, motivando tanto a dispersão dos corpos militares organizados, quanto desavenças entre os comandantes do exército<sup>285</sup>. Quando as tropas que se retiraram foram reorganizadas e reenviadas para o campo de batalha, ainda sob a liderança de Costa, o conflito em Benguela se seguiu, mas pelos desentendimentos entre as tropas portuguesas e pela adoção de táticas locais, Bailundo e seus aliados foram capazes de resistir às investidas. Procurando refúgio em cavernas subterrâneas ao longo de uma montanha, Bailundo formou uma espécie de forte natural, impermeável aos ataques portugueses. Frente a este empasse, os comandantes lusitanos se reúnem e decidem por atacar a fortificação natural a qual seus inimigos se encontravam, o que resulta em derrota das tropas portuguesas:

Os defendentes aparecem bordando o cume de inacessíveis penhascos; d'onde com firme continência se propõem a rechaçar a temerária tropa. As flechas expedidas das escuras furnas por entre Seteiras bem direcionadas, assombram o ar, e influem o mais tímido receio. [...] A escuridão penetra; e ele [O comandante do primeiro corpo militar, Albano de Caldas de Araujo e Souza] se retira deixando a vitória indecisa<sup>286</sup>.

Aproveitando-se do recuo desesperado dos comandantes portugueses, Bailundo se retira do local, deixando para trás “500 cabeças, fêmeas, rapazes e velhos, que a fraqueza das forças, e natureza do Sexo impediram seguir o destino dos seus combatentes”<sup>287</sup>, que foram capturados pelo exército português e direcionados para o comércio escravo.

Mais que um método de hostilizar e pressionar os povos locais, o conflito era um recurso político “para aumentar os interesses da Conquista”<sup>288</sup>, onde as guerras deflagradas para punir aqueles que “insultaram” comerciantes e vassalos portugueses não alcançavam realmente seus objetivos. A guerra punitiva era um erro que causava destruição e prejuízo econômico e político tanto para portugueses – que necessitavam despender recursos e soldados nas empresas – quanto para vassalos africanos que se viam obrigados a participar das guerras e deixar suas

---

<sup>284</sup> CORRÊA, op. cit., p. 59-62.

<sup>285</sup> “A pluralidade de partidos, ateou bem depressa o fogo da discórdia. Cada Chefe se propunha ao seu interesse, e à sua glória, sem respeitar as utilidades do Estado. [...] A desunião intestina, declarou-se em cada corpo, e obrou revoluções destrutivas.” Ibid, p. 64.

<sup>286</sup> Ibid, p. 65.

<sup>287</sup> Ibid.

<sup>288</sup> Ibid, p. 45.

terras, agricultura e subsistência, enquanto os inimigos a serem atacados recuavam, abandonando os mais vulneráveis e suas vilas, animais e plantações para trás, deixando-os expostos tanto para a captura quanto para a destruição e consumo de seu gado e agricultura pelas tropas:

Que punição experimentam os insultantes espalhados<sup>289</sup>, sem se conhecerem em diversas províncias, longe do teatro da guerra? Os reis e os seus vassallos vizinhos, comidos, e sossegados, são os inocentes objetos dos desastres dela. E que aumentos de interesses lucra uma Conquista; cujos povos abandonando os seus lares, e as suas plantações, caminham por entre outras, que assolam aplicando-as em sustento, apesar de ser o fruto do trabalho de amigos povos<sup>290</sup>.

Em certas ocasiões a própria participação de militares lusitanos no trato escravista era suficiente para debilitar os mantimentos destinados às tropas; alimentos e outros gêneros eram corriqueiramente pagos aos soldados portugueses para complementar seus soldos<sup>291</sup>, produtos que também tinham alta procura entre chefes africanos nas feiras de escravos espalhadas pelos sertões da África Centro-Occidental, gerando assim a participação dos militares nas negociações – mesmo com proibições da Coroa – visto que estes além de ocasionalmente buscarem o comércio para lucro, também o faziam para sobreviver devido às péssimas condições em que se encontravam. Como visto no primeiro capítulo desta pesquisa, não apenas gêneros alimentícios ou de subsistência eram contrabandeados ilegalmente para as feiras escravistas, mas era comum – até entre o alto escalão de comandantes e capitães-mores – o trato de pólvora e armas de fogo com senhores da guerra africanos<sup>292</sup>, tornando assim os militares ao mesmo tempo oficiais e comerciantes, o que sem dúvida influenciava em suas decisões acerca das guerras e das relações com os povos locais.

Além de analisar o uso das armas de fogo por parte de combatentes africanos, o estudo da guerra preta também nos fornece informações sobre as adaptações feitas tanto por militares portugueses quanto por senhores da guerra africanos, que graças ao encontro de culturas foram capazes de permutar experiências e estratégias que melhor se adequassem à nova conjuntura da arte da guerra na África Centro-Occidental:

---

<sup>289</sup> No original “esparcidos”, em espanhol. Tradução nossa.

<sup>290</sup> CORRÊA, op. cit., p. 45.

<sup>291</sup> CRUZ, op. cit., p. 29.

<sup>292</sup> Caso do capitão José Botelho Ferreira, analisado no primeiro capítulo desta dissertação.

O litoral de Angola e partes do interior foram marcadas por uma dinâmica cultural e social altamente amalgamada. Por um lado, africanos se aproveitaram de elementos da cultura europeia para criar e reforçar hierarquias sociais entre si. Por outro lado, parte do aparato jurídico colonial e da estrutura cultural e religioso da “Angola portuguesa” assentava-se em instituições africanas<sup>293</sup>.

A própria adoção da guerra preta por parte dos militares da Coroa revela esta dinâmica de trocas culturais: “percebe-se que a organização militar e as tropas portuguesas, pelo menos em tempo de guerra, necessariamente sofreram adaptações em Angola”<sup>294</sup>. Mas por que os generais portugueses se viam tão dependentes das tropas da guerra preta? Graças à escassez de soldados portugueses e à carência de ferramentas de guerra para as tropas existentes, como fardamentos, armas de fogo, artilharia, cavalos, etc, “a guerra preta se tornou um ponto de apoio administrativo e militar importante nas campanhas militares em Angola”<sup>295</sup>. Fica claro então que desde o século XVII, continuando para além da segunda metade do XVIII, a guerra preta era de extrema importância para as ofensivas portuguesas pois, “sem adaptação, sem o uso de técnicas militares locais e sem alianças com forças militares africanas era impossível aos poderes portugueses formar tropas e guerrear”<sup>296</sup>.

Ao recrutar tropas africanas dos sertões para integrar às suas durante as guerras, a administração portuguesa foi capaz de reforçar seus números e minimizar as perdas de suas tropas pagas. Além de trazer suas próprias armas e ferramentas de guerra, os africanos recrutados carregavam viveres e experiências de séculos de aprendizado, capazes de alterar o rumo das batalhas em favor dos portugueses. Por vezes estes saberes locais foram questionados pelos militares da Coroa, como no recuo tático comum entre africanos inimigos<sup>297</sup>, mas assim como neste exemplo, se mostraram capazes de superar as estratégias europeias precisamente pelo seu conhecimento do terreno e método realizado com táticas não convencionais de guerrear. Responsáveis pelo grosso do exército português, os soldados africanos se tornaram essenciais para as guerras portuguesas que, sem esse auxílio, deveria contar apenas com um

---

<sup>293</sup> FERREIRA, op. cit., p. 12, tradução nossa.

<sup>294</sup> CARVALHO, A., op. cit., p. 108.

<sup>295</sup> Ibid, p. 148.

<sup>296</sup> Ibid, p. 144.

<sup>297</sup> “A experiência tem mostrado usar este astuto Gentio de fingidas retiradas, para voltar de noite e surpreender o Exército; ou atacar a retaguarda.” CORRÊA, op. cit., p. 58.

reduzido número de soldados pagos, que mal eram capazes de proteger os presídios portugueses.

Na tabela a seguir, temos uma ideia da situação precária dos presídios portugueses na década de 1780:

**TABELA 2: Presídios portugueses durante a segunda metade do século XVIII**

PREZI- DIOS	Guarnecidos com Tropa					Sem Tropa			Jurisdições			
	Encôge	Cambambe	Ambaca	Pedras	Caconda	Novo Red.º	Muxima	Massangano	Galangue	Golungo	Eccólo	Dande

Fonte: CORRÊA, op. cit., p. 26.

Como podemos constatar, das 12 fortificações apresentadas na tabela, apenas 6 delas possuíam tropa, enquanto outras 3 não dispunham de soldados e as 3 restantes eram jurisdições ou distritos que correspondiam a presídios governados por capitães mores sem maiores assistências pela administração de Luanda<sup>298</sup>. Apesar de não adentrar muito nos detalhes das jurisdições, podemos concluir que se referiam a fortes sem tropas. Ao tempo do governo do Barão de Mossâmedes a tropa de artilharia fora reduzida a uma companhia, a cavalaria também, mesmo tendo vários cavalos providos pelos navios vindos do Brasil<sup>299</sup>, pois o recrutamento de cavaleiros não acompanhava o mesmo ritmo<sup>300</sup>. O fato é que a situação dos soldados portugueses tanto nos presídios dos sertões quanto na capital era extremamente precária, fossem estes degredados ou oficiais: “Este tributo humano sacrificado à pestilência do clima, seria igual ao dos sete mancebos destinados ao Minotauro no Labirinto de Creta”<sup>301</sup>.

<sup>298</sup> CORRÊA, op. cit., p. 26.

<sup>299</sup> “De qualquer forma, a crescente demanda [...] fez com que Lisboa criasse incentivos para aumentar as importações. [...] Assim, definiu-se que os navios que trouxessem cavalos seriam beneficiados com uma licença preferencial que os permitiria retornar para o Brasil antes dos navios que não tivessem transportado cavalos para Angola.” FERREIRA, Roquinaldo. **O Brasil e a arte da guerra em Angola** (sécs. XVII e XVIII). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 39, janeiro-junho de 2007, p. 10.

<sup>300</sup> CORRÊA, op. cit., p. 73.

<sup>301</sup> Ibid., p. 70.

### 3.3. A guerra de Cabinda e a precariedade na manutenção dos presídios portugueses na África Centro-Occidental

Após a tomada da pedra de Encoge, os próximos alvos de conquista dos portugueses se tornaram Ambriz, Cabinda, Molembo e Loango, sendo a investida a Cabinda realizada durante o governo do segundo triunvirato<sup>302</sup> na década de 1780. O objetivo destas campanhas militares estava centrado na tomada do controle comercial e político na região, pois “os povos do norte e a presença de estrangeiros eram preocupações do governo português, sobretudo no que diz respeito ao comércio de escravos”<sup>303</sup>. O conflito contra Mambuco – chefe local com mais influência em Cabinda – nos mostra a fragilidade da administração em preencher e, mais importante, manter soldados nos presídios recém erguidos, com o objetivo de se estabelecer política e militarmente ao norte da África Centro-Occidental. Levantando o presídio de Cabinda sem a efetiva subjugação dos chefes africanos da região, as tropas ali instaladas para sua defesa e vigilância do comércio, principalmente o estrangeiro, se viram vulneráveis aos ataques dos senhores da guerra de Mambuco e às ameaças de navios europeus.

Distantes da capital, os soldados portugueses não foram capazes de receber mantimentos ou reforços, como denuncia Elias Alexandre em uma crítica dura ao triunvirato que antecedeu o governo de José de Almeida e Vasconcelos, o Barão de Mossâmedes: “Passando Cabinda à sensível punição do esquecimento, crescia a fome, e a miséria: grassava o contágio do Escorbuto, e a humanidade sentia flageloso estrago”<sup>304</sup>. Para entender a vulnerabilidade das tropas portuguesas alocadas em Cabinda, torna-se indispensável o estudo dos conflitos que originaram a ocupação. O objetivo do estabelecimento do presídio português girava em torno da conquista de novos mercados ao longo da costa do Atlântico e ao mesmo tempo frear a presença de outras nações europeias na região norte da África Centro-Occidental, onde negociavam livremente com os chefes do território.

No mapa a seguir, de 1781, notamos a distância entre a capital portuguesa em Luanda e os potentados ao norte – em especial Cabinda, Loango e Molembo, objetivos de conquista pela administração. Devido à baía encontrada entre os potentados e Luanda – que formava um

---

<sup>302</sup> 1783-1784. Composto por Frei Luís Anunciação e Azevedo, pelo Dr. Ouvidor Francisco Machado Peçanha e pelo Coronel Pedro Álvares de Andrade.

<sup>303</sup> CRUZ, Ariane Carvalho da. “Sempre Vassalo Fiel de Sua Majestade Fidelíssima”: Os autos de vassalagem e as cartas patentes para autoridades locais africanas (Angola, segunda metade do século XVIII). In: **Cadernos de Estudos Africanos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2015, p. 72.

<sup>304</sup> CORRÊA, op. cit., p. 96.

obstáculo natural ao transporte terrestre de mantimentos ou reforços – foi preferível enviar as tropas portuguesas à Cabinda por meio de embarcações.

**FIGURA 5: Luanda e os potentados do norte: Cabinda, Loango, Ambriz e Molembo**



Fonte: BONNE, Rigobert. **La Guinee 2.** Disponível em: [https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20496~540094:La-Guinee-2-?sort=pub\\_list\\_no\\_initialsort%2Cpub\\_date%2Cpub\\_list\\_no%2Cseries\\_no](https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20496~540094:La-Guinee-2-?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no). Acesso em: 2 de Novembro de 2020. Fragmento do mapa completo.

Ao chegar em Cabinda em 1783, as embarcações portuguesas – munidas de soldados, armas e artilharia – encontraram navios comerciantes franceses aportados na costa, onde faziam negociações com os moradores locais<sup>305</sup>, evidenciando assim que outros agentes europeus estavam presentes nos portos ao norte de Luanda, graças à incapacidade da administração portuguesa em se estabelecer na região como um poder político controlador do comércio e da política local. Com o intuito de evitar o confronto direto com outras nações europeias, os comandantes da esquadra portuguesa optaram por entrar em contato com os navios franceses “prometendo-lhes a sua proteção: a sua aliança: e o estabelecimento de um comercio ativo”<sup>306</sup>, deixando claro que os assuntos a serem ali tratados pelos representantes de Luanda não visavam embate com seus semelhantes da Europa, mas garantir aos portugueses participação no comercio daquele porto.

Ao serem convidados para se encontrar com Mambuco, os líderes militares portugueses foram expostos aos seus interesses e condições: permitiria a permanência de portugueses caso isto não atrapalhasse seus negócios com outras nações europeias e que, apesar da constituição da base portuguesa em seu território, este ainda fazia parte de seu domínio e o chefe não se subjugaria às ordens de Luanda, mantendo-se desobrigado a prestar contas à Coroa<sup>307</sup>. Notamos aí que o chefe africano, frente à ameaça de invasão por parte da armada portuguesa, autorizaria o comércio lusitano que, entre tantos outros europeus em sua costa, ajudaria a fortificar politicamente seu estado frente aos seus vizinhos. A despeito dos requisitos de Mambuco para a instalação da base portuguesa em seu território, ao voltar para suas embarcações, os comandantes da Coroa formaram um conselho, a fim de decidir quais estratégias seriam tomadas a seguir<sup>308</sup>.

Apesar do contato “pacífico” com os navios franceses que já se encontravam aportados na costa e com o Mambuco, o conselho de militares deliberou pela expulsão dos europeus, pois acreditava que sua presença persuadia o chefe a tomar decisões desvantajosas aos portugueses. Ao invés de concorrer pelo mercado local com outras nações europeias como haviam anunciado à primeira vista, os portugueses desejavam tornar o comércio de Cabinda exclusivo aos seus comerciantes vassallos, vendo-se necessária a retirada de qualquer outro povo europeu que ameaçasse a possível conquista portuguesa:

---

<sup>305</sup> CORRÊA, p. 80.

<sup>306</sup> Ibid.

<sup>307</sup> Ibid, p. 82.

<sup>308</sup> Ibid.

Algumas persuasões dos dois Franceses; cuja influência julgando-se nociva aos Portugueses, foi no mesmo Conselho resolvida a sua invasão. Notificaram-se para despejo; e apesar de mil protestos, e possantes cláusulas com que combateram a inflexibilidade dos comandantes de mar, e de terra, se fizeram à vela no dia 31 do mesmo Julho<sup>309</sup>.

“Que Angustia para os Franceses! Que consternação para Mambuco”<sup>310</sup>. Após a saída dos franceses por pressão dos militares da Coroa, Mambuco percebeu que a retirada de seus antigos parceiros o enfraquecia comercialmente e, por consequência, politicamente. Ao se encontrar novamente com o conselho português, desta vez nas embarcações dos lusitanos, oferece a retomada das negociações, abrindo mão de suas condições iniciais contanto que os franceses fossem novamente permitidos aportar à sua costa. Mais pelo medo de perder parceiros comerciais do que da guerra, o chefe africano volta atrás decidindo em permitir a construção do presídio português sob as condições portuguesas. Assim, sem a necessidade de conflito armado contra o chefe africano, o exército português desembarca, montando acampamento em terra, organizando as peças de artilharia e levantando trincheiras, preparando-se para as próximas etapas das negociações e/ou coações com Mambuco<sup>311</sup>. Muitas tensões resultaram dessa atitude, onde se envolviam o Mambuco, outros chefes negros dos sertões, o exército português e os navios franceses ancorados na busca por negócios com os africanos.

Além de se tornar presentes em novos territórios com o estabelecimento de presídios e fortalezas que visavam coagir e vigiar chefes africanos no que tange o comércio de escravizados, causar instabilidade em regiões da África também esteve presente nas estratégias portuguesas para espantar possíveis concorrentes europeus que, devido à oscilação de poderes africanos em função das guerras, via o comércio local debilitado. Ficou claro para Elias Alexandre que parte da intenção por trás das guerras travadas pela administração de Luanda “era reduzir os Estrangeiros [...] à necessidade de evacuarem o porto à falta de comércio, perseguidos os povos por inimigos nacionais”<sup>312</sup>.

Mas por vezes o estabelecimento português nos territórios dos chefes africanos causava tanto o afastamento dos concorrentes europeus quanto dos povos locais, que seguiam para onde o mercado estrangeiro não tinha interferência portuguesa, alcançando assim um resultado

---

<sup>309</sup> CORRÊA, op. cit., 82.

<sup>310</sup> Ibid, p. 82.

<sup>311</sup> Ibid, p. 82-83.

<sup>312</sup> Ibid, p. 90.

adverso aos objetivos lusitanos: “Os Negros se consumiam no desgosto de os ver passar a outro porto, aonde o comércio interessava mais os habitantes próprios”<sup>313</sup> e assim cruzavam territórios, acompanhando o comércio, como veremos a seguir.

No caso de Cabinda, com o firmamento do exército português na costa, os chefes dos sertões passaram a evitar o local – antes foco de sua venda de cativos ao atlântico – e passaram a levá-los aos portos de Molembo, consternando os portugueses, que exigiram ressarcimento pelos escravizados que segundo Luanda, deveriam ser exclusivos dos comerciantes da Coroa. O acontecimento acabou gerando o sequestro do chefe africano Mambuco, enquanto este se encontrava vulnerável na praia a caminho dos navios franceses, causando grande instabilidade entre o chefe e os comandantes do exército português, ali primeiramente para constituir alianças comerciais com o senhor africano e não para criar mágoas e desgosto às investidas mercantes portuguesas:

Os negros que entre eles acharam os foram vender aos Franceses do Molembo. Esta hostilidade, que bem patenteava o rancor que guardavam à nação portuguesa, moveram os Comandantes a pedir satisfação. [...] As queixas se expuseram ao Mambuco: Ele prometeu compensar a perda dos cativos; e na esperança desta promessa foi correndo o tempo, zombando sempre de a cumprir. [...] Com efeito, armando-lhe uma cilada [...] o apreenderam [...] e o conduziram à Curveta Invencível [navio português] onde foi custodiado. [...] Em poucos dias compensou Mambuco a importância dos Cativos portugueses com outros tantos que serviram de resgate<sup>314</sup>.

Apesar de ceder aos militares portugueses que exigiam compensação forçada pelos cativos vendidos em outras localidades, Mambuco não foi libertado por seus sequestradores que se aproveitaram para exigir ainda mais condições desfavoráveis ao chefe, como por exemplo a exclusividade efetiva do comércio escravista aos negociantes portugueses, indo de encontro às instruções políticas de tratar os chefes com respeito para conquista-los frente à concorrência europeia, que muito mais os tinha a oferecer. Obrigado a concordar com estas exigências portuguesas, o Mambuco aprisionado não viu outra alternativa que não as aceitar para ser finalmente liberto por seus captores:

O diretor engenheiro lhes estendeu a prisão, exigindo o comercio dos escravos, que deixava de vender aos portugueses naquele mesmo porto, para

---

<sup>313</sup> CORRÊA, op. cit., p. 84.

<sup>314</sup> Ibid.

os vender no de Molembo aos franceses. Este rasgo de interesse foi bem oposto ao da política, que se deveria guardar com este potentado de quem exigíamos a beneficência; e que só as vias da doçura, da amizade, e da contemplação, poderiam mudar a inclinação com que amavam os franceses, par a nossa nação; **visto que nem os gêneros do nosso comercio, nem a nossa liberalidade chegavam a competir com os interesses que aqueles lhe davam.** O Mambuco: vendo-se preso pela primeira vez em sua vida, e aniquilado à vista daqueles que dominava, detestou a amizade, e aliança de uma nação, que tão fortemente começava a oprimi-lo<sup>315</sup>.

Vendo-se refém dos estratagemas militares e econômicos portugueses, na madrugada de 23 de setembro de 1783, Mambuco se une a outros potentados africanos e ataca o acampamento português dando início às batalhas por Cabinda<sup>316</sup>. Os conflitos se seguiram e ambos os lados foram enfraquecidos pela guerra, mas devido ao descaso do triunvirato no governo de Luanda, as tropas incumbidas de construir o presídio português se viram à mercê da fome e das doenças, com pouco ou nenhum apoio da capital na conquista do território, sofrendo emboscadas que matavam soldados e construtores e impediam que parte do material para a construção do forte fosse adquirido pelas tropas portuguesas. Todas essas adversidades pareciam ser ignoradas pelo triunvirato de Luanda, que a despeito de correspondências que expunham a situação precária das tropas, insistia em manter a guerra e os ataques aos potentados africanos mesmo com um exército fragilizado:

Os gritos de Cabinda, chegavam a ser ouvidos dos habitantes de Angola: só os Governadores permaneciam surdos, e distraídos para os interesses da Quissama. As lamentações oficiosas dos Comandantes de Mar, e Terra, eram desdenhadas em tom de fraqueza: O Ministro, e o Bispo, presumiam, que os Espíritos guerreiros deveriam emudecer, e sacrificar a vida à fome; e a miséria à falta de providências, antes de entrar em ação com os inimigos. [...] A guerra da fome, e das enfermidades, não se extinguia com a dos inimigos; antes se acrescentava. [...] pois **em vez das provisões de boca, de guerra, e de construção, que exigiam, se mandou ordem ao Engenheiro Luís Candido** [um dos comandantes responsáveis pela construção e defesa do presídio em

---

<sup>315</sup> CORRÊA, op. cit., p. 84, grifo nosso.

<sup>316</sup> Ibid, p. 85.

Cabinda], **para marchar com a guarnição a atacar nos Entrincheiramentos das suas Libatas**<sup>317</sup>.

Respondendo a esta ordem dos governadores de Luanda, Luís Candido expõe a impossibilidade para efetuar os ataques requeridos aos potentados africanos com a tropa portuguesa restante, enfraquecida pela fome e pelas enfermidades: “Para não sacrificar à última ruína dos miseráveis enfermos do seu Comando [...] Que mal poderia ir atacar os Negros inimigos nas suas Libatas; quando a debilidade da sua guarnição o obrigava a tolerar os seus insultos”<sup>318</sup>. Ariane de Carvalho nos traz mais do ponto de vista de Luís Candido, sobre a impossibilidade de manutenção do presídio em construção:

Se houvesse Excelentíssimo a menor probabilidade; a mais remota verossimilhança; de que com a resistência que se empreendesse, ainda com um sacrifício evidente de todos os que a fizessem; se poderia conservar o estabelecimento a Sua Majestade as vogais que não seguissem esta remota probabilidade seriam cúmplices no último suplício; **mas Cabinda, Ilustríssimo Senhor, se achava fora de toda a contestação, na possibilidade da sua defesa; uma trincheira semelhante, desguarnecida; era indefensável**<sup>319</sup>.

J. C. Feo Cardozo de Castello Branco e Torres, cronista do século XIX, não nos oferece muitos detalhes acerca da expedição à Cabinda, “aonde Sua Majestade, mandava levantar um Forte com a maior brevidade”<sup>320</sup> afim de impedir naquele porto o comércio europeu, mas nos conta que teve seu desfecho após 11 meses de duração<sup>321</sup>. Para pôr fim a esta expedição que visava o estabelecimento político e econômico português ao norte da África Centro-Occidental, navios militares franceses chegaram à costa do território e, encontrando o presídio ainda em construção e em situações de extrema precariedade, exigiram a retirada das tropas portuguesas das terras de Mambuco, que consideravam pertencentes ao chefe, e o comércio franco a todas nações com interesse de ali comercializar:

<sup>317</sup> CORRÊA, op. cit., p. 96-97, grifo nosso.

<sup>318</sup> Ibid.

<sup>319</sup> AHU, Angola, Caixa 69, doc. 28. In: CARVALHO, A., op. cit., p. 220, grifo nosso.

<sup>320</sup> TORRES, J. C. Cardozo de Castello Branco e Torres. **Memórias contendo a biografia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres. A história dos governadores e capitães generaes de Angola, desde 1575 até 1825, e a Descrição geographica e politica dos reinos de Angola e de Benguella. Offerecidas a S. M. F<sup>ma</sup>. o Senhor D. João VI**, por J. C. Cardozo de Castello Branco e Torres. Paris, p. 272.

<sup>321</sup> Ibid, p. 273.

Foi mal sucedida a expedição de Cabinda, por que aos onze meses do Estabelecimento, este se entregou a uma esquadra francesa, expressamente mandada para demolir qualquer forte, que encontrasse na costa de Loango, tendente a embarçar o comércio das Nações que a frequentavam<sup>322</sup>.

Mais uma vez é Elias Alexandre que nos traz informações sobre a retirada das tropas portuguesas do presídio de Cabinda. Em 17 de Junho de 1784 as duas embarcações francesas comandadas por Bernardo de Marigny chegaram à costa e no dia seguinte desceram para se encontrar com o comandante Luís Candido. Posteriormente ao encontro, voltou à costa e apenas após o desembarque total de seus soldados e artilharia no dia 20, Marigny veio a comunicar às autoridades militares portuguesas por meio de carta que as mesmas deveriam se retirar da região, pois aquele porto precisava retornar à sua condição original de livre a todos os povos que ali viessem para negociar. A construção do forte também foi mencionada por Marigny como causa de prejuízo aos próprios comerciantes franceses, sendo necessária sua demolição, requerendo o comandante que “tornasse tudo ao antigo estado”<sup>323</sup>.

Os soldados portugueses incapazes de se defender ou se impor frente às exigências do comandante francês graças às más condições em que se encontravam e pelo fato do presídio não ser resistente o suficiente para aguentar investidas de artilharia europeia, decidiram ceder e abandonar a fortificação à destruição, auxiliados pelos franceses, que diferente dos governadores de Luanda, lhes estenderam mantimentos, comida e água para facilitar sua viagem de volta à capital:

Evacuaram os portugueses Cabinda socorridos por caridade com mantimentos: dietas: botica, e água, que lhes administraram os franceses, proibindo aos seus, entrarem na Praça, para evitar a comunicação do contágio. Esta catástrofe infeliz permaneceu em viagem até Angola, sacrificando a maior parte, destes miseráveis invadidos, ao destino da outra vida<sup>324</sup>.

Após a retirada portuguesa, a artilharia do comandante Bernardo de Marigny demoliu o presídio, pondo fim ao empreendimento português em Cabinda na segunda metade do século XVIII. Quem acolheu os soldados refugiados na capital foi o recém chegado governador José

---

<sup>322</sup> TORRES, op. cit., p. 273.

<sup>323</sup> CORRÊA, op. cit., p. 104-105.

<sup>324</sup> Ibid, p. 108.

de Almeida e Vasconcelos, que até o momento não tinha informações sobre a situação precária do presídio do norte<sup>325</sup>.

Na carta de 20 de junho de 1784, onde o comandante Marigny informa aos oficiais da Coroa a necessidade de sua iminente retirada e demolição do reduto português, torna-se claro o entendimento de outras nações europeias acerca das tentativas portuguesas de trancar o comércio ao norte da África Centro-Occidental, afirmando que os portos da região pertenciam aos chefes locais, não aos portugueses, e esta ordem deveria ser mantida<sup>326</sup>. É perceptível também que os franceses não se importavam com o fato de que outras nações europeias também negociavam nos portos em questão, desde que isto não atrapalhasse seu próprio acesso aos produtos e escravizados africanos. O comandante Marigny não foi à Cabinda guerrear ou conquistar o território, mas sim restaurá-lo ao Mambuco, como aponta Ariane Carvalho:

O Mambuco, decerto, sabia jogar com as desavenças europeias e escolheu seus aliados. Seus homens iam à França, seu filho falava francês, suas águas eram livres ao tráfico de cativos. No fim das contas, prevaleceram os negócios na forma por eles exigidas, sem descartar sua capacidade de instrumentalizar seus aliados franceses para derrotar os portugueses<sup>327</sup>.

A guerra de Cabinda nos fornece informações valiosas a respeito dos objetivos militares de Luanda: o controle militar, político e econômico de territórios ao redor da capital, numa tentativa de monopolizar e dominar o comércio lucrativo de escravizados ao Atlântico, com destino às Américas. Melhorar as condições de vida dos militares portugueses estava intrinsecamente ligado à manutenção dos presídios – incluindo desde soldos completos a ferramentas úteis tanto para subsistência dos soldados quanto para a defesa das fortificações – onde soldados com boa saúde, melhores equipados e com apoio da capital seriam capazes de se estabelecer com maior facilidade nos interiores angolanos. Apesar disso, dependendo de diferentes interesses econômicos ou políticos que alternavam entre mandatos e governadores, a situação militar portuguesa na África Centro-Occidental permaneceu instável até fins do século XVIII, ora contando com muito investimento, ora dispersa e enfraquecida.

Construir e manter presídios se apresentou uma tarefa árdua, principalmente pelo pouco poder bélico que a administração portuguesa possuía. Por isso, o auxílio militar local foi crucial

---

<sup>325</sup> CORRÊA, op. cit., p. 108.

<sup>326</sup> CARVALHO, A., op. cit., p. 222.

<sup>327</sup> Ibid, p. 223.

para atenuar os desfalques numéricos de soldados, artilharias, fardamentos, armas de fogo e pólvora. O episódio da guerra sobre Cabinda tem imprescindível importância na análise no que se refere ao real poder bélico português em fins do XVIII, nos mostrando que a vitória portuguesa não era certa, e tornava-se ainda mais distante quando não possuía apoio de chefias locais. A derrota e destruição total do presídio recém construído foi um golpe duro às investidas econômicas e políticas de Luanda, interferindo especialmente nos objetivos dos representantes dos interesses da Coroa, deixando ao seu sucessor José de Almeida e Vasconcelos não apenas um exército ainda mais precarizado, mas também relações diplomáticas com chefias locais fragilizadas devido aos conflitos deflagrados pela junta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível identificar com precisão qual nação primeiro introduziu armas de fogo aos povos da África Centro-Occidental, mas a partir do estudo das fontes primárias somos capazes de mapear seu uso ao longo dos séculos XVII e XVIII. A partir das discussões entre governadores de Angola e secretários de estado acerca do comércio de armas e pólvora nos sertões podemos identificar como os administradores pombalinos decidiram agir em relação às ditas negociações. Analisando correspondências administrativas lusitanas a partir do governo de Dom António de Vasconcelos fomos capazes de traçar o desenvolvimento do discurso ilustrado em torno da movimentação destes gêneros que se por um lado poderiam trazer grandes lucros aos comerciantes vassallos da Coroa, por outro traria prejuízos à diplomacia e segurança de portugueses e sobas aliados.

Apesar de argumentar sobre a importância das armas nas transações com os sobas, afirmando que estes não aceitariam fazer negociação com comerciantes que não as oferecessem, António de Vasconcelos aceita a decisão do secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado que optava pela proibição progressiva dos produtos bélicos, visto que os mesmos ameaçavam o poderio português. Para Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, e o secretário de estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a introdução de armas aos sertões angolanos causava instabilidade nas relações entre os funcionários da Coroa e os povos locais, tornando-se necessária a proibição de futuras introduções aos povos dos sertões.

Em sua *Coleção das Providências*, Pombal é a favor da justificativa da proibição dada pelo secretário de estado, na qual considera que mesmo que comerciantes portugueses deixassem de introduzir armas aos sertões, os chefes locais não seriam aptos em adquiri-las de outra forma, pois o comércio estrangeiro existente não seria capaz de atender as suas demandas. Ao proibir o comércio entre seus comerciantes vassallos e senhores da guerra africanos, autoridades portuguesas da metrópole visavam o fim da introdução destes produtos que poderiam causar tanto prejuízo aos interesses políticos da Coroa.

A despeito do afirmado pelo secretário de estado e por Pombal, podemos concluir que no decorrer da segunda metade do século XVIII a introdução estrangeira de armas e pólvora só aumentou, tornando-se cada vez mais presente nos territórios de interesse dos administradores portugueses. Já no governo de Dom Francisco, em fins da década de 1760, o próprio governador afirma que a quantidade de armas, pólvora e munições introduzidas no interior angolano por

parte das companhias gerais do Comércio de Pernambuco e do Grão Pará era imensa, a ponto de incomodar publicamente tanto gestores da Coroa quanto autoridades africanas, contrariando assim as proibições de poucos anos antes.

Em 1770 era sabido entre os administradores que este problema era mais que inconveniente, que chegando as armas às mãos dos povos africanos, estes não tardavam em levantá-las contra portugueses e seus sobas vassalos. O próprio Sebastião José de Carvalho admite que o contrabando vindo dos portos do litoral – fosse sob jurisdição portuguesa, fosse fora – aumentou ao longo dos anos seguintes à resolução de 1761, fazendo assim com que portugueses perdessem o controle sobre o comércio de armas e pólvora da região, abrindo mão por muito tempo, de um dos principais meios de negociação com sobas e jagas da África Centro-Occidental.

Analisando as documentações e a obra de Elias Alexandre notamos como a adoção do Reformismo Ilustrado por parte de uma elite culta portuguesa foi responsável por provocar tentativas advindas de administradores subordinados à Pombal de reformar não apenas o quadro escravista no qual Angola se encontrava, mas de introduzir novas formas de pensar o maquinário estatal português. Observamos os desdobramentos do Reformismo Ilustrado a partir do mandato de Dom António Álvares da Cunha, governo que durou entre 1753 a 1758 e que deu início aos preparativos para futuros empreendimentos que visavam instaurar o progresso civilizador em Angola.

O documento *Viagem a Cassange* serve de grande exemplo no estudo deste acúmulo de conhecimentos incentivado pelo Conde da Cunha, posto que expõe o interesse da ilustração em informar-se acerca de terras distantes da capital Luanda. O governador deixa como instruções claras ao sargento-mor Manuel Correia Leitão a importância de se incluírem informações a respeito do terreno e povos que o habitavam, tal como a busca por novos aliados distantes que poderiam lhes dar maior acesso a escravizados.

Ainda essencial para o entendimento do ideário ilustrado, exploramos os eventos que levaram à expulsão da Companhia de Jesus de Angola. Mais uma vez em sua *Coleção das Providências, Leis e Ordens* verificamos as impressões de Sebastião José de Carvalho acerca da situação precária na qual Angola se encontrava na segunda metade do século XVIII que segundo o mesmo, fora causada por abusos e estragos de administrações anteriores em conjunto com a proximidade dos jesuítas com os assuntos da Coroa. Tendo um papel crucial no estabelecimento português na África Centro-Occidental desde o século XVI, receberam doações

generosas de terras do primeiro governador português em Angola, Paulo Dias de Novais, acumulando com o tempo inimigos desgostosos com sua influência na região. Neste contexto, Pombal não poupa críticas aos jesuítas, afirmando que estes possuíam um poder exagerado sobre o que ocorria no território, controlando seu comércio, manipulando preços, monopolizando o mercado e fechando os sertões aos comerciantes vassallos portugueses, permitindo somente a entrada de captadores de escravizados sob sua tutela. Estes fatores foram suficientes para que fosse decidida pela expulsão da Companhia de Jesus do território angolano em 1760.

Para legitimar sua presença no território, reformistas tentaram estabelecer populações brancas de Portugal e Brasil na África Centro-Occidental. Trazendo imigrantes luso-brasileiros, os ilustrados acreditavam que conseguiriam fixar no território uma sociedade aos moldes europeus, uma civilização que estaria disposta a trabalhar pelo progresso segundo o ideário do Reformismo. Ao chegar em Angola, os imigrantes encontraram na alta mortalidade, nas doenças, na resistência da população nativa e nas péssimas condições de vida barreiras praticamente intransponíveis, responsáveis por impedir o estabelecimento de forma efetiva de populações brancas ao longo das décadas seguintes para grande decepção dos governadores e seus superiores. Apesar das tentativas dos governos ilustrados, como o de Dom Francisco Inocêncio Coutinho, responsável pela construção de um hospital em Benguela para tentar evitar a mortandade dos recém-chegados luso-brasileiros, o projeto “civilizador” português não obteve êxito.

Examinando a trajetória de Dom Francisco Inocêncio Coutinho vemos um grande empenho, pelo menos no discurso auto legitimador, de colocar em prática as tarefas idealizadas por seus antecessores. O governo de Dom Francisco nos mostra que a longo prazo, os projetos ilustrados em Angola não conseguiram se estabelecer, assim como as dissonâncias entre o discurso encontrado na documentação e a realidade. Foi responsável pela instalação da fábrica de Nova Oeiras, que apesar da insistência do governador, não sobreviveu ao início do mandato de seu sucessor.

Em comparação com Dom Francisco, o governo de António de Lencastre foi considerado pela historiografia mais datada como um regresso às antigas condutas ofensivas da administração portuguesa em Angola, abandonando os ideais ilustrados. Concluímos nesta pesquisa que tais afirmações são equivocadas, pois apesar de dar fim a alguns projetos de Dom Francisco, Lencastre ainda seguia um planejamento administrativo pombalino que

hierarquicamente era imposto ao mesmo tempo por Pombal e seus secretários de estado. Mesmo após a saída de Sebastião José de Carvalho do posto de primeiro-ministro com a morte de Dom José I em 1777, houve uma permanência de seus valores, seguindo os modelos civilizatórios europeus, conservando-se o que Pombal e seus governadores definiram ao longo das décadas de 50, 60 e 70 em Angola. Aos sucessores de Dom Francisco foi deixado o seu legado de grande filósofo administrador, mas que a partir do choque de informações entre as fontes, mostrou-se fictício.

Adentrando mais a fundo nos interesses dos senhores da guerra sertanejos, somos capazes de notar certas particularidades. É evidente entre os chefes do interior uma tentativa maior de controlar o comércio que circulava nos arredores de seus territórios, inclusive entrando em conflito direto com portugueses. Na segunda metade do XVIII devido à reciprocidade de interesses no comércio, a administração portuguesa buscou contato direto com o sobado de Holo, hierarquicamente subordinado a seu vizinho ao norte, Matamba. O fato não agradou o senhor da guerra de maior força política e militar, que retaliou às investidas comerciais portuguesas atacando presídios e assaltando comerciantes vassalos da Coroa nos sertões. Em represália, Luanda reage com guerra direta contra Matamba, capturando parte da população para o comércio escravista e coagindo seu líder a assinar um pacto de livre comércio na região, garantindo a Holo participação direta nas negociações com comerciantes portugueses.

Já Cassange, outro chefe de grande poder militar do rio Cuango, possuía preocupações similares quanto ao acesso de seus vizinhos ao comércio europeu. Em carta ao governador e Barão de Mossâmedes, o jaga expõe sua apreensão quanto às armas de fogo que vinham sendo introduzidas a sobados subordinados ao seu domínio – especialmente o Songo –, que usavam das armas importadas para se rebelar contra a autoridade do senhor da guerra. Interromper este comércio era ponto central das exigências do jaga para manter relações com Luanda: para a realização de pactos os interesses de ambas partes precisavam convergir.

Outro ponto de preocupação de Cassange era a aproximação comercial entre a administração portuguesa em Luanda e o Muatiânvua de Lunda, a leste de seu território. A localização de Cassange permitia que este obtivesse acesso aos escravizados de territórios ainda mais ao interior do continente africano, comprando-os a um preço inferior ao que vendia aos comerciantes europeus. Sendo assim, era de interesse de Luanda entrar em contato direto com Muatiânvua, para assim neutralizar o intermédio de Cassange e negociar diretamente com o captor de escravos. Dedicado em impedir o contato entre seus dois parceiros comerciais,

Cassange impede a passagem de autoridades portuguesas para o leste, como fica claro no documento da viagem de Manoel Correia Leitão. Tornando-se intermediários importantes do comércio escravo nas proximidades do rio Cuango, os Cassange, Matamba e outras chefias poderosas do interior tinham para si a garantia de poder político e bélico sobre seus vizinhos.

Aprofundando no que diz respeito às relações entre portugueses e chefes avassalados notamos, a partir do estudo da guerra preta, que soldados africanos tinham pleno acesso às armas de fogo e munições na segunda metade do século XVIII. Esse acesso já era esperado pelos comandantes portugueses, que organizavam o exército de acordo com a possessão ou não por parte das tropas locais das armas importadas, distribuindo-os conforme suas funções. De acordo com Elias Alexandre as tropas africanas eram usadas na dianteira, para assim manter os militares portugueses na retaguarda, uma posição relativamente segura durante as batalhas.

De acordo com as fontes analisadas a guerra preta também era essencial aos comandantes portugueses devido aos seus conhecimentos, onde os soldados e líderes militares africanos carregavam saberes relacionados ao território e às formas de guerrear locais. Chefias africanas viam na união com portugueses a confluência de interesses, onde a destruição ou enfraquecimento de um inimigo em comum garantiria a ambos crescimento econômico – a partir da captura de escravos – e expansão de influência sob os territórios. Concluímos que entre os motivos para adoção da guerra preta estava a precariedade das forças armadas pagas da Coroa que incapazes de preencher presídios ou formar o grosso dos exércitos portugueses, tornava necessária a adição de tropas locais.

Refletindo acerca da guerra de Cabinda, durante a década de 1780, inferimos que a fragilidade das tropas portuguesas é em grande parte responsável pelo fracasso na construção do presídio na região, culminando na inquietante intervenção de soldados franceses, que pacificamente expulsaram os militares portugueses – doentes, debilitados e em pequena quantidade – do forte em construção. Chegando em Luanda no início do mandato de José de Almeida e Vasconcelos, as tropas moribundas pegaram o governador de espanto.

Em fins do século XVIII, apesar das investidas ilustradas nas décadas de 1750 a 1770, Angola permaneceu resistente à administração em Luanda, onde a realidade demonstrou que chefes locais possuíam espaço de manobra usando ou não de suas alianças com europeus e que o sucesso das empresas portuguesas dependia de pactos militares ou econômicos com os povos africanos. Ao longo das décadas da segunda metade do XVIII, portugueses tentaram de diversas formas dominar o território angolano conquistando e tentando estabelecer-se em locais

estratégicos, afunilando o comércio em torno de seus presídios e combatendo o contato entre africanos e outras nações europeias. O comércio de armas e pólvora mostrou-se incômodo à estas ambições lusitanas ao fornecer para os senhores da guerra da África Centro-Occidental os meios para dispensar alianças com os portugueses, pois negociando com os diferentes estrangeiros do litoral, tinham acesso aos produtos que garantiriam a eles poder material ou simbólico. Apesar de importantes nos conflitos, as armas de fogo e a pólvora não eram indispensáveis entre as tropas de diferentes grupos africanos, que graças aos seus saberes eram capazes de superar o maquinário europeu usando de táticas que aproveitavam a geografia local; as armas foram, em sua essência, um instrumento de guerra, mas também político. As guerras seguiram a mesma lógica, onde o interesse nas realizações das mesmas ia além do econômico, mas também político-social.

O sucesso dos empreendimentos portugueses durante a segunda metade do século XVIII estava atado diretamente aos pactos que autoridades da Coroa foram capazes de estabelecer com chefes africanos. Sem este apoio, a administração de Luanda não foi capaz de realizar as ordens que vinham de Portugal, e nesse malabarismo administrativo, empenharam-se em agradar lideranças comerciais escravistas e coagir de diferentes formas os senhores da guerra africanos. Possuindo peculiaridades e interesses próprios, sobas e jagas agiam de acordo com o jogo político e aqueles que melhor se adaptassem às relações com os estrangeiros europeus, mais tinham a ganhar em comparação com seus vizinhos, engrandecendo e fortificando suas influências na região.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

Código 3259 A-2-12. Arquivo Histórico Nacional de Angola.

Código 555. Arquivo Histórico Ultramarino. Angola.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. 3 vols.

LEITÃO, Manuel Correia. Viagem que eu, sargento-mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, Lisboa, 1938.

TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luis da Mota Feo e Torres. A História dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1526 até 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela**. Paris: Fantin Livreiro, 1825.

### BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**. Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

ARAÚJO, Ana Maria Soares de. **O avassalamento como ferramenta de poder nas relações comerciais entre cassanges e portugueses no século XVIII**. 2018. Monografia – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

ASSIS JÚNIOR, A. de. **Dicionário Kimbundu-Português**. Linguístico, botânico, histórico e corográfico. Luanda: Argente, Santos e C<sup>a</sup> Lda.

BIRMINGHAM, David. **Alianças e Conflitos: os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790**. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004.

BONNE, Rigobert. **La Guinee 2**. Disponível em: <[https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20496~540094:La-Guinee-2-?sort=pub\\_list\\_no\\_initialsort%2Cpub\\_date%2Cpub\\_list\\_no%2Cseries\\_no](https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20496~540094:La-Guinee-2-?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no)>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

CANDIDO, Mariana Pinho. **O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico**. Bahia: Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, número 47, 2013.

CARVALHO, Ariane. **Guerras nos sertões de Angola: Sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Social, 2020.

CARVALHO, Flávia Maria. **Sobas e homens do rei: a interiorização dos portugueses em Angola (séculos XVII e XVIII)**. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Filipe Nunes de. Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. Prolegómenos do inferno. In: BARROCA, Mario Jorge (Coord.) **Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 1, 1999.

COUTO, Carlos. **Os capitães mores de Angola no século XVIII**. Subsídios para o estudo de sua atuação. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola: Patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

CRUZ, Ariane Carvalho da. “Sempre vassalo fiel de sua majestade fidelíssima”: Os autos de vassalagem e as cartas patentes para autoridades locais africanas (Angola, segunda metade do século XVIII). In: **Cadernos de Estudos Africanos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2015.

FALCON, Francisco José Calazans. **Da Ilustração à Revolução** – percursos ao longo do espaço – tempo setecentista. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, v. 4, n. 1, Jan/Jun 1989.

FERREIRA, Roquinaldo. **O Brasil e a arte da guerra em Angola** (sécs. XVII e XVIII). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 39, janeiro-junho de 2007.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge University Press: New York, 2012.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **Tradição, invenção, História**: notas sobre a “controvérsia jaga”. Revista Perspectiva Histórica, julho/dezembro de 2016, n° 8. pp. 71-96.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp. 2014.

FRANCO, Sandra. **Reformas Pombalinas e o Iluminismo em Portugal**. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, v. 4, ano IV, n. 4, Out/Nov/Dez 2007.

GONÇALVES, Patrícia Bertolini. Iluminismo e Administração Colonial; Angola vista por brasileiros no século XVIII. In: PEREIRA, Magnus & alli (Org.). (Org.). **VIª Jornada Setecentista**; conferências e comunicações. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**: Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. **No “coração das terras”**: Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império Português (1750-1808). 2019. Tese (Doutorado em História) Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, 2019.

MILLER, Joseph C. Requiem for the “Jaga”. In: **Cahiers d’études africaines**, vol. 13, n° 49, 1973. pp. 121-149.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. As “histórias” de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: um estudo de casos militares – Antonio de Cardonega e Elias Alexandre Correa. 2012, Rio de Janeiro. **ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO**, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. **Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia ‘reformada’**: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SANTOS, Catarina Madeira. **Um Governo Polido para Angola**. Reconfigurar Dispositivos de Domínio (1750-c.1800). 2005. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2005.

SANTOS, Maria Emília Madeira. Em busca dos sítios do poder na África Centro-Occidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915). In: HEINTZE, B.; OPPEN, A. **Angola on the move**: transport routes, communications and history. Lembeck: Franckfurt am Main. 2008.

SANTOS, Nívia Pombo Circe dos. **O palácio de Queluz e o mundo ultramarino**: Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WAGNER, Ana Paulo. **A administração da África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII**. História Unisinos, v. 11, n. 1, Jan/Abr 2007.